



PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIAÍ
PRAÇA 31 DE MARÇO, 555 – CEP 39350-000 – IBIAÍ – MINAS GERAIS TELEFAX (38)
3746-1136

4.5. O não cumprimento do item anterior, além das providências administrativas e judiciais cabíveis, implicará na declaração de inidoneidade da CONTRATADA perante a “CONTRATANTE”.

4.6. Observar e fazer cumprir com todas as obrigações de ordem salarial, trabalhista, previdenciária, bem como as de natureza civil e/ou penal, tais como definidos na legislação brasileira, referentes ao seu pessoal;

4.7. A “CONTRATANTE” não assumirá em nenhuma hipótese, a responsabilidade, presente ou futura, de qualquer compromisso ou ônus decorrentes do inadimplemento da CONTRATADA relativos às obrigações assumidas, ficando essas a seu encargo, exclusivamente, em qualquer momento que vierem a ocorrer;

4.8. Fazer prova junto à “CONTRATANTE”, de acordo com os critérios estabelecidos por sua fiscalização, e sempre que solicitada, do fiel cumprimento de todas as obrigações aqui mencionadas, e aquelas exigidas quando da habilitação;

4.9. O transporte e a alimentação dos empregados necessários à execução da obra são de exclusiva responsabilidade da CONTRATADA e em caso algum será ressarcido pela “CONTRATANTE”;

4.10. Fornecer e instalar os Equipamentos de Proteção Coletiva que se fizerem necessários no decorrer das diversas etapas da obra, de acordo com o previsto na NR-18 da Portaria nº 3214 do Ministério do Trabalho, bem como demais dispositivos de segurança necessários;

4.11. Fornecer todos os Equipamentos de Proteção Individual necessários e adequados ao desenvolvimento de cada tarefa nas diversas etapas da obra, conforme previsto na NR-06 e NR-18 da Portaria nº 3214 do Ministério do Trabalho, bem como demais dispositivos de segurança necessários;

4.12. Cuidar para que a obra permaneça limpa, livre de entulhos e restos de materiais tanto no decorrer da execução, como por ocasião da entrega definitiva;

4.13. Seguir as recomendações expressas na Lei nº 6.514 de 22.12.77 e Normas Regulamentadoras (NRs) relativas à Engenharia de Segurança e Medicina do Trabalho, aprovadas pela Portaria nº 3.214, de 08 de junho de 1978, em especial as NRs nºs 4, 7 e 18, que entraram em vigor em julho de 1995;

4.14. Providenciar todas as Anotações de Responsabilidade Técnica - A.R.T. - projetos e da obra junto ao CREA, e encaminhar cópia a “CONTRATANTE”, antes do início dos serviços;

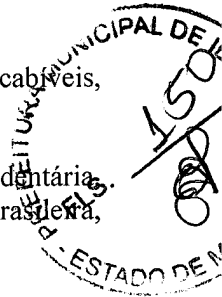
4.15. A CONTRATADA deverá, ao final da obra, providenciar a atualização dos projetos segundo o que for executado e fornecer, para arquivo da “CONTRATANTE”, dois jogos de cópias de todos os projetos atualizados, bem como seus originais, inclusive e quando for o caso, os oriundos de detalhamentos e de modificações eventualmente ocorridas no decorrer da obra, por exigência de outros órgãos competentes, com autenticação de aprovação;

4.16. Recolher o percentual legal aplicável ao objeto deste contrato, a título de contribuição previdenciária, valor este que, por ocasião do adimplemento de cada obrigação será objeto de aferição e aprovação pela contabilidade do Município, considerando a legislação que esteja em vigor.

CLÁUSULA QUINTA - RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

5.1. A CONTRATANTE obriga-se a informar à “CONTRATADA” com antecedência mínima de 05 (cinco) dias corridos; a data, a data prevista para o início da obra;

CLÁUSULA SEXTA - PREÇOS





PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIAÍ

PRAÇA 31 DE MARÇO, 555 – CEP 39350-000 – IBIAÍ – MINAS GERAIS TELEFAX (38)
3746-1136

6.1 A "CONTRATANTE" pagará à "CONTRATADA" o preço global de R\$, sujeitos aos aumentos e reduções legais das quantidades inicialmente previstas ou aquelas que, por decisão da "CONTRATANTE", deixarem de ser executadas;

6.2 O preço referido no item anterior inclui todos os custos diretos e indiretos da "CONTRATADA", bem como seus imprevistos, lucros, encargos, taxas e impostos.

CLAUSULA SÉTIMA – DAS GARANTIAS CONTRATUAIS

7.1 Para garantir a execução deste Contrato a CONTRATADA terá o prazo de até 05 (cinco) dias, após a assinatura deste instrumento, para apresentar junto a Secretaria de Finanças GARANTIA, em uma das modalidades estabelecidas no art. 56 da Lei 8.666/93, no percentual de 5% (cinco por cento) do valor contratado;

7.2 No caso de apresentação de garantia na modalidade de fiança bancária, a CONTRATADA deverá providenciar sua prorrogação ou substituição, com antecedência ao seu vencimento, independentemente de notificação, de forma a manter a garantia contratual válida e eficaz até o encerramento do Contrato;

7.3 Após o término da vigência do presente Contrato, desde que cumpridas todas as obrigações assumidas, a garantia prestada será liberada, no prazo de 30 (trinta) dias, a contar do requerimento do interessado, instruído com o Termo de Recebimento Definitivo da Obra, dirigido à Secretaria de Finanças. A liberação se dará mediante autorização da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos;

7.4 Se o valor da garantia for utilizado, total ou parcialmente, em pagamento de qualquer obrigação, inclusive indenização a terceiros, a CONTRATADA deverá proceder à respectiva reposição no prazo de três dias úteis, contado da data em que for notificada pela "CONTRATANTE";

7.5 A garantia total será retida se a Contratada der causa ao desfazimento do Contrato, para que a CONTRATANTE possa se ressarcir, em parte dos prejuízos experimentados;

CLÁUSULA OITAVA - COBRANÇA E PAGAMENTO

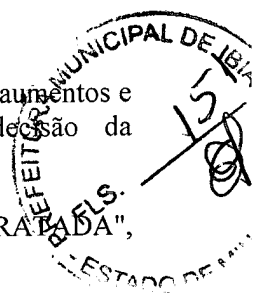
O pagamento será efetuado pela "CONTRATANTE", mediante a apresentação pela CONTRATADA na Secretaria de Finanças, da Nota Fiscal ou Nota - Fatura, na qual deve constar o número do contrato, como segue:

8.1 O pagamento será efetuado em parcelas subseqüentes, de acordo com o avanço físico dos serviços e em conformidade com o Cronograma Físico-Financeiro;

8.2 O pagamento será liberado após conferência e medições, que serão efetuadas pelo técnico competente indicado pela Secretaria de Obras e Serviços Públicos;

8.3 Fica estabelecido que, no caso da obra não ser realizada de acordo com as especificações do projeto, previstas no edital, os valores das parcelas não serão pagas até que sejam devidamente adequadas ao objeto licitado e aprovadas pelo setor competente da Secretaria de Obras e Serviços Públicos. Caso conste em documento de cobrança já liquidado, será descontado no pagamento seguinte ou de quaisquer créditos da "CONTRATADA" junto a Prefeitura;

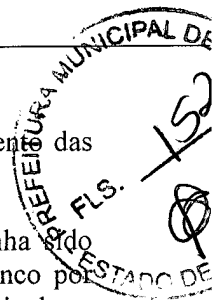
8.4 Os documentos de cobrança deverão estar em situação regular e corretamente emitidos, em no mínimo, 02 (duas) vias, sendo que o vencimento dar-se-á até o 15º (décimo quinto) dia útil subseqüente ao da data da apresentação ou reapresentação, se devolvidos para correção;





PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIAÍ

PRAÇA 31 DE MARÇO, 555 – CEP 39350-000 – IBIAÍ – MINAS GERAIS TELEFAX (38)
3746-1136



8.5 Para o efetivo pagamento, as faturas deverão se fazer acompanhar da guia de recolhimento das contribuições para o FGTS e o INSS, relativas aos empregados utilizados na obra;

8.6 Vencido o prazo para pagamento estabelecido no item anterior sem que o mesmo tenha sido efetuado pela Prefeitura, esta pagará encargos de mora no valor de 0,5 % (zero vírgula cinco por cento) ao mês, calculado Pró-rata-die, os quais serão pagos juntamente com a quitação do principal;

8.7 O pagamento será efetuado por intermédio da rede bancária ou de outra forma a critério da Prefeitura Municipal;

8.8 Os preços ora contratados, pela exigüidade do prazo para execução, não serão reajustados, ressalvados porém as disposições do art. 65. da lei n.º 8.666/93.

CLÁUSULA NONA - DAS PENALIDADES

9.1 Ocorrendo prejuízo à “CONTRATANTE” por descumprimento das obrigações da CONTRATADA, as indenizações correspondentes serão devidas à “CONTRATANTE”, independentemente de cobrança judiciais ou extrajudiciais, reservando-se a esta o direito de aplicação das demais sanções previstas neste Contrato e de conformidade com a respectiva legislação;

9.2 Multa de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso, limitado esta a 30 (trinta) dias, após o qual será considerada inexecução contratual;

9.3 Multa de 8% (oito por cento) no caso de inexecução parcial do contrato, cumulada com a pena de suspensão do direito de licitar e impedimento de contratar com a “CONTRATANTE”, pelo prazo de 01(um) ano;

9.4 Multa de 10% (dez por cento) no caso de inexecução total do contrato, cumulada com a pena de suspensão do direito de licitar e o impedimento de contratar com a “CONTRATANTE”, pelo prazo de 02(dois) anos;

9.5 As multas serão calculadas sobre o montante não adimplido do contrato;

9.6 Quando por descumprimento total ou parcial das obrigações estipuladas neste Contrato ou quando incorrer em desídia, devidamente atestada pela Secretaria de Obras, e assegurada prévia defesa, a CONTRATADA poderá sofrer a seguinte sanção, fixando-se a multa no percentual de 0.3 % ao dia até o limite máximo de 10% (dez por cento) do valor total do Contrato, além da cumulação com as demais sanções previstas no Artigo 87 da Lei 8.666/93;

9.7 O valor das multas, eventualmente aplicadas, em hipótese alguma será devolvido à CONTRATADA, mesmo que o evento causador venha a ser recuperado.

CLÁUSULA DÉCIMA - VIGÊNCIA , PRAZO E REAJUSTE

10.1 O presente Contrato vigorará desde a data de sua assinatura, até a completa extinção das obrigações entre as partes. O prazo para execução total dos serviços será de 06 (seis) meses, contados a partir da data de recebimento das “AES” (Autorização de Execução de Serviço) pela CONTRATADA, de acordo com Cronograma Físico-Financeiro apresentado pela Contratada;

10.2 Os prazos estabelecidos no Cronograma Físico-Financeiro, somente poderão ser prorrogados por motivo de força maior ou de caso fortuito, devidamente comprovado pela CONTRATADA, impeditivos da continuidade dos serviços ou decorrentes de não liberação de áreas de trabalho pela CONTRATANTE;



PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIAÍ
PRAÇA 31 DE MARÇO, 555 – CEP 39350-000 – IBIAÍ – MINAS GERAIS TELEFAX (38)
3746-1136

10.3 O Cronograma Físico-Financeiro será automaticamente ajustado sempre que houver erro de dias aceito pela fiscalização da CONTRATANTE;

10.4 Considera-se infração contratual, a critério da CONTRATANTE, o retardamento da execução da obra contratada ou a sua paralisação injustificada por mais de 03(três) dias consecutivos;

10.5 O prazo para a conclusão da obra poderá ser prorrogado, caso ocorra um dos motivos estipulados no § 1º, do Artigo 57, da Lei nº 8.666/93.

10.6 Em caso de prorrogação da obra devidamente justificada e ultrapassando um ano será reajustado através do índice oficial IGP-M.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – RESCISÃO

A CONTRATANTE poderá rescindir o presente Contrato, nos seguintes casos:

11.1 Por ato unilateral da “CONTRATANTE”, nos casos dos incisos I a XII e XVII do Artigo 78 da Lei no 8.666/93;

11.2 Amigavelmente, por acordo entre as partes, reduzido a termo no processo de licitação, desde que haja conveniência para a “CONTRATANTE”, mediante comunicação escrita;

11.3 Judicialmente, nos termos da legislação;

11.4 A eventual tolerância da CONTRATANTE, na hipótese de descumprimento de qualquer Cláusula ou dispositivo contratual, por parte da “CONTRATADA” não importará em novação, desistência ou alteração do Contrato, nem impedirá ação contra a mesma dos direitos ou prerrogativas que, contratualmente e legalmente lhe são assegurados.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - FLUXO DE INFORMAÇÕES

Para alterações em Cláusulas ou dispositivos deste Contrato, a “CONTRATADA” deverá dirigir-se à CONTRATANTE, na Sala de Licitações, localizada no Prédio da Prefeitura municipal de Ibiaí.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DISPOSIÇÕES GERAIS

13.1 Fica a “CONTRATANTE” autorizada a descontar de quaisquer créditos da “CONTRATADA” as importâncias referentes a multas ou prejuízos causados à CONTRATANTE ou a terceiros;

13.2 Os recursos financeiros para atender as despesas decorrentes da execução do presente Contrato, encontram-se assegurados através de dotação orçamentária da Secretária de Obras:
08.01.01.26.452.0021.3044.44905100/FICHA 505

08.01.01.26.452.0021.3044.44905100/FICHA 506

13.3 A “CONTRATADA” não poderá dar ou proporcionar publicações, relatórios, ilustrações, entrevistas ou detalhes dos serviços objeto deste Contrato, sem o prévio consentimento, por escrito, da CONTRATANTE;

13.4 Os casos omissos ou duvidosos serão dirimidos em comum acordo entre as partes.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - ALTERAÇÕES CONTRATUAIS





PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIAÍ
PRAÇA 31 DE MARÇO, 555 – CEP 39350-000 – IBIAÍ – MINAS GERAIS TELEFAX (38)
3746-1136

A “CONTRATANTE” e a CONTRATADA não se poderão prevalecer de acordos ou entendimentos que possam alterar qualquer disposição deste Contrato, senão quando celebrados, por escrito, entre os representantes da CONTRATANTE e os representantes legais da CONTRATADA, devidamente credenciados.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - CESSÃO E SUBCONTRATAÇÃO

15.1 O contrato global ou qualquer parte dele, ou qualquer importância devida ou que venha a sê-lo, não poderá ser cedido, caucionado, transferido ou de outra forma comprometido, sem o prévio consentimento, por escrito, da CONTRATANTE;

15.2 Parte do Contrato, só poderá ser subcontratado, mediante prévia autorização, por escrito, da CONTRATANTE.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - VALOR DO CONTRATO

Para efeitos legais é dado ao presente Contrato, o valor de R\$ 759.588,92 (setecentos e cinquenta e nove mil quinhentos e oitenta e oito reais e noventa e dois centavos).

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – FORO

Fica eleito pelas partes o Foro da cidade de Coração de Jesus, com renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja para a solução de quaisquer litígios decorrentes deste Contrato.

E, por estarem justos e contratados, lavrou-se o presente instrumento, em duas vias, de igual teor e forma, ambas assinadas pelas partes contratantes e testemunhas, depois de lido, conferido e achado conforme em todos os seus termos.

Ibiaí-Mg, 14 de junho de 2016.


Larravardier Batista Cordeiro

Prefeito Municipal

Contratante



CONSTRUTORA VIGAMA LTDA-EPP

Contratada

Testemunhas:

1)

2)



PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIAÍ

PRAÇA 31 DE MARÇO, 555 – CEP 39350-000 – IBIAÍ – MINAS GERAIS TELEFAX (38)
3746-1136

EXTRATOS DE CONTRATOS PARA PUBLICAÇÃO – PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIAÍ-MG.

A P.M DE IBIAÍ/MG, ATRAVÉS DA CPL CONSOLIDA E PUBLICA A QUEM POSSA INTERESSAR, PRINCIPALMENTE PARA EFEITO DE FISCALIZAÇÃO E DIVULGAÇÃO E NOS TERMOS DA LEI 8666/93, O CONTRATO ABAIXO RELACIONADO:

CONTRATO N.º 45/2016 LICITAÇÃO N.º 034/2016 TOMADA DE PREÇOS N.º 04/2016
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUTAR OBRA DE PAVIMENTAÇÃO EM BLOQUETE DE RUAS EM IBIAÍ-MG.

TERMO DE CONTRATO CELEBRADO O MUNICÍPIO DE IBIAÍ, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 16.899.700/0001-08 com sede na Praça 31 de Março, nº 555, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. Larravardierie Batista Cordeiro e a empresa **CONSTRUTORA VIGAMA LTDA-EPP**, inscrita no CNPJ sob o nº 03.828.058/0001-16, estabelecida na Rua Bezerra de Menezes, 13, Bairro São José, Montes Claros-Mg, CEP: 39400-343, neste ato representado por Gabriele Prates Eulálio Lélis, portadora do CPF nº 107.370.896-95.

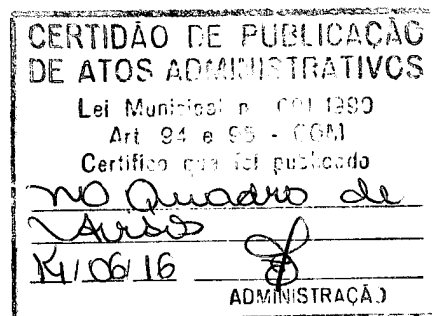
VALOR: R\$ 759.588,92 (SETECENTOS E CINQUENTA E NOVE MIL QUINHENTOS E OITENTA E OITO REAIS E NOVENTA E DOIS CENTAVOS).

VIGÊNCIA: O presente Contrato vigorará desde a data de sua assinatura, 14/06/2016, até a completa extinção das obrigações entre as partes. O prazo para execução total dos serviços será de 06 (seis) meses, contados a partir da data de recebimento das “AES” (Autorização de Execução de Serviço) pela CONTRATADA, de acordo com Cronograma Físico-Financeiro apresentado pela Contratada.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

08.01.01.26.452.0021.3044.44905100/FICHA 505

08.01.01.26.452.0021.3044.44905100/FICHA 506



IBIAÍ-MG, 14 DE JUNHO DE 2016.

LARRAVARDIERIE BATISTA CORDEIRO
PREFEITA MUNICIPAL DE IBIAÍ-MG




PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIAÍ
PRAÇA 31 DE MARÇO, 555 – CEP 39350-000 – IBIAÍ – MINAS GERAIS TELEFAX (38)
3746-1136

DECLARAÇÃO DE PUBLICAÇÃO



Declaro para os fins que se fizerem necessários que este documento (PUBLICAÇÃO DE EXTRATO DO CONTRATO Nº 45/2016) foi publicado no Quadro de Avisos, Prefeitura Municipal de Ibiaí/MG.

Ibiaí-mg, 14 de junho de 2016.


Magno Cunha Nascimento

Secretária de Governo



EXTRATO DE CONTRATO

Contrato nº: 45

Contratado: CONSTRUTORA VIGAMA LTDA

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE OBRA DE PAVIMENTAÇÃO DE RUAS EM IBIAÍ-MG

Licitação: Tomada de Preço 4 / 2016

Dotação Orçamentaria: 8.1.1.26.452.21.3044.44905100
8.1.1.26.452.21.3044.44905100

Início: 14/06/2016

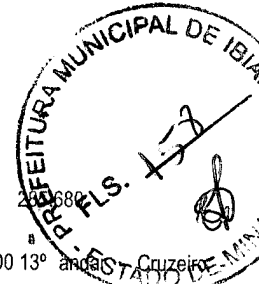
Término: 31/12/2016

Valor Total: R\$ 759.588,92

IBIAÍ, Terça-feira 14 Junho 2016

Publicado em 14/06/2016 no QUADRO DE AVISOS.





Apólice de Seguro Garantia

Número: 01-0775-02-0145813

Proposta:

Pela presente apólice, a **POTTENCIAL SEGURADORA S/A**, CNPJ 11.699.534/0001-74, com sede à Avenida Afonso Pena, 4.100 13º andar - Cruzeiro, Belo Horizonte MG garante ao **SEGURADO IBIAI PREFEITURA**, CNPJ 16.899.700/0001-08, PC 31 DE MARCO, 555 - CENTRO - IBIAI - MG, as obrigações firmadas pelo **TOMADOR CONSTRUTORA VIGAMA LTDA - EPP**, CNPJ 03.828.058/0001-16, RUA BEZERRA DE MENEZES, Nº 13 - SÃO JOSÉ - MONTES CLAROS - MG, até o valor do Limite Máximo de Garantia (L.M.G.), nos termos das Condições anexas que são partes integrantes e inseparáveis desta Apólice.

Modalidade	Limite Máximo de Garantia (L.M.G.)	Ramo
Construção, Fornecimento ou Prestação de Serviços	R\$ 37.979,44	0775 - SEGURO GARANTIA - SETOR PUBLICO

O Limite Máximo de Garantia é o valor máximo que a Seguradora se responsabilizará perante o Segurado em função do pagamento de indenização.

Objeto da Garantia: Destinado à garantia do Contrato nº 045/2016, contratação de empresa especializada para execução de pavimentação em bloquetes de Ruas no Município de Ibiai. *****

Cobertura(s) Contratada(s)	Importância Segurada	Prêmio Líquido	Início de Vigência	Fim de Vigência
Construção, Fornecimento ou Prestação de Serviços	R\$ 37.979,44	R\$ 569,69	17/06/2016	14/12/2016

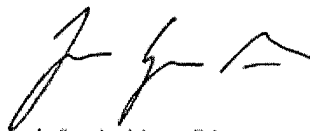
Não se aplica franquia a nenhuma das coberturas contratadas por esta Apólice.

Corretor 1: FINLÂNDIA CORRETORA DE SEGUROS LTDA

Nº Susep: 100638935

Susep - Superintendência de Seguros Privados - Autarquia Federal responsável pela fiscalização, normalização e controle dos mercados de seguro, previdência complementar aberta, capitalização, resseguro e corretagem de seguros. Plano de Seguro aprovado em conformidade com a Circular Susep 477/13 e Processo Susep 15414.900138/2014-20. O Registro deste plano na Susep não implica, por parte da Autarquia, incentivo ou recomendação à sua comercialização. O Processo deste plano e a situação cadastral do(s) Corretor(es) deste Seguro poderão ser consultados no site www.susep.gov.br, por meio dos números de registros informados nesta apólice, ou pelo telefone SUSEP de atendimento ao público 0800 021 8484 (ligação gratuita).

Belo Horizonte, 20/06/2016 08:46:00


João de Lima Géo Neto
Diretor

Certificado Digital emitido pela Serasa Certificadora Digital

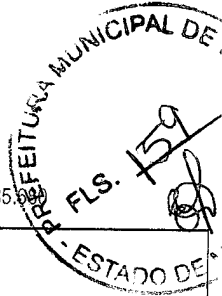

Ricardo Nassif Gregório
Diretor

Certificado Digital emitido pela Serasa Certificadora Digital

Documento eletrônico assinado digitalmente conforme MP 2200-2 de 24/08/2001, que instituiu a Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileiras- ICP Brasil, em vigor consoante E.C. nº 32 de 11/09/2001- Art.2º.

Art.1º - Fica instituída a Infra- Estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP Brasil, para garantir a autenticidade, integridade e validade jurídica de documentos em forma eletrônica, das aplicações de suporte e das aplicações que utilizem certificados digitais, bem como a realização de transações eletrônicas seguras.

A autenticidade do presente documento, bem como o arquivo em forma eletrônica deve ser verificada no endereço www.pottencialseguradora.com.br. No site, informe o Nº da Apólice: 01-0775-02-0145813 e o Controle Interno: 00A62D023995082E. Após sete dias úteis da emissão, este documento poderá também ser verificado no site da Susep: www.susep.gov.br sob o nº de documento 030692016000100750145813000000.



Apólice de Seguro Garantia

Número: 01-0775-02-0145813

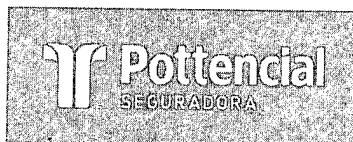
Proposta: 285.699

Dados do prêmio de seguro:

Prêmio líquido:	R\$ 569,69
Custo de cadastro e acompanhamento de crédito:	R\$ 0,00
Adicional de fracionamento:	R\$ 0,00
IOF:	R\$ 0,00
Prêmio total:	R\$ 569,69

Dados do parcelamento do prêmio de seguro:

Parcela	Vencimento	Valor (R\$)
1	24/06/2016	R\$ 569,69



Apólice de Seguro Garantia

Número: 01-0775-02-0145813

Proposta: 285.680

CONDIÇÕES GERAIS

SEGURO GARANTIA - SEGURADO SETOR PÚBLICO

1. OBJETO

1.1. Este contrato de seguro garante o fiel cumprimento das obrigações assumidas pelo tomador perante o segurado, conforme os termos da apólice e até o valor da garantia fixado nesta, e de acordo com a(s) modalidade(s) e/ou cobertura(s) adicional(is) expressamente contratada(s) em razão de participação em licitação, em contrato principal pertinente a obras, serviços, inclusive de publicidade, compras, concessões e permissões no âmbito dos Poderes da União, Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, ou, ainda as obrigações assumidas em função de:

- I. processos administrativos;
- II. processos judiciais, inclusive execuções fiscais;
- III. parcelamentos administrativos de créditos fiscais, inscritos ou não, em dívida ativa;
- IV. regulamentos administrativos.

1.2. Encontram-se também garantidos por este seguro os valores devidos ao segurado, tais como multas e indenizações, oriundos do inadimplemento das obrigações assumidas pelo tomador, previstos em legislação específica, para cada caso.

2. DEFINIÇÕES:

Aplicam-se a este seguro, as seguintes definições:

2.1. Apólice: documento, assinado pela seguradora, que representa formalmente o contrato de Seguro Garantia.

2.2. Condições Gerais: conjunto das cláusulas, comuns a todas as modalidades e/ou coberturas de um plano de seguro, que estabelecem as obrigações e os direitos das partes contratantes.

2.3. Condições Especiais: conjunto das disposições específicas relativas a cada modalidade e/ou cobertura de um plano de seguro, que alteram as disposições estabelecidas nas Condições Gerais.

2.4. Condições Particulares: conjunto de cláusulas que alteram, de alguma forma, as Condições Gerais e/ou Condições Especiais, de acordo com cada segurado.

2.5. Contrato Principal: todo e qualquer ajuste entre órgãos ou entidades da Administração Pública (segurado) e particulares (tomadores), em que haja um acordo de vontades para a formação de vínculo e a estipulação de obrigações recíprocas, seja qual for a denominação utilizada.

2.6. Endosso: instrumento formal, assinado pela seguradora, que introduz modificações na apólice de Seguro Garantia, mediante solicitação e anuência expressa das partes.

2.7. Indenização: pagamento dos prejuízos e/ou multas resultantes do inadimplemento das obrigações cobertas pelo seguro.

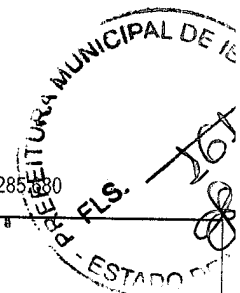
2.8. Limite Máximo de Garantia: valor máximo que a seguradora se responsabilizará perante o segurado em função do pagamento de indenização.

2.9. Prêmio: importância devida pelo tomador à seguradora, em função da cobertura do seguro, e que deverá constar da apólice ou endosso.

2.10. Processo de Regulação de Sinistro: procedimento pelo qual a seguradora constatará ou não a procedência da reclamação de sinistro, bem como a apuração dos prejuízos cobertos pela apólice.

2.11. Proposta de Seguro: instrumento formal de pedido de emissão de apólice de seguro, firmado nos termos da legislação em vigor.

2.12. Relatório Final de Regulação: documento emitido pela seguradora no qual se transmite o posicionamento



Apólice de Seguro Garantia

Número: 01-0775-02-0145813

Proposta: 285680

acerca da caracterização ou não do sinistro reclamado, bem como os possíveis valores a serem indenizados.

2.13. Segurado: a Administração Pública ou o Poder Concedente.

2.14. Seguradora: a sociedade de seguros garantidora, nos termos da apólice, do cumprimento das obrigações assumidas pelo tomador.

2.15. Seguro Garantia: seguro que garante o fiel cumprimento das obrigações assumidas pelo tomador perante o segurado, conforme os termos da apólice.

2.16. Sinistro: o inadimplemento das obrigações do tomador cobertas pelo seguro.

2.17. Tomador: devedor das obrigações por ele assumidas perante o segurado.

3. ACEITAÇÃO:

3.1. A contratação/alteração do contrato de seguro somente poderá ser feita mediante proposta assinada pelo proponente, seu representante ou por corretor de seguros habilitado. A proposta escrita deverá conter os elementos essenciais ao exame e aceitação do risco.

3.2. A seguradora fornecerá, obrigatoriamente, ao proponente, protocolo que identifique a proposta por ela recepcionada, com a indicação da data e da hora de seu recebimento.

3.3. A seguradora terá o prazo de 15 (quinze) dias para se manifestar sobre a aceitação ou não da proposta, contados da data de seu recebimento, seja para seguros novos ou renovações, bem como para alterações que impliquem modificação do risco.

3.3.1. Caso o proponente do seguro seja pessoa física, a solicitação de documentos complementares, para análise e aceitação do risco, ou da alteração proposta, poderá ser feita apenas uma vez, durante o prazo previsto no item 3.3..

3.3.2. Se o proponente for pessoa jurídica, a solicitação de documentos complementares poderá ocorrer mais de uma vez, durante o prazo previsto no item 3.3., desde que a seguradora indique os fundamentos do pedido de novos elementos, para avaliação da proposta ou taxação do risco.

3.3.3. No caso de solicitação de documentos complementares, para análise e aceitação do risco, ou da alteração proposta, o prazo de 15 (quinze) dias previsto no item 3.3. ficará suspenso, voltando a correr a partir da data em que se der a entrega da documentação.

3.4. No caso de não aceitação da proposta, a seguradora comunicará o fato, por escrito, ao proponente, especificando os motivos da recusa.

3.5. A ausência de manifestação, por escrito, da seguradora, no prazo acima aludido, caracterizará a aceitação tácita do seguro.

3.6. Caso a aceitação da proposta dependa de contratação ou alteração de resseguro facultativo, o prazo aludido no item 3.3. será suspenso até que o ressegurador se manifeste formalmente, comunicando a seguradora, por escrito, ao proponente tal eventualidade, ressaltando a conseqüente inexistência de cobertura enquanto perdurar a suspensão.

3.7. A emissão da apólice ou do endosso será feita em até 15 (quinze) dias, a partir da data de aceitação da proposta.

4. VALOR DA GARANTIA:

4.1. O valor da garantia desta apólice é o valor máximo nominal por ela garantido.

4.2. Quando efetuadas alterações previamente estabelecidas no contrato principal ou no documento que serviu de base para a aceitação do risco pela seguradora, o valor da garantia deverá acompanhar tais modificações, devendo a seguradora emitir o respectivo endosso.

4.3. Para alterações posteriores efetuadas no contrato principal ou no documento que serviu de base para a



Apólice de Seguro Garantia

Número: 01-0775-02-0145813

Proposta: 285.680

aceitação do risco pela seguradora, em virtude das quais se faça necessária a modificação do valor contratual, o valor da garantia poderá acompanhar tais modificações, desde que solicitado e haja o respectivo aceite pela seguradora, por meio da emissão de endosso.

5. PRÊMIO DO SEGURO:

5.1. O tomador é responsável pelo pagamento do prêmio à seguradora por todo o prazo de vigência da apólice.

5.2. Fica entendido e acordado que o seguro continuará em vigor mesmo quando o tomador não houver pago o prêmio nas datas convencionadas.

5.2.1. Não paga pelo tomador, na data fixada, qualquer parcela do prêmio devido, poderá a seguradora recorrer à execução do contrato de contragarantia.

5.3. Em caso de parcelamento do prêmio, não será permitida a cobrança de nenhum valor adicional, a título de custo administrativo de fracionamento, devendo ser garantido ao tomador, quando houver parcelamento com juros, a possibilidade de antecipar o pagamento de qualquer uma das parcelas, com a conseqüente redução proporcional dos juros pactuados.

5.4. Se a data limite para o pagamento do prêmio à vista ou de qualquer uma de suas parcelas coincidir com dia em que não haja expediente bancário, o pagamento poderá ser efetuado no primeiro dia útil em que houver expediente bancário.

5.5. A sociedade seguradora encaminhará o documento de cobrança diretamente ao tomador ou seu representante, observada a antecedência mínima de 5 (cinco) dias úteis, em relação à data do respectivo vencimento.

6. VIGÊNCIA:

6.1. Para as modalidades do Seguro Garantia nas quais haja a vinculação da apólice a um contrato principal, a vigência da apólice será igual ao prazo estabelecido no contrato principal, respeitadas as particularidades previstas nas Condições Especiais de cada modalidade contratada.

6.2. Para as demais modalidades, a vigência da apólice será igual ao prazo informado na mesma, estabelecido de acordo com as disposições previstas nas Condições Especiais da respectiva modalidade.

6.3. Quando efetuadas alterações de prazo previamente estabelecidas no contrato principal ou no documento que serviu de base para a aceitação do risco pela seguradora, a vigência da apólice acompanhará tais modificações, devendo a seguradora emitir o respectivo endosso.

6.4. Para alterações posteriores efetuadas no contrato principal ou no documento que serviu de base para a aceitação do risco pela seguradora, em virtude das quais se faça necessária a modificação da vigência da apólice, esta poderá acompanhar tais modificações, desde que solicitado e haja o respectivo aceite pela Seguradora, por meio da emissão de endosso.

7. EXPECTATIVA, RECLAMAÇÃO E CARACTERIZAÇÃO DO SINISTRO:

7.1. A Expectativa, Reclamação e Caracterização do Sinistro serão especificadas para cada modalidade nas Condições Especiais, quando couberem.

7.2. A seguradora descreverá nas Condições Especiais os documentos que deverão ser apresentados para a efetivação da Reclamação de Sinistro.

7.2.1. Com base em dúvida fundada e justificável, a seguradora poderá solicitar documentação e/ou informação complementar.

7.3. A Reclamação de Sinistros amparados pela presente apólice poderá ser realizada durante o prazo prescricional, nos termos da Clausula 17 destas Condições Gerais;



Apólice de Seguro Garantia

Número: 01-0775-02-0145813

Proposta: 285380

7.4. Caso a seguradora conclua pela não caracterização do sinistro, comunicará formalmente ao segurado, por escrito, sua negativa de indenização, apresentando, conjuntamente, as razões que embasaram sua conclusão, de forma detalhada.

8. INDENIZAÇÃO:

8.1. Caracterizado o sinistro, a seguradora cumprirá a obrigação descrita na apólice, até o limite máximo de garantia da mesma, segundo uma das formas abaixo, conforme for acordado entre as partes:

I - realizando, por meio de terceiros, o objeto do contrato principal, de forma a lhe dar continuidade, sob a sua integral responsabilidade; e/ou

II - indenizando, mediante pagamento em dinheiro, os prejuízos e/ou multas causados pela inadimplência do tomador, cobertos pela apólice.

8.2. Do prazo para o cumprimento da obrigação:

8.2.1. O pagamento da indenização ou o início da realização do objeto do contrato principal deverá ocorrer dentro do prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados da data de recebimento do último documento solicitado durante o processo de regulação do sinistro.

8.2.2. Na hipótese de solicitação de documentos de que trata o item 7.2.1., o prazo de 30 (trinta) dias será suspenso, reiniciando sua contagem a partir do dia útil subsequente daquele em que forem completamente atendidas as exigências.

8.2.3. No caso de decisão judicial ou decisão arbitral, que suspenda os efeitos de reclamação da apólice, o prazo de 30 (trinta) dias será suspenso, reiniciando sua contagem a partir do primeiro dia subsequente a revogação da decisão.

8.3. Nos casos em que haja vinculação da apólice a um contrato principal, todos os saldos de créditos do tomador no contrato principal serão utilizados na amortização do prejuízo e/ou da multa objeto da reclamação do sinistro, sem prejuízo do pagamento da indenização no prazo devido.

8.3.1. Caso o pagamento da indenização já tiver ocorrido quando da conclusão da apuração dos saldos de créditos do tomador no contrato principal, o segurado obriga-se a devolver a seguradora qualquer excesso que lhe tenha sido pago.

9. ATUALIZAÇÃO DE VALORES:

9.1. O não pagamento das obrigações pecuniárias da seguradora, inclusive da indenização nos termos da Cláusula 8 destas Condições Gerais, dentro do prazo para pagamento da respectiva obrigação, acarretará em:

a) atualização monetária, a partir da data de exigibilidade da obrigação, sendo, no caso de indenização, a data de caracterização do sinistro; e

b) incidência de juros moratórios calculados "pro rata temporis", contados a partir do primeiro dia posterior ao término do prazo fixado

9.2. O índice utilizado para atualização monetária será o IPCA/IBGE - índice de Preços ao Consumidor Amplo da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - ou índice que vier a substituí-lo, sendo calculado com base na variação positiva apurada entre o último índice publicado antes da data de obrigação de pagamento e aquele publicado imediatamente anterior a data de sua efetiva liquidação.

9.3. Os juros moratórios, contados a partir do primeiro dia posterior ao término do prazo fixado para pagamento da obrigação, serão equivalentes à taxa que estiver em vigor para a mora do pagamento de impostos devidos à Fazenda Nacional.

9.4. O pagamento de valores relativos à atualização monetária e juros de mora será feito independente de qualquer interpelação judicial ou extrajudicial, de uma só vez, juntamente com os demais valores devidos no contrato.



Apólice de Seguro Garantia

Número: 01-0775-02-0145813

Proposta: 285.080

10. SUB-ROGAÇÃO:

10.1. Paga a indenização ou iniciado o cumprimento das obrigações inadimplidas pelo tomador, a seguradora sub-rogar-se-á nos direitos e privilégios do segurado contra o tomador, ou contra terceiros cujos atos ou fatos tenham dado causa ao sinistro.

10.2. É ineficaz qualquer ato do segurado que diminua ou extinga, em prejuízo do segurador, os direitos a que se refere este item.

11. PERDA DE DIREITOS:

O segurado perderá o direito à indenização na ocorrência de uma ou mais das seguintes hipóteses:

I - Casos fortuitos ou de força maior, nos termos do Código Civil Brasileiro;

II - Descumprimento das obrigações do tomador decorrente de atos ou fatos de responsabilidade do segurado;

III - Alteração das obrigações contratuais garantidas por esta apólice, que tenham sido acordadas entre segurado e tomador, sem prévia anuência da seguradora;

IV - Atos ilícitos dolosos ou por culpa grave equiparável ao dolo praticados pelo segurado, pelo beneficiário ou pelo representante, de um ou de outro;

V - O segurado não cumprir integralmente quaisquer obrigações previstas no contrato de seguro;

VI - Se o segurado ou seu representante legal fizer declarações inexatas ou omitir de má-fé circunstâncias de seu conhecimento que configurem agravação de risco de inadimplência do tomador ou que possam influenciar na aceitação da proposta;

VII - Se o Segurado agravar intencionalmente o risco.

12. CONCORRÊNCIA DE GARANTIAS:

No caso de existirem duas ou mais formas de garantia distintas, cobrindo cada uma delas o objeto deste seguro, em benefício do mesmo segurado ou beneficiário, a seguradora responderá, de forma proporcional ao risco assumido, com os demais participantes, relativamente ao prejuízo comum.

13. CONCORRÊNCIA DE APÓLICES:

É vedada a utilização de mais de um Seguro Garantia na mesma modalidade para cobrir o objeto deste contrato, salvo no caso de apólices complementares.

14. EXTINÇÃO DA GARANTIA:

14.1. A garantia expressa por este seguro extinguir-se-á na ocorrência de um dos seguintes eventos, o que ocorrer primeiro, sem prejuízo do prazo para reclamação do sinistro conforme item 7.3. destas Condições Gerais:

I - quando o objeto do contrato principal garantido pela apólice for definitivamente realizado mediante termo ou declaração assinada pelo segurado ou devolução da apólice;

II - quando o segurado e a seguradora assim o acordarem;

III - quando o pagamento da indenização ao segurado atingir o limite máximo de garantia da apólice;

IV - quando o contrato principal for extinto, para as modalidades nas quais haja vinculação da apólice a um contrato principal, ou quando a obrigação garantida for extinta, para os demais casos; ou

V - quando do término de vigência previsto na apólice, salvo se estabelecido em contrário nas Condições Especiais.



Apólice de Seguro Garantia

Número: 01-0775-02-0145813

Proposta: 283580

14.2. Quando a garantia da apólice recair sobre um objeto previsto em contrato, esta garantia somente será liberada ou restituída após a execução do contrato, em consonância com o disposto no parágrafo 4º do artigo 56 da Lei Nº 8.666/1993, e sua extinção se comprovará, além das hipóteses previstas no item 14.1., pelo recebimento do objeto do contrato nos termos do art. 73 da Lei nº 8.666/93.

15. RESCISÃO CONTRATUAL:

15.1. No caso de rescisão total ou parcial do contrato, a qualquer tempo, por iniciativa do segurado ou da seguradora e com a concordância recíproca, deverão ser observadas as seguintes disposições:

15.1.1. Na hipótese de rescisão a pedido da sociedade seguradora, esta reterá do prêmio recebido, além dos emolumentos, a parte proporcional ao tempo decorrido;

15.1.2. Na hipótese de rescisão a pedido do segurado, a sociedade seguradora reterá, no máximo, além dos emolumentos, o prêmio calculado de acordo com a seguinte tabela de prazo curto:

Relação a ser aplicada sobre a vigência original para obtenção do prazo em dias	% do prêmio	Relação a ser aplicada sobre a vigência original para obtenção do prazo em dias	% do prêmio
15/365	13	195/365	73
30/365	20	210/365	75
45/365	27	225/365	78
60/365	30	240/365	80
75/365	37	255/365	83
90/365	40	270/365	85
105/365	46	285/365	88
120/365	50	300/365	90
135/365	56	315/365	93
150/365	60	330/365	95
165/365	66	345/365	98
180/365	70	365/365	100

15.1.2.1. Para prazos não previstos na tabela constante do subitem 15.1.2., deverá ser utilizado percentual correspondente ao prazo imediatamente inferior.

16. CONTROVÉRSIAS:

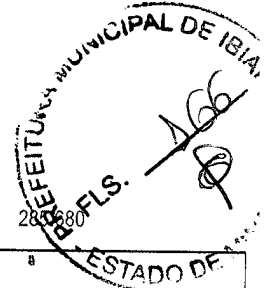
16.1. As controvérsias surgidas na aplicação destas Condições Contratuais poderão ser resolvidas:

I - por arbitragem; ou

II - por medida de caráter judicial.

16.2. No caso de arbitragem, deverá constar, na apólice, a cláusula compromissória de arbitragem, que deverá ser facultativamente aderida pelo segurado por meio de anuência expressa.

16.2.1. Ao concordar com a aplicação desta cláusula, o segurado estará se comprometendo a resolver todos os seus litígios com a sociedade seguradora por meio de Juízo Arbitral, cujas sentenças têm o mesmo efeito



Apólice de Seguro Garantia

Número: 01-0775-02-0145813

Proposta:

283380

que as sentenças proferidas pelo Poder Judiciário.

16.2.2. A cláusula de arbitragem é regida pela Lei nº9307, de 23 de setembro de 1996.

17. PRESCRIÇÃO:

Os prazos prescricionais são aqueles determinados pela lei.

18. FORO:

As questões judiciais entre seguradora e segurado serão processadas no foro do domicílio deste.

19. DISPOSIÇÕES FINAIS

19.1. A aceitação do seguro estará sujeita à análise do risco.

19.2. As apólices e endossos terão seu início e término de vigência às 24hs das datas para tal fim neles indicadas.

19.3. O registro deste plano na SUSEP não implica, por parte da Autarquia, incentivo ou recomendação à sua comercialização.

19.4. Após sete dias úteis da emissão deste documento, poderá ser verificado se a apólice ou endosso foi corretamente registrado no site da SUSEP - www.susep.gov.br <<http://www.susep.gov.br>>.

19.5. A situação cadastral do corretor de seguros pode ser consultada no site www.susep.gov.br <<http://www.susep.gov.br>>, por meio do número de seu registro na SUSEP, nome completo, CNPJ ou CPF.

19.6. Este seguro é contratado a primeiro risco absoluto.

19.7. Considera-se como âmbito geográfico das modalidades contratadas todo o território nacional, salvo disposição em contrário nas Condições Especiais e/ou Particulares da Apólice.

19.8. Os eventuais encargos de tradução referentes ao reembolso de despesas efetuadas no exterior ficarão totalmente a cargo da Sociedade Seguradora.



Apólice de Seguro Garantia

Número: 01-0775-02-0145813

Proposta:

CONDIÇÕES ESPECIAIS

SEGURO GARANTIA PARA CONSTRUÇÃO, FORNECIMENTO OU PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

1. OBJETO:

1.1. Este contrato de seguro garante a indenização, até o valor da garantia fixado na apólice, pelos prejuízos decorrentes do inadimplemento das obrigações assumidas pelo tomador no contrato principal, para construção, fornecimento ou prestação de serviços.

1.2. Encontram-se também garantidos por este contrato de seguro os valores das multas e indenizações devidas à Administração Pública, tendo em vista o disposto na Lei nº 8.666/93.

1.3. Poderá ainda ser contratada, com verba específica independente, a Cobertura Adicional de Ações Trabalhistas e Previdenciárias.

2. DEFINIÇÕES:

Define-se, para efeito desta modalidade, além das definições constantes do art. 6º da Lei nº 8.666/93 e do art. 2º da Lei nº 8.987/95:

I - Prejuízo: perda pecuniária comprovada, excedente aos valores originários previstos para a execução do objeto do contrato principal, causada pelo inadimplemento do tomador, excluindo-se qualquer prejuízo decorrente de outro ramo de seguro, tais como responsabilidade civil, lucros cessantes.

3. VIGÊNCIA:

3.1. A vigência da apólice será fixada de acordo com as seguintes regras:

I - coincidindo com o prazo de vigência do contrato administrativo pertinente à execução de obras, serviços e/ou compras;

II - por períodos renováveis, no caso de concessões e permissões do serviço público.

3.2. As renovações, a que se refere o inciso II do item 3.1., não se presumem, serão precedidas de notificação escrita da seguradora ao segurado e ao tomador, com antecedência de até noventa dias da data do término da vigência da apólice em vigor, declarando seu explícito interesse na manutenção da garantia.

4. EXPECTATIVA, RECLAMAÇÃO E CARACTERIZAÇÃO DO SINISTRO:

4.1. Expectativa: tão logo realizada a abertura do processo administrativo para apurar possível inadimplência do tomador, este deverá ser imediatamente notificado pelo segurado, indicando claramente os itens não cumpridos e concedendo-lhe prazo para regularização da inadimplência apontada, remetendo cópia da notificação para a seguradora, com o fito de comunicar e registrar a Expectativa de Sinistro.

4.2. Reclamação: a Expectativa de Sinistro será convertida em Reclamação, mediante comunicação pelo segurado à seguradora, da finalização dos procedimentos administrativos que comprovem o inadimplemento do tomador, data em que restará oficializada a Reclamação do Sinistro.

4.2.1. Para a Reclamação do Sinistro será necessária a apresentação dos seguintes documentos, sem prejuízo do disposto no item 7.2.1. das Condições Gerais:

a) Cópia do contrato principal ou do documento em que constam as obrigações assumidas pelo tomador, seus anexos e aditivos se houver, devidamente assinados pelo segurado e pelo tomador;

b) Cópia do processo administrativo que documentou a inadimplência do tomador;

c) Cópias de atas, notificações, contra notificações, documentos, correspondências, inclusive e-mails, trocados entre o segurado e o tomador, relacionados à inadimplência do tomador;



Apólice de Seguro Garantia

Número: 01-0775-02-0145813

Proposta:

200-680

- d) Planilha, relatório e/ou correspondências informando da existência de valores retidos;
- e) Planilha, relatório e/ou correspondências informando os valores dos prejuízos sofridos;

4.2.2. A não formalização da Reclamação do Sinistro tornará sem efeito a Expectativa do Sinistro;

4.3. Caracterização: quando a seguradora tiver recebido todos os documentos listados no item 4.2.1. e, após análise, ficar comprovada a inadimplência do tomador em relação às obrigações cobertas pela apólice, o sinistro ficará caracterizado, devendo a seguradora emitir o relatório final de regulação;

5. RATIFICAÇÃO:

Ratificam-se integralmente as disposições das Condições Gerais que não tenham sido alteradas pela presente Condição Especial.



Apólice de Seguro Garantia

Número: 01-0775-02-0145813

Proposta: 285.689

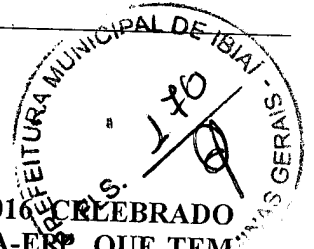
CONDIÇÃO PARTICULAR - ANTICORRUPÇÃO

1. Não estão cobertos pela presente Apólice a ocorrência de quaisquer prejuízos, rescisões e/ou demais penalidades relacionados, direta ou indiretamente, a atos, omissões e/ou fatos violadores de normas de anticorrupção, perpetrados pelo segurado, tomador, coobrigados e suas controladas, controladoras, coligadas, filiadas, filiais e seus respectivos sócios/acionistas, representantes, titulares, funcionários e/ou prepostos.



PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIAÍ
PRAÇA 31 DE MARÇO, 555 – CEP 39350-000 – IBIAÍ – MINAS GERAIS TELEFAX (38)
3746-1136

NOTIFICAÇÃO



CONTRATO DE CONTRATO N.º 45/2016 LICITAÇÃO N.º TP 04/2016 CANCELADO
ENTRE A PREFEITURA DE IBIAÍ E CONSTRUTORA VIGAMA LTDA-EPP, QUE TEM
COMO OBJETO A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM
ENGENHARIA CIVIL PARA A REALIZAÇÃO DE PAVIMENTAÇÃO EM BLOQUETES
DE RUAS NO MUNICÍPIO DE IBIAÍ-MG.


NOTIFICAMOS a empresa **CONSTRUTORA VIGAMA LTDA-EPP**, inscrita no CNPJ sob o n.º 03.828.058/0001-16, estabelecida na Rua Bezerra de Menezes, 13, Bairro São José, Montes Claros-Mg, CEP: 39400-343, neste ato representada por Gabriele Prates Eulálio Lélis, portadora do CPF n.º 107.370.896-95, para que cumpra o objeto do Contrato de n.º 45/2016, vinculado ao Processo 034/2016, TP n.º 04/2016, que tem como objeto a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM ENGENHARIA CIVIL PARA A REALIZAÇÃO DE PAVIMENTAÇÃO EM BLOQUETES DE RUAS NO MUNICÍPIO DE IBIAÍ-MG.**


O não cumprimento do contrato culminará na sua rescisão com fundamento no art. 78, II da Lei 8666/93 e cláusula décima primeira do contrato.

Pelos prejuízos trazidos ao município, a não finalização do contrato, implicará nas sanções cumulativas previstas no artigo 87, incisos II a IV, da Lei 866/93 e o previsto na cláusula 9ª do contrato.

Acerca desta notificação, fica V.Sa, **NOTIFICADO** para, querendo, apresentar manifestação, com documentos e justificativas, no prazo de até 05 (cinco) dias, que serão analisados, no conjunto com esta notificação, pelo Jurídico deste Município, do que se aguarda, regular e perfeita prestação dos serviços.

Ibiaí, 10 de Agosto de 2016.


Elaine Fernandes dos Santos
Gerente de Licitações


10/08/16
Recebi

NOTIFICAÇÃO

NOTIFICANTE: CONSTRUTORA VIGAMA LTDA., inscrita no CNPJ/MF sob o nº 03.828.058/0001-16, com sede a Rua Bezerra de Menezes, 13 – Bairro São José, na cidade de Montes Claros – MG, nesse ato representado pelo seu Representante Legal, **Leonardo Eulálio Lélis**, advogado inscrito na OAB / MG sob o nº 66.637;

NOTIFICADO: MUNICÍPIO DE IBIAÍ – Estado de Minas Gerais, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 16.899.700/0001-08, com sede na Praça 31 de Março, nº 555, no Município de Ibíai – Estado de Minas Gerais neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. Larravardier Batista Cordeiro.

Pelo presente instrumento particular em direito, o NOTIFICANTE, através da procurador que a esta subscreve, notifica respeitosa e formalmente esse Município, na pessoa de Vossa Senhoria, sobre os fatos que são expostos a seguir:

O NOTIFICANTE E O NOTIFICADO celebraram o Contrato 045 /2.016, Processo 034 / 2.016, que trata da Contratação de Empresa de Engenharia Civil para a realização de Pavimentação em Bloquete Sextavado em Ruas do Município e Ibíai – MG.

Emitida a devida Ordem de Serviços, iniciaram-se os serviços, sendo que esses originaram a Medição de nº 01, que teve emitida pela NOTIFICANTE a Nota Fiscal de nº 201600000000021, no valor de R\$ 10.199,08 (dez mil e cento e noventa e nove reais e oito centavos), na data de 29 de junho de 2.016.

Reza a cláusula oitava do referido Contrato:


CLÁUSULA OITAVA - COBRANÇA E PAGAMENTO ...

8.2 O pagamento será liberado após conferência e medições, que serão efetuadas pelo técnico competente indicado pela Secretaria de Obras e Serviços Públicos;

Ocorre que decorridos exatos 41 (quarenta e um) dias da emissão da Nota Fiscal, que se deu depois de conferido e atestado todos os serviços e elementos devidos, AINDA NÃO SE EFETUOU O PAGAMENTO.

Assim, FICA NOTIFICADO ESSE MUNICÍPIO PARA A REGULARIZAÇÃO DO PAGAMENTO, SENDO QUE AS OBRAS SERÃO PARALISADAS POR MEDIDA DE SEGURANÇA JURÍDICA, DEVENDO O PAGAMENTO SER EFETUADA EM 72 (SETENTA E DUAS) HORAS, ENTENDENDO, DEPOIS DESSE PRAZO, COMO DESCUMPRIMENTO CONTRATUAL PELA NOTIFICADA, COM AS COMINAÇÕES LEGAIS E MEDIDAS JUDICIAIS CABIVÉIS.

Montes Claros, 10 de agosto de 2.016.


LEONARDO EULÁLIO LÉLIS
REPRESENTANTE LEGAL
OAB / MG – 66.637
CONSTRUTORA VIGAMA LTDA
CNPJ 03.828.058/0001-16

PLANILHA DE MEDIÇÃO

Município: Ibrai/MG

Licitação Nº : 034/2016 - Tomada de Preço nº 04/20

Medição Nº : 01

Projeto: Calçamento em Bloquete das Ruas José Cabeludo, José Tomaz da Fonseca e Emídio de Castro na Sede do Município de Ibrai MG.

Período: 15/06/2016 a 20/06/2016

Empresa: Construtora Vigama Ltda - EPP

Nº do Contrato: 045/2016

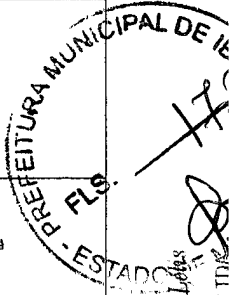
Data: 21/06/2016

Engenheiro Responsável - Município: Áureo da Silva Santos

Folha: 1/2

Contrato BDMG Nº : 217008/16

Item	Discriminação	Unid.	Preço Unitário (A)	Quantidade Prevista Total (B)	Quantidade Executada Nesta Medição (C)	Quantidade Executada Acumulada (D)	Valor (R\$) Previsto Total (Ax B)	Valor (R\$) Executado Nesta Medição (Ax C)	Valor (R\$) Executado Acumulado (Ax D)
1	INSTALAÇÕES INICIAIS DA OBRA								
1.1	FORNECIMENTO E COLOCAÇÃO DE PLACA DE OBRA EM CHAPA GALVANIZADA 026 (3,00X1,50M) AFIxada COM REBITE 540 E PARAFUSOS 3/8, EM ESTRUTURA METÁLICA DE VIGA U 2" ENRIJEcida COM METALON 20X20 INCLUINDO SUPORTE EM EUCALIPTO AUTOCLAVADO, PINTADA NA FRENTE E NO VERSO COM FUNDO ANTI-CORROSIVO E TINTA AUTOMOTIVA FUNDO AZUL, TEXTO PLOTTER DE RECORTE PELÍCULA BRANCA E PARTE INFERIOR: APLICAÇÃO DAS MARCAS EM COR CONFORME MANUAL DE IDENTIDADE VISUAL DO GOVERNO DE MINAS.	Unid.	1.501,00	1,00	1,00	1,00	1.501,00	1.501,00	1.501,00
						Sub-Total	1.501,00	1.501,00	1.501,00
2	OBRAS VIÁRIAS (CALÇAMENTO EM BLOQUETE)								
2.1	REGULARIZAÇÃO DO SUBLEITO COM PROCTOR NORMAL	m²	1,15	7.790,96	7.790,96	7.790,96	8.959,60	8.959,60	8.959,60
2.2	BASE DE SOLO-BICA CORRIDA A 33% DE BICA CORRIDA COM MISTURA NA PISTA, COMPACTADO NA ENERGIA DO PROCTOR INTERMEDIÁRIO (EXECUÇÃO, INCLUINDO FORNECIMENTO DA BICA CORRIDA, ESCAVAÇÃO E CARGA DO MATERIAL DE JAZIDA, UMIDECIMENTO, HOMOGENIZAÇÃO E COMPACTAÇÃO DA MISTURA).	m³	33,07	1.168,65			38.548,04		



Áureo da Silva Santos
 Engenheiro Civil
 CREA: MG 140890

Gabriele Prates Eulálio Lelis
 Engenheira Civil
 CREA: MG 140890

Gabriele Prates Eulálio Lelis
 Sócia-Diretora
 CONSTRUTORA VIGAMA LTDA

PLANILHA DE MEDIÇÃO

Município: Ibiaí/MG

Licitação Nº : 034/2016 Tomada de Preço nº 04/20

Medição Nº : 01

Projeto: Calçamento em Bloquete das Ruas Jose Cabeludo, José Tomaz da Fonseca e Emidio de Castro na Sede do Município de Ibiaí MG.

Período: 15/06/2016 a 20/06/2016

Empresa: Construtora Vigama Ltda - EPP

Nº do Contrato: 045/2016

Data: 21/06/2016

Engenheiro Responsável - Município: Aurco da Silva Santos

Folha: 2/2

Contrato BDMG Nº : 217008/16

Item	Discriminação	Unid.	Preço Unitário (A)	Quantidade Prevista Total (B)	Quantidade Executada Nesta Medição (C)	Quantidade Executada Acumulada (D)	Valor (R\$) Previsto Total (Ax8)	Valor (R\$) Executado Nesta Medição (AxC)	Valor (R\$) Executado Acumulado (AxD)
2.3	TRANSPORTE DE MATERIAL DE JAZIDA PARA CONSERVAÇÃO DMT ACIMA DE 50KM (BICA CORRIDA) DMT=75KM.	m³xkm	0,75	28.923,75			21.692,81		
2.4	EXECUÇÃO DE CALÇAMENTO EM BLOQUETE - E = 8 CM - FCK = 35 MPA, INCLUINDO FORNECIMENTO E TRANSPORTE DE TODOS OS MATERIAIS, COLCHÃO DE ASSENTAMENTO E = 6 CM.	m²	85,90	7.398,05			635.492,49		
3	URBANIZAÇÃO E OBRAS COMPLEMENTARES					Sub-Total	704.692,94	8.959,60	8.959,60
3.1	MEIO FIO COM SARIETA, EXECUTADO C/EXTRUSORA (SARIETA 30X8CM. MEIO FIO 15X10CM X H=23CM), INCLUI ESCAVAÇÃO E ACERTO FAIXA 0,45M	m	33,98	1.517,56			51.566,68		
3.2	CORDÃO DE CONCRETO PRÉ-MOLDADO BOLEADO 10 X 10 CM.	m	23,50	77,80			1.828,30		
						Sub-Total	53.394,98		
TOTAL						TOTAL	759.588,92	10.460,60	10.460,60

Aureo da Silva Santos
Município: Ibiaí - MG
Engenheiro: Aureo da Silva Santos
CREA/MG 199 680/LP

Gabriele Probst Eulálio Lellis
Empreiteira: Construtora Vigama Ltda - EPP
Sócia-Diretora
CONSTRUTORA VIGAMA LTDA
CNPJ 03.828.058/0001-16
CREA/MG 198 806/LP

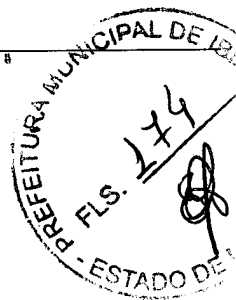
REPÚBLICA MUNICIPAL DE IBIÁI
Engenheiro Civil
Gabriele Probst Eulálio Lellis
CREA/MG 198 886/LP

Aureo da Silva Santos
Engenheiro Civil
CREA: MG 198880



PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIAÍ

PRAÇA 31 DE MARÇO, 555 – CEP 39350-000 – IBIAÍ – MINAS GERAIS TELEFAX (38)
3746-1136



PARECER JURÍDICO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 034/2016

TOMADA DE PREÇOS Nº. 04/2016

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUTAR
PAVIMENTAÇÃO EM BLOQUETES DE RUAS NO MUNICÍPIO DE IBIAÍ-MG

Prezados,

O presente parecer tem o intuito de atender a solicitação feita pelo Setor de Licitações da Prefeitura Municipal de Ibiaí/MG, no qual remeteu notificação à empresa CONSTRUTORA VIGAMA LTDA- EPP pela paralização da obra licitada, para análise da justificativa da empresa, pedido do qual, emitimos o seguinte parecer.

A empresa em análise informou que através do Contrato 045/16, firmado pelo Processo 034/16, para obra de pavimentação em bloquetes nas ruas deste Município, que o pagamento seria realizado por medição e que o Município não tinha realizado o pagamento, decorridos 41 (quarenta e um dias) da emissão da Nota Fiscal.

Para tanto, informamos que em análise ao Setor de Finanças do Município este pagamento foi realizado, hoje, no dia 23 de agosto de 2016. Desta forma, caso não retorne os serviços contratados será culminada as penalidades pelo não cumprimento do contrato, fundamentado na Lei 8.666/93.

Proceda a pregoeira a juntada deste parecer, sendo que, após, pelo correio ou por e-mail (com juntada de comprovante de encaminhamento) seja dado ciência a empresa em análise, com este parecer e demais decisões que forem tomadas.

É o parecer, S.M.J..

Ibiaí/MG, 23 de agosto de 2016.

Fellipe Soares Leal
OAB/MG: 124.937
Procurador Jurídico Municipal

Thais Prado Capuchinho
Thais Prado Capuchinho
OAB/MG: 162.123
Assessora Jurídica Municipal



PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIAÍ
PRAÇA 31 DE MARÇO, 555 – CEP 39350-000 – IBIAÍ – MINAS GERAIS TELEFAX (38)
3746-1136



**EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DO TERMO DE ADJUDICAÇÃO E
HOMOLOGAÇÃO**

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IBIAÍ/MG CONSOLIDA E PUBLICA A QUEM POSSA INTERESSAR, PRINCIPALMENTE PARA EFEITO DE FISCALIZAÇÃO E DIVULGAÇÃO, A HOMOLOGAÇÃO DA TOMADA DE PREÇO TOMADA DE PREÇO Nº 04/2016 QUE TEM POR OBJETO A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DE OBRAS E SERVIÇOS COM FORNECIMENTO TOTAL DE MATERIAS, SOB O REGIME DE EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL, NECESSÁRIOS À EXECUÇÃO DE PAVIMENTAÇÃO EM BLOQUETE DE RUAS EM IBIAÍ-MG, TIPO MENOR PREÇO GLOBAL.

O PROCESSO FOI HOMOLOGADO EM FAVOR DA EMPRESA CONSTRUTORA VIGAMA LTDA-EPP, INSCRITA NO CNPJ SOB O Nº 03.828.058/0001-16.

VALOR GLOBAL: R\$ 759.588,92 (SETECENTOS E CINQUENTA E NOVE MIL QUINHENTOS E OITENTA E OITO REAIS E NOVENTA E DOIS CENTAVOS).

IBIAÍ/MG, 14 DE JUNHO DE 2016.

LARRAVARDIÉRIE BATISTA CORDEIRO
PREFEITO MUNICIPAL



PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIAÍ
PRAÇA 31 DE MARÇO, 555 – CEP 39350-000 – IBIAÍ – MINAS GERAIS TELEFAX (38)
3746-1136

DECLARAÇÃO DE ATENDIMENTO A LEI 8.666/93 E SUAS ALTERAÇÕES



O Município de Ibiaí, Estado de Minas Gerais, CNPJ 16.899.700/0001-08 com Prefeitura sediada na Praça 31 de março, nº 555; através de seu Prefeito Municipal, Larravardierie Batista Cordeiro, declara para os devidos fins junto a Secretaria de Estado de Transportes e Obras Públicas/Setop, que o procedimento licitatório nº 034/2016, modalidade tomada de preços nº 04/2016, que contratou empresa **CONSTRUTORA VIGAMA LTDA-EPP** a fim de executar as obras, constantes do Projeto BDMG-Pavimentação Sede, atendeu a todos os quesitos constantes na lei federal nº 8.666/93 e suas alterações.

Por ser expressão da verdade, firmo a presente declaração.

IBIAÍ/MG, 31 de Agosto de 2016.

LARRAVARDIERIE BATISTA CORDEIRO
PREFEITO MUNICIPAL



PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIAÍ
ORDEM DE SERVIÇO Ordinaria de Contrato

REQUISITANTE: OBRAS E SERVIÇOS URBANOS

FORNECEDOR: 5593: CONSTRUTORA VIGAMA LTDA

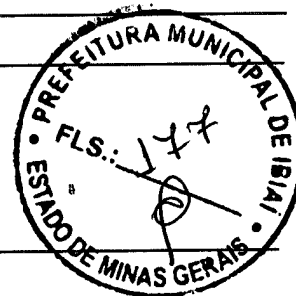
ENDEREÇO: RUA BEZERRA DE MENEZES, 13, SÃO JOSÉ, MONTES CLAROS

CNPJ: 03.828.058/0001-16

TELEFONE: () -

Nº. Contrato: 45

Dt. Assinatura: 14/06/2016



Nº Processo: 34 - 4 / 2016

Modalidade: Tomada de Preço

Homologação: 14/06/2016

CÓDIGO OF: 1365

Nº EMPENHO : 2630

DATA: 22/06/2016

OBJ: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE OBRA DE PAVIMENTAÇÃO DE RUAS EM IBIAÍ-MG

Dotação: 1232 44905100 - Obras de Construção e Pavimentação de Vias Públicas Municipais

Elemento: 51 Obras e Instalações

S elemento: 01 Obras e Instalações de Domínio Público

Vínculo: 190

Descrição do Material/Serviço	UN	Qtde	Vlr. Unitário	Subtotal
16969 - PAVIMENTAÇÃO EM BLOQUETE DE RUAS EM IBIAÍ; ;	SERVIÇO	0,0137	759588,9200	10406,37
			Valor Total OF:	10.460,00

Prazo de Pagamento

Local de Entrega:

Material/Serviço entregue em:

Recebido por:

Observações:

Dados para Emissão de Documento Fiscal:

PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIAÍ

CNPJ: 16.899.700/0001-08

PRAÇA 31 DE MARÇO, 555 Bairro: CENTRO Cidade: IBIAÍ CEP: 39350-000



PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIAÍ
ORDEM DE SERVIÇO Ordinaria de Contrato

REQUISITANTE: OBRAS E SERVIÇOS URBANOS

FORNECEDOR: 5593: CONSTRUTORA VIGAMA LTDA

ENDEREÇO: RUA BEZERRA DE MENEZES, 13, SÃO JOSÉ, MONTES CLAROS

CNPJ: 03.828.058/0001-16

TELEFONE: () -

Nº. Contrato: 45

Dt. Assinatura: 14/06/2016

Nº Processo: 34 - 4 / 2016

Modalidade: Tomada de Preço

Homologação: 14/06/2016

CÓDIGO OF: 2041

Nº EMPENHO : 3818

DATA: 05/09/2016

OBJ: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE OBRA DE PAVIMENTAÇÃO DE RUAS EM IBIAÍ-MG- REFERENTE A 2ª MEDIÇÃO

Dotação: 1232 44905100 - Obras de Construção e Pavimentação de Vias Públicas Municipais

Elemento: 51 Obras e Instalações

Subelemento: 01 Obras e Instalações de Domínio Público

Vínculo: 190

Descrição do Material/Serviço	UN	Qtde	Vlr. Unitário	Subtotal
16969 - PAVIMENTAÇÃO EM BLOQUETE DE RUAS EM IBIAÍ; ;	SERVIÇO	0,0737	759588,9200	55981,70
Valor Total OF:			55.981,70	

Prazo de Pagamento

Local de Entrega:

Material/Serviço entregue em:

Recebido por:

Observações:

Dados para Emissão de Documento Fiscal:

PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIAÍ

CNPJ: 16.899.700/0001-08

PRAÇA 31 DE MARÇO, 555 Bairro: CENTRO Cidade: IBIAÍ CEP: 39350-000



PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIAÍ
ESTADO DE MINAS GERAIS – CNPJ: 16.899.700/0001-08
PRAÇA 31 DE MARÇO, 555 – CEP 39350-000 TELEFAX (38) 3746-1136.
prefeituradeibiai@gmail.com
DEPARTAMENTO DE CONVÊNIOS E PRESTAÇÃO DE CONTAS

OFÍCIO/CONV/P. CONTAS nº 070/2016.

Ibiaí/MG, 08 de Novembro de 2016.



Ao Setor de Licitação

Prefeitura Municipal de Ibiaí - MG

Assunto: Comunicado Referente à Paralisação da Obra de Pavimentação de Ruas em Ibiaí - MG.

Venho através deste, comunicar que a "Obra de Pavimentação de Ruas em Ibiaí - MG" encontra-se paralisada desde o dia 22 de Setembro de 2016, computando até a presente data em 48 (quarenta e oito) dias de atraso. Os serviços foram paralisados deixando o trecho inacabado, o que está causando transtornos aos moradores do local, uma vez que o trecho está interditado e o colchão de areia e a água da chuva acumulada junto ao meio fio estão dificultando o acesso às residências. Verifica-se também que está sendo danificado o trecho onde foram colocados os bloquetes e não foi feito o rejunte e sarjeta. A empresa contratada para a execução da obra é a CONSTRUTORA VIGAMA LTDA, inscrita no CNPJ: 03.828.058/000-16.

Sem mais para o momento, coloco-me à disposição para quaisquer esclarecimentos que se fizerem necessários.

Atenciosamente,

Aureo da Silva Santos

Aureo da Silva Santos

Engenheiro Civil – Prefeitura Municipal de Ibiaí/ MG

Aureo da Silva Santos
Engenheiro Civil
CREA: MG 199680



PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIAÍ
PRAÇA 31 DE MARÇO, 555 – CEP 39350-000 – IBIAÍ – MINAS GERAIS TELEFAX (38)
3746-1136

2ª NOTIFICAÇÃO

DE CONTRATO N.º 45/2016 LICITAÇÃO N.º TP 04/2016 CELEBRADO ENTRE A PREFEITURA DE IBIAÍ E CONSTRUTORA VIGAMA LTDA-EPP, QUE TEM COMO OBJETO A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM ENGENHARIA CIVIL PARA A REALIZAÇÃO DE PAVIMENTAÇÃO EM BLOQUETES DE RUAS NO MUNICÍPIO DE IBIAÍ-MG.

NOTIFICAMOS a empresa **CONSTRUTORA VIGAMA LTDA-EPP**, inscrita no CNPJ sob o nº 03.828.058/0001-16, estabelecida na Rua Bezerra de Menezes, 13, Bairro São José, Montes Claros-Mg, CEP: 39400-343, neste ato representada por Gabriele Prates Eulálio Lélis, portadora do CPF nº 107.370.896-95, para que cumpra o objeto do Contrato de nº 45/2016, vinculado ao Processo 034/2016, TP nº 04/2016, que tem como objeto a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM ENGENHARIA CIVIL PARA A REALIZAÇÃO DE PAVIMENTAÇÃO EM BLOQUETES DE RUAS NO MUNICÍPIO DE IBIAÍ-MG**.

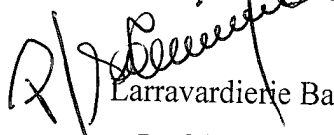
De acordo com o Engenheiro da Prefeitura responsável pela obra, a mesma se encontra paralisada desde o dia 22 de Setembro e os serviços paralisados vêm causando grandes transtornos aos moradores do local, uma vez que o trecho em obra está interditado e o colchão de areia e a água da chuva acumulada junto ao meio fio estão dificultando o acesso às residências. Verifica-se ainda que o está sendo danificado o trecho onde foram colocados os bloquetes e não fez o rejunte e sarjeta.

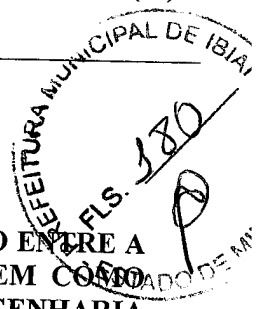
O não cumprimento do contrato culminará na sua rescisão com fundamento no art. 78, II da Lei 8666/93 e cláusula décima primeira do contrato.

Pelos prejuízos trazidos ao município, a não finalização do contrato, implicará nas sanções cumulativas previstas no artigo 87, incisos II a IV, da Lei 866/93 e o previsto na cláusula 9ª do contrato.

Acerca desta notificação, fica V.Sa, **NOTIFICADO** para, querendo, apresentar manifestação, com documentos e justificativas, no prazo de até 05 (cinco) dias, que serão analisados, no conjunto com esta notificação, pelo Jurídico deste Município, do que se aguarda, regular e perfeita prestação dos serviços.

Ibiaí, 10 de novembro de 2016.


Larravardier Batista Cordeiro
Prefeito Municipal de Ibiaí





PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIAÍ

PRAÇA 31 DE MARÇO, 555 – CEP 39350-000 – IBIAÍ – MINAS GERAIS TELEFAX (38)
3746-1136

2ª NOTIFICAÇÃO

DE CONTRATO N.º 45/2016 LICITAÇÃO N.º TP 04/2016 CELEBRADO ENTRE A PREFEITURA DE IBIAÍ E CONSTRUTORA VIGAMA LTDA-EPP, QUE TEM COMO OBJETO A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM ENGENHARIA CIVIL PARA A REALIZAÇÃO DE PAVIMENTAÇÃO EM BLOQUETES DE RUAS NO MUNICÍPIO DE IBIAÍ-MG.

NOTIFICAMOS a empresa **CONSTRUTORA VIGAMA LTDA-EPP**, inscrita no CNPJ sob o nº 03.828.058/0001-16, estabelecida na Rua Bezerra de Menezes, 13, Bairro São José, Montes Claros-Mg, CEP: 39400-343, neste ato representada por Gabriele Prates Eulálio Lélis, portadora do CPF nº 107.370.896-95, para que cumpra o objeto do Contrato de nº 45/2016, vinculado ao Processo 034/2016, TP nº 04/2016, que tem como objeto a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM ENGENHARIA CIVIL PARA A REALIZAÇÃO DE PAVIMENTAÇÃO EM BLOQUETES DE RUAS NO MUNICÍPIO DE IBIAÍ-MG**.

De acordo com o Engenheiro da Prefeitura responsável pela obra, a mesma se encontra paralisada desde o dia 22 de Setembro e os serviços paralisados vêm causando grandes transtornos aos moradores do local, uma vez que o trecho em obra está interditado e o colchão de areia e a água da chuva acumulada junto ao meio fio estão dificultando o acesso às residências. Verifica-se ainda que o está sendo danificado o trecho onde foram colocados os bloquetes e não fez o rejunte e sarjeta.

O não cumprimento do contrato culminará na sua rescisão com fundamento no art. 78, II da Lei 8666/93 e cláusula décima primeira do contrato.

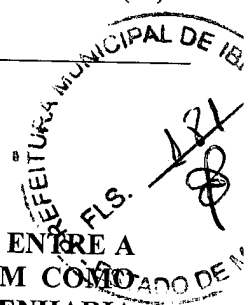
Pelos prejuízos trazidos ao município, a não finalização do contrato, implicará nas sanções cumulativas previstas no artigo 87, incisos II a IV, da Lei 866/93 e o previsto na cláusula 9ª do contrato.

Acerca desta notificação, fica V.Sa, **NOTIFICADO** para, querendo, apresentar manifestação, com documentos e justificativas, no prazo de até 05 (cinco) dias, que serão analisados, no conjunto com esta notificação, pelo Jurídico deste Município, do que se aguarda, regular e perfeita prestação dos serviços.

Ibiaí, 10 de novembro de 2016.

Larravardierie Batista Cordeiro

Prefeito Municipal de Ibiaí



ILUSTRÍSSIMO SENHOR LARRAVARDIERIE BATISTA CORDEIRO - PREFEITO MUNICIPAL DE IBIAÍ - ESTADO DE MINAS GERAIS.

Ref.: 2 º NOTIFICAÇÃO RELATIVA CONTRATO N.º 45/2016 LICITAÇÃO N.º TP 04/2016 CELEBRADO ENTRE A PREFEITURA DE IBIAÍ E CONSTRUTORA VIGAMA LTDA-EPP, QUE TEM COMO OBJETO A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM ENGENHARIA CIVIL PARA A REALIZAÇÃO DE PAVIMENTAÇÃO EM BLOQUETES DE RUAS NO MUNICÍPIO DE IBIAÍ-MG.

Em resposta a Notificação Administrativa acima descrita, que se fundamenta na alegação de que:

"de acordo com o Engenheiro da Prefeitura responsável pela obra, a mesma se encontra paralisada desde o dia 22 de Setembro e os serviços paralisados vêm causando grandes transtornos aos moradores do local, uma vez que o trecho em obra está interditado e o colchão de areia e a água da chuva acumulada junto ao meio fio estão dificultando o acesso às residências. Verifica-se ainda que o está sendo danificado o trecho onde foram colocados os bloquetes e não fez o rejunte e sarjeta,"

razão que motiva a **Notificação Extrajudicial pela Contratante**, sendo que essa **NOTIFICADA**, a empresa **CONSTRUTORA VIGAMA LTDA-EPP**, inscrita no CNPJ sob o nº 03.828.058/0001-16, estabelecida na Rua Bezerra de Menezes, 13, Bairro São José, Montes Claros - MG, CEP: 39400-343, neste ato representada por **LEONARDO EULÁLIO LÉLIS**, representante legal da Notificada (Mandato já constante do processo licitatório), Advogado inscrito na OAB/MG sob o nº 66.637, com base nos fatos e fundamentos adiante expostos, vem apresentar a seguinte:

RESPOSTA À NOTIFICAÇÃO EXTRAJUDICIAL

1. PRELIMINAR DE MÉRITO – DA TEMPESTIVIDADE:

Verifica-se, preliminarmente, que a presente Resposta a Notificação preenche o requisito da Tempestividade, pois a Notificação foi expedida na data de 10 de novembro de 2.016, via e-mail, estando em conformidade com o disposto na própria Notificação Extrajudicial que alude o prazo de 05 (cinco) dias úteis, tendo como limite, a data de 18 de novembro desse ano corrente de 2.016.

2. DOS FATOS:

A Requerente celebrou com a Requerida, na data de 14 de junho desse ano corrente de 2.016, o Contrato de nº 045 /2.016, Processo 034 / 2.016, que trata da Contratação de Empresa de Engenharia Civil para a realização de Pavimentação em Bloquete Sextavado em Ruas do Município e Ibiaí – MG.

Emitida a devida Ordem de Serviços, iniciou-se a obra, vindo a ser realizada a 1ª medição e emissão da Nota Fiscal para pagamento desses serviços em 28 de junho, quando o município, já nessa feita, veio a contrariar a Cláusula Oitava, no seu sub-item 8.2, que convencionou:

8.2 O pagamento será liberado após conferência e medições, que serão efetuadas pelo técnico competente indicado pela Secretaria de Obras e Serviços Públicos.

O descumprimento, que se verificou pelo atraso desse pagamento, levou a Requerente a Notificar Extrajudicialmente a Requerida, sendo que essa só veio a efetuar o pagamento na data de 25 de agosto, ou seja, 58 (cinquenta e oito dias) de atraso depois de atestado os serviços.

A Notificação se fez necessária visto o que estabelece o Art. 40, inciso XIV, alínea "a", da Lei nº 8.666/93, que regula que será observado o prazo de 30 (trinta) dias para pagamento, contado da data final do período de adimplemento.

Em decorrência do atraso, comprometeu-se o Cronograma previsto de origem, vindo a alterar toda a programação de execução e, ao mesmo tempo em que se realizava o pagamento, realizava também, a 2ª medição, sendo que essa veio a ser atestada e deferida, sendo a Nota Fiscal emitida e atestada no dia 13 de setembro, quando então, deveria ser paga nos termos da referida Cláusula Oitava supra-citada.

Ocorrendo que, até a data de 19 de outubro, 36 (trinta e seis) dias após o devido pagamento, a Requerente veio, mais uma vez, Notificar Extrajudicialmente a Requerida, em decorrência de novo atraso e da nova infração ao Art. 40, inciso XIV, alínea "a", da Lei nº 8.666/93.

Ocorre que, o município alegou não ser possível realizar o pagamento porque veio a sofrer, nesse interregno, em decorrência de diversas inadimplências, a sua negatificação no Cadastro Geral de Convenientes – CAGEC, do Governo do Estado de Minas Gerais, como pôde se verificar no sítio do Órgão:

Mensagem da página da web – CAGEC – GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

BLOQUEIO SIAFI

Órgão: SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO

Data do Bloqueio: 01/08/2016

Hora do Bloqueio: 16:53:04

Tipo: Bloqueio

Descrição: BLOQUEIO POR INADIMPLENCIA CONV. 604/2015

OFICIO CIRCULAR 01/2016

Órgão: SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE

Data do Bloqueio: 23/09/2016

Hora do Bloqueio: 13:40:23

Tipo: Bloqueio

Descrição: BLOQUEIO DO CONVENIO 419/07 E RESOL 1795/09 PREST. DE CONTAS NÃO REGULARIZADAS, CONTINUAM BLOQUEADOS 2223/10 E 2838/11 PREST. DE CONTAS NÃO REGULARIZADAS.

Órgão: SECRETARIA DE ESTADO DE TRABALHO E DESENVOLVIMENTO SOCIAL

Data do Bloqueio: 14/10/2016

Hora do Bloqueio: 12:21:17

Tipo: Bloqueio

Descrição: REFERENTE AO CONVENIO 0180/2012. BLOQUEIO AUTORIZADO CONFORME DE ACORDO DO CHEFE DE GABINETE DA SECRETARIA DO ESTADO DO TRABALHO E DESENVOLVIMENTO SOCIAL - SEDESE, FLS. 357, E CONFORME CI DAPC 1293/2016, FLS. 354 E 355, CONSTANTES NESTE PROCESSO. REFERENTE AO CONVENIO 0114/2012. BLOQUEIO AUTORIZADO CONFORME DE ACORDO SECRETARIA DE ESTADO ADJUNTA DO

134
FLS.
O DE N

Diante do exposto, REQUER DESSE MUNICÍPIO, A DESCONSIDERAÇÃO DA REFERIDA NOTIFICAÇÃO, E O CUMPRIMENTO DA SUA OBRIGAÇÃO CONTRATUAL, QUE FOI REQUERIDA NA NOTIFICAÇÃO EXPEDIDA POR ESSA CONTRATADA, PARA O PLENO RESTABELECIMENTO DAS ATIVIDADES CONTRATUAIS, E QUE PERMANECE SEM RETORNO.

Termos em que pede e espera, DEFERIMENTO.

Montes Claros, 17 de novembro de 2016.



LEONARDO EULÁLIO LÉLIS
REPRESENTANTE LEGAL
CONSTRUTORA VIGAMA LTDA
CNPJ 03.828.058/0001-16

Montes Claros, 12 de dezembro de 2016

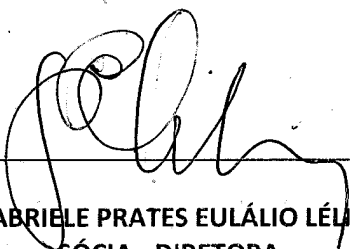
A Sua Senhoria o Senhor
LARRAVARDIERIE BATISTA CORDEIRO
Prefeito Municipal
Ibiaí - MG

A **CONSTRUTORA VIGAMA LTDA.**, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 03.828.058/0001-16, com sede a Rua Bezerra de Menezes, 13 – Bairro São José, na cidade de Montes Claros – MG, vem, em relação ao Contrato nº 45/2016, celebrado entre esse Município e essa Empresa, que trata da execução de obras de pavimentação em blocos sextavados de concreto de ruas no município de Ibiaí – MG, vem, por meio deste, **REQUERER**, nos termos da cláusula décima quinta, a **CESSÃO DE DIREITOS E OBRIGAÇÕES** adstritas ao referido Instrumento de Contrato, sendo a **Cessionária** a empresa **CEPOL – Construções e Edificações Pólo Ltda.**, empresa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 10.275.598/0001-85, com sede a Avenida Vicente Guimarães, nº 119 – Bairro Funcionários, na cidade de Montes Claros – MG.

Isto posto requer de Vossa Senhoria o consentimento do presente Instrumento, para que gere os efeitos legais.

Termos em que, pede Deferimento.

Cordialmente,



GABRIELE PRATES EULÁLIO LÉLIS
SÓCIA - DIRETORA
CONSTRUTORA VIGAMA LTDA
CNPJ 03.828.058/0001-16

03.828.058/0001-16
CONSTRUTORA VIGAMA LTDA.
Rua Bezerra Menezes, 13 - Bairro São José
CEP 39400-343 - MONTES CLAROS - MG



PARECER JURÍDICO

PROCEDIMENTO Nº: 034/2016

TOMADA DE PREÇOS Nº: 04/2016

OBJETO: Contratação de empresa especializada par executar pavimentação em bloquetes de ruas no município de Ibiaí/MG.

ASSUNTO: Pedido de Cessão realizado pela Empresa vencedora do certame, CONSTRUTORA VIGAMA LTDA..

Prezados (as),

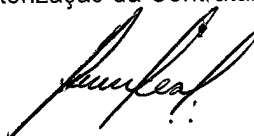
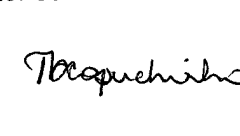
Trata-se da necessidade de emissão de parecer jurídico acerca do pedido de Cessão de Direitos e Obrigações realizado pela **CONSTRUTORA VIGAMA LTDA**, que no ofício emitido no dia 12 de dezembro de 2016, informa o interesse de transferir a obrigação da execução da obra para a **CEPOL – CONSTRUÇÕES E EDIFICAÇÕES PÓLO LTDA**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ de nº. 10.275.598/0001-85, com sede na Avenida Vicente Guimarães, nº. 119, Bairro Funcionários, Montes Claros/MG.

Compulsando-se o presente procedimento, verifica-se que por algumas vezes a Prefeitura Municipal de Ibiaí/MG, realizou a notificação da Construtora Vigama LTDA em razão da paralisação da obra objeto do contrato, como, da mesma forma, verifica-se a realização de notificação por parte da Construtora em face da Prefeitura Municipal, motivada pela ausência de pagamento das medições realizadas.

Como é de conhecimento da Contratante e do Contratado, o atraso no pagamento da primeira parcela, bem como a permanência do atraso no pagamento da segunda medição ocorreu por circunstâncias alheias à vontade do gestor municipal, considerando que o CNPJ do município de Ibiaí/MG, por falha de antigos gestores, foi incluído junto ao CAGEC e SIAFI, o que obstava o recebimento dos valores para realização do pagamento, sendo o atual Prefeito obrigado a celebrar parcelamento e quitação de débitos, além da necessidade de realizar a prestação de contas de antigas administrações, o que justificará, pois, a liberação do CNPJ do município dos cadastros mencionados.

Conforme previsto no item 15.1 da Cláusula Décima Quinta do Contrato celebrado entre Município de Ibiaí/MG e Construtora Vigama LTDA, poderá o Contratante realizar a Cessão ou a Subcontratação do serviço, sendo necessário, apenas e tão somente, o consentimento da Contratante.

O contrato administrativo é, em regra, por sua natureza, pessoal, daí por que, cumprindo preceito constitucional, através da licitação, a Administração Pública examina a capacidade e a idoneidade da contratada, cabendo-lhe executar pessoalmente o objeto do contrato, sem transferir as responsabilidades ou subcontratar, a não ser que haja autorização da Contratante. Suas cláusulas e



PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIAÍ
PRAÇA 31 DE MARÇO, 555 – CEP 39350-000 – IBIAÍ – MINAS GERAIS TELEFAX
(38) 3746-1136

PREFEITURA MUNICIPAL DE
IBIAÍ
FLS. 127
ESTADO DE

as normas de direito público regem-no diretamente, aplicando-lhe, supletivamente, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado, numa perfeita miscigenação e sincronia.

A cessão pretendida se opera pela transferência ou substituição da contratada por outra e o cessionário se coloca na posição da contratada, assumindo sua postura para execução do serviço.

Importante destacarmos que mesmo havendo a possibilidade jurídica da cessão, a Administração só há de concordar se tiver certeza de que a cessionária está forrada das condições técnicas, financeiras, jurídicas e econômicas para prosseguimento do objeto licitado e a autorização dependerá sempre das circunstâncias e de cada caso, em particular.

Analisando o pedido de Cessão realizado pela Construtora Vigama LTDA, podemos constatar a indicação da empresa que seria, após análise e deferimento da Contratante, a Sociedade Empresária responsável para assumir a obra outrora licitada, qual seja, CEPOL – CONSTRUÇÕES EDIFICAÇÕES PÓLO LTDA, já qualificada no início deste parecer.

Em análise realizada junto ao Setor de Licitações, bem como deste Jurídico, verificamos que a CEPOL foi a responsável pela execução recente de obra nesse município, correspondente à execução de calçamento em ruas no Distrito de Bom Jesus da Vereda (Brejo), onde a população local se mostrou, a princípio, satisfeita com os trabalhos já realizados, restando pouco a ser executado, mostrando, a princípio, que preenche os requisitos necessários.

Destarte, ao nosso entendimento, não há impedimento para a realização da cessão pretendida, conforme pode ser verificado no inciso VI do artigo 78 da Lei 8.666/93, bem como no item 15.1 da Cláusula Décima Quinta do Contrato celebrado entre Município de Ibiaí/MG e Construtora Vigama LTDA.

Antes, porém, mister a que o representante legal da Sociedade Empresária CEPOL – CONSTRUÇÕES EDIFICAÇÕES PÓLO LTDA, se manifeste, de forma expressa, o interesse em receber a cessão pretendida pela Construtora Vigama LTDA.

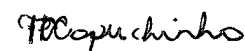
É o parecer desta Procuradoria Jurídica, **S.M.J.**

Ibiaí/MG, 13 de dezembro de 2016.


FELLIPE SOARES LEAL

OAB/MG: 124.937

Procurador Jurídico Municipal


THAIS PRADO CAPUCHINHO

OAB/MG: 162.123

Assessora Jurídica Municipal

Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral

Contribuinte,

Confira os dados de Identificação da Pessoa Jurídica e, se houver qualquer divergência, providencie junto à RFB a sua atualização cadastral.

		REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL	
CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA			
NÚMERO DE INSCRIÇÃO 10.275.598/0001-85 MATRIZ	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL		DATA DE ABERTURA 18/08/2008
NOME EMPRESARIAL CEPOL-CONSTRUÇOES E EDIFICACOES POLO LTDA - EPP			
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) CONSTRUTORA CEPOL			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 41.20-4-00 - Construção de edifícios			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS 42.99-5-01 - Construção de instalações esportivas e recreativas 42.13-8-00 - Obras de urbanização - ruas, praças e calçadas 42.99-5-99 - Outras obras de engenharia civil não especificadas anteriormente 43.11-8-02 - Preparação de canteiro e limpeza de terreno 43.99-1-99 - Serviços especializados para construção não especificados anteriormente 71.12-0-00 - Serviços de engenharia 68.21-8-01 - Corretagem na compra e venda e avaliação de imóveis 71.11-1-00 - Serviços de arquitetura 81.30-3-00 - Atividades paisagísticas 43.99-1-05 - Perfuração e construção de poços de água 43.12-6-00 - Perfurações e sondagens			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 206-2 - Sociedade Empresária Limitada			
LOGRADOURO AV SANTOS GUIMARAES	NÚMERO 119	COMPLEMENTO	
CEP 39.401-014	BAIRRO/DISTRITO FUNCIONARIOS	MUNICÍPIO MONTES CLAROS	UF MG
ENDEREÇO ELETRÔNICO FATOSCONTABEIS@FATOSCONTABEIS.CNT.BR		TELEFONE (38) 3212-3107 / (38) 3216-6583	
ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****			
SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA		DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 18/08/2008	
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL			
SITUAÇÃO ESPECIAL *****		DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****	

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.634, de 06 de maio de 2016.

Emitido no dia 13/12/2016 às 08:52:41 (data e hora de Brasília).

Página: 1/1

© Copyright Receita Federal do Brasil - 13/12/2016

Consulta Quadro de Sócios e Administradores - QSA

CNPJ: 10.275.598/0001-85
NOME EMPRESARIAL: CEPOL-CONSTRUCOES E EDIFICACOES POLO LTDA - EPP
CAPITAL SOCIAL: R\$ 600.000,00 (Seiscentos mil reais)

O Quadro de Sócios e Administradores(QSA) constante da base de dados do Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) é o seguinte:

Nome/Nome Empresarial:	DANIEL MENDES NOBRE MARTINS
Qualificação:	49-Sócio-Administrador

Nome/Nome Empresarial:	RAFAEL BERNARDO DE MATOS CARVALHO
Qualificação:	22-Sócio

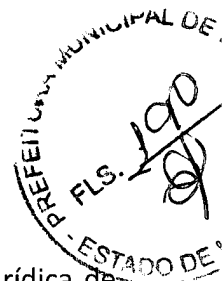
Para informações relativas à participação no QSA, acessar o E-CAC com certificado digital ou comparecer a uma unidade da RFB.

Emitido no dia 13/12/2016 às 08:53 (data e hora de Brasília).

© Copyright Receita Federal do Brasil - 13/12/2016



DECLARAÇÃO



A **CEPOL – CONSTRUÇÕES E EDIFICAÇÕES PÓLO LTDA**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ de nº. 10.275.598/0001-85, com sede na Avenida Vicente Guimarães, nº. 119, Bairro Funcionários, Montes Claros/MG, neste ato devidamente representada por seu sócio administrador, **DANIEL MENDES NOBRE MARTINS**, brasileiro, solteiro, empresário, titular do CPF de nº. 012.292.666-82 e da Identidade de nº. M-9.232.943 SSP/MG, declara para os devidos fins que aceita a cessão da obra objeto de licitação de **PROCEDIMENTO Nº: 034/2016, TOMADA DE PREÇOS Nº: 04/2016, OBJETO: Contratação de empresa especializada par executar pavimentação em bloquetes de ruas no município de Ibipatã/MG**, cessão essa realizada pela **CONSTRUTORA VIGAMA LTDA**.

Ibipatã/MG, 13 de dezembro de 2016.

CEPOL – CONSTRUÇÕES E EDIFICAÇÕES PÓLO LTDA

DANIEL MENDES NOBRE MARTINS

Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral

Contribuinte,

Confira os dados de Identificação da Pessoa Jurídica e, se houver qualquer divergência, providencie junto à RFB a sua atualização cadastral.



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO 10.275.598/0001-85 MATRIZ	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DE ABERTURA 18/08/2008
NOME EMPRESARIAL CEPOL-CONSTRUÇOES E EDIFICACOES POLO LTDA - EPP		
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) CONSTRUTORA CEPOL		
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 41.20-4-00 - Construção de edifícios		
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS 42.99-5-01 - Construção de instalações esportivas e recreativas 42.13-8-00 - Obras de urbanização - ruas, praças e calçadas 42.99-5-99 - Outras obras de engenharia civil não especificadas anteriormente 43.11-8-02 - Preparação de canteiro e limpeza de terreno 43.99-1-99 - Serviços especializados para construção não especificados anteriormente 71.12-0-00 - Serviços de engenharia 68.21-8-01 - Corretagem na compra e venda e avaliação de imóveis 71.11-1-00 - Serviços de arquitetura 81.30-3-00 - Atividades paisagísticas 43.99-1-05 - Perfuração e construção de poços de água 43.12-6-00 - Perfurações e sondagens		
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 206-2 - Sociedade Empresária Limitada		
LOGRADOURO AV SANTOS GUIMARAES	NÚMERO 119	COMPLEMENTO
CEP 39.401-014	BAIRRO/DISTRITO FUNCIONARIOS	MUNICÍPIO MONTES CLAROS
UF MG	ENDEREÇO ELETRÔNICO FATOSCONTABEIS@FATOSCONTABEIS.CNT.BR	
TELEFONE (38) 3212-3107 / (38) 3216-6583		
ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****		
SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA	DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 18/08/2008	
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL		
SITUAÇÃO ESPECIAL *****	DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****	

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.634, de 06 de maio de 2016.

Emitido no dia 13/12/2016 às 08:52:41 (data e hora de Brasília).

Página: 1/1

© Copyright Receita Federal do Brasil - 13/12/2016

PLANILHA DE MEDIÇÃO

Município: Ibiaí/MG

Projeto: Calçamento em Bloquete das Ruas José Cabeludo, José Tomaz da Fonseca e Emídio de Castro na Sede do Município de Ibiaí-MG.

Empresa: Construtora Vigama Ltda - EPP

Engenheiro Responsável - Município: Áureo da Silva Santos

Contrato BDMG Nº : 217008/16

Licitação Nº : 034/2016 - Tomada de Preço nº 04/2016

Medição Nº : 02

Período: 21/06/2016 a 05/09/2016

Data: 06/09/2016

Folha: 1/2

Nº do Contrato: 045/2016

Item	Discriminação	Unid.	Preço Unitário (A)	Quantidade Prevista Total (B)	Quantidade Executada Nesta Medição (C)	Quantidade Executada Acumulada (D)	Valor (R\$) Previsto Total (Ax B)	Valor (R\$) Executado Nesta Medição (Ax C)	Valor (R\$) Executado Acumulado (Ax D)
1	INSTALAÇÕES INICIAIS DA OBRA								
1.1	FORNECIMENTO E COLOCAÇÃO DE PLACA DE OBRA EM CHAPA GALVANIZADA 026 (3,00X1,50M) AFIxada COM REBITE 540 E PARAFUSOS 3/8, EM ESTRUTURA METÁLICA DE VIGA U 2" ENRUJICADA COM METALON 20X20 INCLUINDO SUPORTE EM EUCALÍPTO AUTOCLAVADO, PINTADA NA FRENTE E NO VERSO COM FUNDO ANTI-CORROSIVO E TINTA AUTOMOTIVA FUNDO AZUL, TEXTO PLOTTER DE RECORTE PELÍCULA BRANCA E PARTE INFERIOR: APLICAÇÃO DAS MARCAS EM COR CONFORME MANUAL DE IDENTIDADE VISUAL DO GOVERNO DE MINAS.	Unid.	1.501,00	1,00		1,00	1.501,00		1.501,00
						Sub-Total	1.501,00		1.501,00
2	OBRAS VIÁRIAS (CALCAMENTO EM BLOQUETE)								
2.1	REGULARIZAÇÃO DO SUBLEITO COM PROCTOR NORMAL	m²	1,15	7.790,96		7.790,96	8.959,60		8.959,60
2.2	BASE DE SOLO-BICA CORRIDA A 33% DE BICA CORRIDA COM MISTURA NA PISTA, COMPACTADO NA ENERGIA DO PROCTOR INTERMEDIÁRIO (EXECUÇÃO, INCLUINDO FORNECIMENTO DA BICA CORRIDA, ESCAVAÇÃO E CARGA DO MATERIAL DE JAZIDA, UMDECIMENTO, HOMOGENIZAÇÃO E COMPACTAÇÃO DA MISTURA).	m³	33,07	1.168,65	185,7839	185,96	38.548,04	6.143,87	6.149,70

Arruvar de Balsa Condoreiro
Prédio Municipal de Ibiaí-MG
CPF: 356.552.766-91

Gabriele Prates Eulálio Lelis
Sócia-Diretora
CONSTRUTORA VIGAMA LTDA
CNPJ 03.828.058/0001-16

Áureo da Silva Santos
Engenheiro Civil
CREA/MG 198.866/LP

Áureo da Silva Santos
Engenheiro Civil
CREA/MG 198.866/LP

CONFERE COM ORIGINAL
REFEITURA

PLANILHA DE MEDIÇÃO

Licitação Nº : 034/2016 - Tomada de Preço nº 04/2016

Medição Nº : 02

Município: Ibiaí/MG

Projeto: Calçamento em Bloquete das Ruas José Cabeludo, José Tomaz da Fonseca e Emídio de Castro na Sede do Município de Ibiaí-MG.

Período: 21/06/2016 a 05/09/2016

Nº do Contrato: 045/2016

Data: 06/09/2016

Empresa: Construtora Vigama Ltda - EPP

Folha: 2/2

Engenheiro Responsável - Município: Áureo da Silva Santos

Contrato BDMG Nº : 217008/16

Item	Discriminação	Unid.	Preço Unitário (A)	Quantidade Prevista Total (B)	Quantidade Executada Nesta Medição (C)	Quantidade Executada Acumulada (D)	Valor (R\$) Previsto Total (AxB)	Valor (R\$) Executado Nesta Medição (AxC)	Valor (R\$) Executado Acumulado (AxD)
2.3	TRANSPORTE DE MATERIAL DE JAZIDA PARA CONSERVAÇÃO DMT ACIMA DE 50KM (BICA CORRIDA) DMT=75KM.	m³xkm	0,75	28.923,75	4.602,44	4.602,44	21.692,81	3.451,83	3.451,83
2.4	EXECUÇÃO DE CALÇAMENTO EM BLOQUETE - E = 8 CM - FCK = 35 MPA, INCLUINDO FORNECIMENTO E TRANSPORTE DE TODOS OS MATERIAIS, COLCHÃO DE ASSENTAMENTO E = 6 CM.	m²	85,90	7.398,05	540,00	540,00	635.492,49	46.386,00	46.386,00
3.	URBANIZAÇÃO E OBRAS COMPLEMENTARES					Sub-Total	704.692,94	55.981,70	64.947,13
3.1	MEIO-FIO COM SARIETA, EXECUTADO C/EXTRUSORA (SARIETA 30X8CM. MEIO-FIO 15X10CM X H=23CM), INCLUI ESCAVAÇÃO E ACERTO FAIXA 0,45M.	m	33,98	1.517,56			51.566,68	-	-
3.2	CORDÃO DE CONCRETO PRÉ-MOLDADO BOLEADO 10 X 10 CM.	m	23,50	77,80			1.828,30	-	-
"						Sub-Total	53.394,98	-	-
TOTAL						TOTAL	759.588,92	55.981,70	66.448,13

Áureo da Silva Santos
Engenheiro CREA-MG 19866/LPMunicípio: Ibiaí - MG
Engenheiro: Áureo da Silva Santos
CREA/MG: 199.680/LP**Gabriele Prates Bulhões**
Sócia-Diretora Engenheira: Gabriele Prates E. Lélis
CONSTRUTORA VIGAMA LTDA
CNPJ 03.828.058/0001-16
CREA/MG: 198.866/LP

Construtora Vigama Ltda - EPP

Sócia-Diretora Engenheira: Gabriele Prates E. Lélis

CREA/MG: 198.866/LP

Lorena Moreira Batista Cordeiro

Prefeito Municipal de Ibiaí-MG

CPF: 850.522.746-91

CONFERE COM ORIGINALÁureo da Silva Santos
Engenheiro CREA-MG 198.866/LP

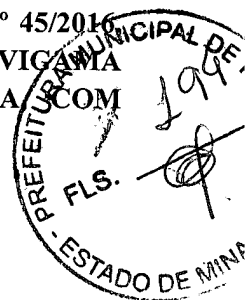
CREA/MG 198.866/LP

CREA/MG 198.866/LP

CREA/MG 198.866/LP

CREA/MG 198.866/LP

TERMO DE CESSÃO DO CONTRATO DE EMPREITADA Nº CONTRATO N.º 45/2016 LICITAÇÃO N.º TP 04/2016, QUE ENTRE SI CELEBRAM A CONSTRUTORA VIGAMA LTDA-EPP E A CEPOL-CONSTRUÇÕES E EDIFICAÇÕES POLO LTDA COM ANUÊNCIA DA PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIAÍ-MG.



1-PREÂMBULO

1.1 CONTRATANTE CEDENTE: CONSTRUTORA VIGAMA LTDA-EPP, inscrita no CNPJ sob o nº 03.828.058/0001-16, estabelecida na Rua Bezerra de Menezes, 13, Bairro São José, Montes Claros-Mg, CEP: 39400-343, neste ato representada por Gabriele Prates Eulálio Lélis, portadora do CPF nº 107.370.896-95, doravante denominada **CONTRATANTE CEDENTE** e a empresa **CEPOL-CONSTRUÇÕES E EDIFICAÇÕES POLO LTDA**, doravante denominada simplesmente **“CONTRATANTE CESSIONÁRIA”**, com sede na Avenida Santos Guimarães, nº 119, Bairro Funcionários, Montes Claros-mg, CEP: 39.401-014, neste ato representado por Daniel Mendes Nobre Martins, CPF 012.292.666-82, com ANUÊNCIA do **O MUNICÍPIO DE IBIAÍ**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 16.899.700/0001-08 com sede na Praça 31 de Março, nº 555, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. Larravardier Batista Cordeiro, doravante designado apenas **ANUENTE**, ajustam o presente **TERMO DE CESSÃO**, mediante as cláusulas e condições seguintes:

1.2 LOCAL DE DATA: lavrado e assinado em Ibiá-Mg, aos 14 dias de Dezembro de 2016.

1.3 FUNDAMENTO: O presente termo de subcontratação tem por fundamento as disposições contidas na cláusula décima quinta do contrato de nº 45/2016 e também a faculdade prevista da Lei 8666/93, em sua redação vigente.

CLÁUSULA PRIMEIRA-OBJETO

O objeto do presente instrumento é a **CESSÃO DOS DIRETOS** para a **CONTRATANTE CESSIONÁRIA**, com anuência da Prefeitura, de parte do contrato de empreitada, nº 45/2016, especificamente para a **PAVIMENTAÇÃO EM BLOQUETES DE RUAS NO MUNICÍPIO DE IBIAÍ**, conforme Projeto Básico de Engenharia composto de Memorial Descritivo e demais informações constantes nos anexos do edital de licitação.

CLÁUSULA SEGUNDA

Por este instrumento, fica acordado que a **CONTRATANTE CEDENTE** cede a execução da obra à **CEPOL-CONSTRUÇÕES E EDIFICAÇÕES POLO LTDA**, **“CONTRATANTE CESSIONÁRIA”**, transferindo desta forma, todos os direitos e faculdades que anteriormente possuía.

CLÁUSULA TERCEIRA. DOS DIRETOS DA CEDENTE

A cedente continua detentora dos valores devidos pelas obras e serviços executados e medidos, que ainda não foram pagos pela Prefeitura de Ibiá-Mg.

Leonardo Eulálio Lélis
Representante Legal
Construtora Vigama LTDA

CLÁUSULA QUARTA. DOS DIRETOS DA CESSIONÁRIA

A Cessionária passa a ser detentora dos valores relativos aos serviços e obras executados e são medidos, que perfaz um valor estimado de R\$ 693.147, 22 (seiscentos e noventa e três mil cento e quarenta e sete reais e vinte e dois centavos).



CLÁUSULA QUINTA- DAS OBRIGAÇÕES DA CESSIONÁRIA

A partir da assinatura do presente instrumento, a **CESSIONÁRIA** assume a obrigação de executar parte da obra subcontratada, ficando investida de todos os direitos e obrigações da Cedente, constantes no contrato de nº 45/2016.

CLÁUSULA SEXTA- DOS PRAZOS

O prazo poderá ser reduzido ou dilatado, em decorrência do cronograma geral da obra. O presente instrumento vigorará da data da assinatura até o cumprimento total das obrigações recíprocas.

CLÁUSULA SÉTIMA- DA GARANTIA

De modo a garantir o cumprimento efetivo das obrigações a seu cargo, decorrentes do contrato, cuja execução se obrigou, nos termos do presente, sem limitar suas obrigações e responsabilidades, a **CESSIONÁRIA** deverá apresentar no Ato da Assinatura deste Termo, Carta de Fiança Bancária ou Seguro Garantia, correspondente ao percentual de 5% do valor total deste instrumento.

CLÁUSULA OITAVA- DISPOSIÇÕES GERAIS

Na ocorrência de fatos ou hipóteses não previstas ou disciplinadas neste instrumento, as partes reportarão ao que a respeito dispõe a legislação civil e comercial brasileira aplicável à espécie. A **CESSIONÁRIA** será responsável por todos os ônus decorrentes do não cumprimento das programações estabelecidas pela **CEDENTE**.

CLÁUSULA NONA- MULTAS

A **CESSIONÁRIA** está sujeita à multa nos seguintes casos:

Não iniciar os serviços no prazo previsto;

Inobservância das normas, regulamentos, condições e cláusulas contratuais, ou pela prática de irregularidades.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA RATIFICAÇÃO

Fica ratificado todas as cláusulas e condições do Contrato de nº 45/2016, em tudo o mais que não se conflitar com o disposto presente.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – FORO

Fica eleito pelas partes o Foro da cidade de Coração de Jesus, com renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja para a solução de quaisquer litígios decorrentes deste instrumento.

Leonardo Eduardo Lelis
Representante Legal
Construtora Vigama LTDA

E, por estarem justos e contratados, lavrou-se o presente instrumento, em duas vias, de igual teor e forma, ambas assinadas pelas partes contratantes e testemunhas, depois de lido, conferido e assinado conforme em todos os seus termos.



Ibiaí-Mg, 14 de Dezembro de 2016.


Leonardo Eulálio Lóris
Representante Legal
Construtora Vigama LTDA

CONSTRUTORA VIGAMA LTDA-EPP

CEDENTE


CEPOL-CONSTRUÇÕES E EDIFICAÇÕES POLO LTDA

CESSIONÁRIA


Larravardierie Batista Cordeiro
Prefeito Municipal de Ibiaí-MG
CPF: 850.532.796-91

LARRAVARDIERIE BATISTA CORDEIRO

PREFEITO MUNICIPAL

ANUENTE

Testemunhas:

- 1) Elaine Fernandes dos Santos CPF: 010.002.365-79
- 2) Cláudio dos Santos - CPF 997.169.926-53



EXTRATO DE CONTRATO

Contrato nº: 45

Contratado: CEPOL CONSTRUÇÕES E EDIFICAÇÕES POLO LTDA



Objeto: CESSÃO PARCIAL DE CONTRATO DE EMPREITADA PARA EXECUÇÃO DE OBRA DE PAVIMENTAÇÃO EM BLOQUETES DE RUAS DE IBIAÍ-MG

Licitação: Tomada de Preço 4 / 2016

Dotação Orçamentaria:

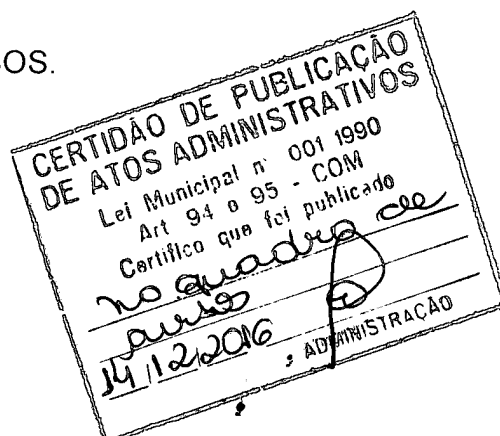
Início: 14/12/2016

Término: 13/12/2017

Valor Total: R\$ 693.147,22

Ibiaí, Quarta-feira 14 Dezembro 2016

Publicado em 14/12/2016 no QUADRO DE AVISOS.





PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIAÍ

CNPJ : 16.899.700/0001-08

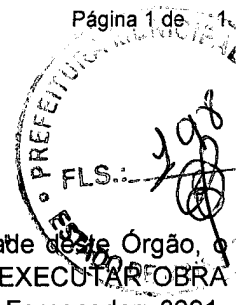
Página 1 de 1

SOLICITAÇÃO DE EMPENHO

Numero SE: 00018

Numero Empenho: 00303

Data: 19/01/2017



O Setor Requisitante: OBRAS E SERVIÇOS URBANOS, solicita junto à Contabilidade deste Órgão, o empenho Global da despesa EMPENHO REFERENTE A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUTAR OBRA DE PAVIMENTAÇÃO EM BLOQUETES DE RUAS EM IBIAÍ-MG. abaixo detalhada, em nome do Fornecedor: 3691-CEPOL CONSTRUÇÕES E EDIFICAÇÕES POLO LTDA, CNPJ/CPF nº 10.275.598/0001-85, com endereço a AVENIDA PROFESSOR VICENTE, MONTES CLAROS-MG

Processo: 34/216 - Tomada de Preço 4/216 Homologado em 14/06/2016 | Contrato nº 79/2016 - Emissão em 14/12/2016

Local de Utilização: Obras

Dotação Orçamentaria	492	8.1.1.26.452.21.3044.44905100	Obras de Construção e Pavimentação de Vias Públicas			
	Obras e Instalações		OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS			
Descrição do item			Unidade	Qtde	Vlr. Unit.	Sub Total
16969 - PAVIMENTAÇÃO EM BLOQUETE DE RUAS EM IBIAÍ, ,			SERVIÇO	1,0000	693147,2200	693147,22
					Vlr. Total ...:	R\$ 693.147,22

Carlos Ramos de Oliveira
OBRAS E SERVIÇOS URBANOS
CARLOS RAMOS DE OLIVEIRA
secretario municipal de obras.san. e serv. urbanos

[Handwritten signature]



Apólice de Seguro Garantia

Número: 01-0775-02-0165671

Proposta: 3336.949



Pela presente apólice, a **POTTENCIAL SEGURADORA S/A**, CNPJ 11.699.534/0001-74, com sede à Avenida Raja Gabaglia, 1.143/19º andar, Luxemburgo - Belo Horizonte MG garante ao SEGURADO **IBIAI PREFEITURA**, CNPJ/CPF 16.899.700/0001-08, PC 31 DE MARÇO, 555 - CENTRO - IBIAI MG, as obrigações firmadas pelo TOMADOR **CEPOL - CONSTRUÇÕES E EDIFICAÇÕES POLO LTDA - EPP**, CNPJ/CPF 10.218.598/0001-85, AV. PROFESSOR VICENTE GUIMARÃES, Nº 771 - MORADA DO SOL - MONTES CLAROS - MG, até o valor do Limite Máximo de Garantia (L.M.G.), nos termos das Condições anexas que são partes integrantes e inseparáveis desta Apólice.

Modalidade	Limite Máximo de Garantia (l.m.g.)	Ramo
Construção, Fornecimento ou Prestação de Serviços	R\$ 34.657,36	0775 - SEGURO GARANTIA - SETOR PUBLICO

O Limite Máximo de Garantia é o valor máximo que a seguradora se responsabilizará perante o segurado em função do pagamento de indenização.

Objeto da Garantia: Destinado à garantia do Contrato nº 045/2016, pavimentação em bloquetes de ruas no Município de Ibiaí

Modalidade	Importância Segurada	Prêmio Líquido	Início de Vigência	Fim de Vigência
Construção, Fornecimento ou Prestação de Serviços	R\$ 34.657,36	R\$ 650,00	01/02/2017	01/02/2018

Não se aplica franquia a nenhuma das coberturas contratadas por esta Apólice.

Corretor 1: FINLÂNDIA CORRETORA DE SEGUROS LTDA

Nº Susep: 100638935

Susep - Superintendência de Seguros Privados - Autarquia Federal responsável pela fiscalização, normalização e controle dos mercados de seguro, previdência complementar aberta, capitalização, resseguro e corretagem de seguros. Plano de Seguro aprovado em conformidade com a Circular Susep 477/13 e Processo Susep 15414.900138/2014-20. O Registro deste plano na Susep não implica, por parte da Autarquia, incentivo ou recomendação à sua comercialização. O Processo deste plano e a situação cadastral do(s) Corretor(es) deste Seguro poderão ser consultados no site www.susep.gov.br, por meio dos números de registros informados nesta apólice, ou pelo telefone SUSEP de atendimento ao público 0800 021 8484 (ligação gratuita).

Belo Horizonte, 01/02/2017 11:30:00


João de Lima Géo Neto
Diretor

Certificado Digital emitido pela Serasa Certificadora Digital


Ricardo Nassir Gregório
Diretor

Certificado Digital emitido pela Serasa Certificadora Digital

Documento eletrônico assinado digitalmente conforme MP 2200-2 de 24/08/2001, que instituiu a infraestrutura de Chaves Públicas Brasileiras- ICP Brasil, em vigor consoante E.C. nº 32 de 11/09/2001- Art.2º.

Art.1º - Fica instituída a infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP Brasil, para garantir a autenticidade, integridade e validade jurídica de documentos em forma eletrônica, das aplicações de suporte e das aplicações que utilizem certificados digitais, bem como a realização de transações eletrônicas seguras.

A autenticidade do presente documento, bem como o arquivo em forma eletrônica deve ser verificada no endereço www.pottencial.com.br. No site, informe o Nº da Apólice: 01-0775-02-0165671 e o Controle Interno: 00A70F0287270B1E. Após sete dias úteis da emissão, este documento poderá também ser verificado no site da Susep: www.susep.gov.br sob o nº de documento 030692017000100750165671000000.



Apólice de Seguro Garantia

Número: 01-0775-02-0165671

Proposta: 336.949

Dados do Prêmio de Seguro:

Prêmio Líquido:

R\$ 650,00

Custo de Cadastro e Acompanhamento de Crédito:

R\$ 0,00

Adicional de Fracionamento:

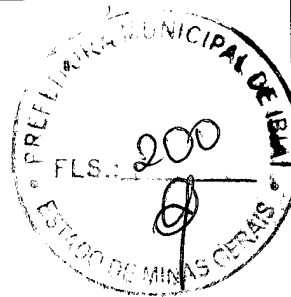
R\$ 0,00

IOF:

R\$ 0,00

Prêmio Total:

R\$ 650,00



Dados do parcelamento do prêmio de seguro:

Parcela	Vencimento	Valor (R\$)
1	08/02/2017	R\$ 650,00

CONDIÇÕES GERAIS**SEGURO GARANTIA - SEGURADO SETOR PÚBLICO****1. OBJETO**

1.1. Este contrato de seguro garante o fiel cumprimento das obrigações assumidas pelo tomador para garantir o cumprimento das obrigações assumidas pelo tomador, conforme os termos da apólice e até o valor da garantia fixado nesta, e de acordo com a(s) modalidade(s) e/ou cobertura(s) adicional(is) expressamente contratada(s) em razão de participação em licitação, em contrato principal pertinente a obras, serviços, inclusive de publicidade, compras, concessões e permissões no âmbito dos Poderes da União, Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, ou, ainda as obrigações assumidas em função de:

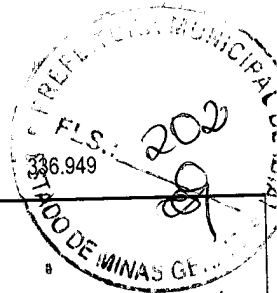
- I. processos administrativos;
- II. processos judiciais, inclusive execuções fiscais;
- III. parcelamentos administrativos de créditos fiscais, inscritos ou não, em dívida ativa;
- IV. regulamentos administrativos.

1.2. Encontram-se também garantidos por este seguro os valores devidos ao segurado, tais como multas e indenizações, oriundos do inadimplemento das obrigações assumidas pelo tomador, previstos em legislação específica, para cada caso.

2. DEFINIÇÕES:

Aplicam-se a este seguro, as seguintes definições:

- 2.1. Apólice: documento, assinado pela seguradora, que representa formalmente o contrato de Seguro Garantia.
- 2.2. Condições Gerais: conjunto das cláusulas, comuns a todas as modalidades e/ou coberturas de um plano de seguro, que estabelecem as obrigações e os direitos das partes contratantes.
- 2.3. Condições Especiais: conjunto das disposições específicas relativas a cada modalidade e/ou cobertura de um plano de seguro, que alteram as disposições estabelecidas nas Condições Gerais.
- 2.4. Condições Particulares: conjunto de cláusulas que alteram, de alguma forma, as Condições Gerais e/ou Condições Especiais, de acordo com cada segurado.
- 2.5. Contrato Principal: todo e qualquer ajuste entre órgãos ou entidades da Administração Pública (segurado) e particulares (tomadores), em que haja um acordo de vontades para a formação de vínculo e a estipulação de obrigações recíprocas, seja qual for a denominação utilizada.
- 2.6. Endosso: instrumento formal, assinado pela seguradora, que introduz modificações na apólice de Seguro Garantia, mediante solicitação e anuência expressa das partes.
- 2.7. Indenização: pagamento dos prejuízos e/ou multas resultantes do inadimplemento das obrigações cobertas pelo seguro.
- 2.8. Limite Máximo de Garantia: valor máximo que a seguradora se responsabilizará perante o segurado em função do pagamento de indenização.
- 2.9. Prêmio: importância devida pelo tomador à seguradora, em função da cobertura do seguro, e que deverá constar da apólice ou endosso.
- 2.10. Processo de Regulação de Sinistro: procedimento pelo qual a seguradora constatará ou não a procedência da reclamação de sinistro, bem como a apuração dos prejuízos cobertos pela apólice.
- 2.11. Proposta de Seguro: instrumento formal de pedido de emissão de apólice de seguro, firmado nos termos da legislação em vigor.
- 2.12. Relatório Final de Regulação: documento emitido pela seguradora no qual se transmite o posicionamento



acerca da caracterização ou não do sinistro reclamado, bem como os possíveis valores a serem indenizados.

2.13. Segurado: a Administração Pública ou o Poder Concedente.

2.14. Seguradora: a sociedade de seguros garantidora, nos termos da apólice, do cumprimento das obrigações assumidas pelo tomador.

2.15. Seguro Garantia: seguro que garante o fiel cumprimento das obrigações assumidas pelo tomador perante o segurado, conforme os termos da apólice.

2.16. Sinistro: o inadimplemento das obrigações do tomador cobertas pelo seguro.

2.17. Tomador: devedor das obrigações por ele assumidas perante o segurado.

3. ACEITAÇÃO:

3.1. A contratação/alteração do contrato de seguro somente poderá ser feita mediante proposta assinada pelo proponente, seu representante ou por corretor de seguros habilitado. A proposta escrita deverá conter os elementos essenciais ao exame e aceitação do risco.

3.2. A seguradora fornecerá, obrigatoriamente, ao proponente, protocolo que identifique a proposta por ela recepcionada, com a indicação da data e da hora de seu recebimento.

3.3. A seguradora terá o prazo de 15 (quinze) dias para se manifestar sobre a aceitação ou não da proposta, contados da data de seu recebimento, seja para seguros novos ou renovações, bem como para alterações que impliquem modificação do risco.

3.3.1. Caso o proponente do seguro seja pessoa física, a solicitação de documentos complementares, para análise e aceitação do risco, ou da alteração proposta, poderá ser feita apenas uma vez, durante o prazo previsto no item 3.3..

3.3.2. Se o proponente for pessoa jurídica, a solicitação de documentos complementares poderá ocorrer mais de uma vez, durante o prazo previsto no item 3.3., desde que a seguradora indique os fundamentos do pedido de novos elementos, para avaliação da proposta ou taxação do risco.

3.3.3. No caso de solicitação de documentos complementares, para análise e aceitação do risco, ou da alteração proposta, o prazo de 15 (quinze) dias previsto no item 3.3. ficará suspenso, voltando a correr a partir da data que se der a entrega da documentação.

3.4. No caso de não aceitação da proposta, a seguradora comunicará o fato, por escrito, ao proponente, especificando os motivos da recusa.

3.5. A ausência de manifestação, por escrito, da seguradora, no prazo acima aludido, caracterizará a aceitação tácita do seguro.

3.6. Caso a aceitação da proposta dependa de contratação ou alteração de resseguro facultativo, o prazo aludido no item 3.3. será suspenso até que o ressegurador se manifeste formalmente, comunicando a seguradora, por escrito, ao proponente tal eventualidade, ressaltando a consequente inexistência de cobertura enquanto perdurar a suspensão.

3.7. A emissão da apólice ou do endosso será feita em até 15 (quinze) dias, a partir da data de aceitação da proposta.

4. VALOR DA GARANTIA:

4.1. O valor da garantia desta apólice é o valor máximo nominal por ela garantido.

4.2. Quando efetuadas alterações previamente estabelecidas no contrato principal ou no documento que serviu de base para a aceitação do risco pela seguradora, o valor da garantia deverá acompanhar tais modificações, devendo a seguradora emitir o respectivo endosso.

4.3. Para alterações posteriores efetuadas no contrato principal ou no documento que serviu de base para a



aceitação do risco pela seguradora, em virtude das quais se faça necessária a modificação do valor contratual, o valor da garantia poderá acompanhar tais modificações, desde que solicitado e haja o respectivo aceite pela seguradora, por meio da emissão de endosso.

5. PRÊMIO DO SEGURO:

5.1. O tomador é responsável pelo pagamento do prêmio à seguradora por todo o prazo de vigência da apólice.

5.2. Fica entendido e acordado que o seguro continuará em vigor mesmo quando o tomador não houver pago o prêmio nas datas convencionadas.

5.2.1. Não paga pelo tomador, na data fixada, qualquer parcela do prêmio devido, poderá a seguradora recorrer à execução do contrato de contragarantia.

5.3. Em caso de parcelamento do prêmio, não será permitida a cobrança de nenhum valor adicional, a título de custo administrativo de fracionamento, devendo ser garantido ao tomador, quando houver parcelamento com juros, a possibilidade de antecipar o pagamento de qualquer uma das parcelas, com a consequente redução proporcional dos juros pactuados.

5.4. Se a data limite para o pagamento do prêmio à vista ou de qualquer uma de suas parcelas coincidir com dia em que não haja expediente bancário, o pagamento poderá ser efetuado no primeiro dia útil em que houver expediente bancário.

5.5. A sociedade seguradora encaminhará o documento de cobrança diretamente ao tomador ou seu representante, observada a antecedência mínima de 5 (cinco) dias úteis, em relação à data do respectivo vencimento.

6. VIGÊNCIA:

6.1. Para as modalidades do Seguro Garantia nas quais haja a vinculação da apólice a um contrato principal, a vigência da apólice será igual ao prazo estabelecido no contrato principal, respeitadas as particularidades previstas nas Condições Especiais de cada modalidade contratada.

6.2. Para as demais modalidades, a vigência da apólice será igual ao prazo informado na mesma, estabelecido de acordo com as disposições previstas nas Condições Especiais da respectiva modalidade.

6.3. Quando efetuadas alterações de prazo previamente estabelecidas no contrato principal ou no documento que serviu de base para a aceitação do risco pela seguradora, a vigência da apólice acompanhará tais modificações, devendo a seguradora emitir o respectivo endosso.

6.4. Para alterações posteriores efetuadas no contrato principal ou no documento que serviu de base para a aceitação do risco pela seguradora, em virtude das quais se faça necessária a modificação da vigência da apólice, esta poderá acompanhar tais modificações, desde que solicitado e haja o respectivo aceite pela Seguradora, por meio da emissão de endosso.

7. EXPECTATIVA, RECLAMAÇÃO E CARACTERIZAÇÃO DO SINISTRO:

7.1. A Expectativa, Reclamação e Caracterização do Sinistro serão especificadas para cada modalidade nas Condições Especiais, quando couberem.

7.2. A seguradora descreverá nas Condições Especiais os documentos que deverão ser apresentados para a efetivação da Reclamação de Sinistro.

7.2.1. Com base em dúvida fundada e justificável, a seguradora poderá solicitar documentação e/ou informação complementar.

7.3. A Reclamação de Sinistros amparados pela presente apólice poderá ser realizada durante o prazo prescricional, nos termos da Cláusula 17 destas Condições Gerais;



7.4. Caso a seguradora conclua pela não caracterização do sinistro, comunicará formalmente a não caracterização, seguradora por escrito, sua negativa de indenização, apresentando, conjuntamente, as razões que embasaram sua conclusão, de forma detalhada.

8. INDENIZAÇÃO:

8.1. Caracterizado o sinistro, a seguradora cumprirá a obrigação descrita na apólice, até o limite máximo de garantia da mesma, segundo uma das formas abaixo, conforme for acordado entre as partes:

I - realizando, por meio de terceiros, o objeto do contrato principal, de forma a lhe dar continuidade, sob a sua integral responsabilidade; e/ou

II - indenizando, mediante pagamento em dinheiro, os prejuízos e/ou multas causados pela inadimplência do tomador, cobertos pela apólice.

8.2. Do prazo para o cumprimento da obrigação:

8.2.1. O pagamento da indenização ou o início da realização do objeto do contrato principal deverá ocorrer dentro do prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados da data de recebimento do último documento solicitado durante o processo de regulação do sinistro.

8.2.2. Na hipótese de solicitação de documentos de que trata o item 7.2.1., o prazo de 30 (trinta) dias será suspenso, reiniciando sua contagem a partir do dia útil subsequente daquele em que forem completamente atendidas as exigências.

8.2.3. No caso de decisão judicial ou decisão arbitral, que suspenda os efeitos de reclamação da apólice, o prazo de 30 (trinta) dias será suspenso, reiniciando sua contagem a partir do primeiro dia subsequente a revogação da decisão.

8.3. Nos casos em que haja vinculação da apólice a um contrato principal, todos os saldos de créditos do tomador no contrato principal serão utilizados na amortização do prejuízo e/ou da multa objeto da reclamação do sinistro, sem prejuízo do pagamento da indenização no prazo devido.

8.3.1. Caso o pagamento da indenização já tiver ocorrido quando da conclusão da apuração dos saldos de créditos do tomador no contrato principal, o segurado obriga-se a devolver a seguradora qualquer excesso que lhe tenha sido pago.

9. ATUALIZAÇÃO DE VALORES:

9.1. O não pagamento das obrigações pecuniárias da seguradora, inclusive da indenização nos termos da Cláusula 8 destas Condições Gerais, dentro do prazo para pagamento da respectiva obrigação, acarretará em:

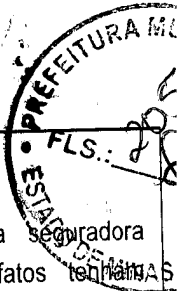
a) atualização monetária, a partir da data de exigibilidade da obrigação, sendo, no caso de indenização, a data de caracterização do sinistro; e

b) incidência de juros moratórios calculados "pro rata temporis", contados a partir do primeiro dia posterior ao término do prazo fixado

9.2. O índice utilizado para atualização monetária será o IPCA/IBGE - Índice de Preços ao Consumidor Amplo da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - ou índice que vier a substituí-lo, sendo calculado com base na variação positiva apurada entre o último índice publicado antes da data de obrigação de pagamento e aquele publicado imediatamente anterior a data de sua efetiva liquidação.

9.3. Os juros moratórios, contados a partir do primeiro dia posterior ao término do prazo fixado para pagamento da obrigação, serão equivalentes à taxa que estiver em vigor para a mora do pagamento de impostos devidos à Fazenda Nacional.

9.4. O pagamento de valores relativos à atualização monetária e juros de mora será feito independente de qualquer interpelação judicial ou extrajudicial, de uma só vez, juntamente com os demais valores devidos no contrato.

**10. SUB-ROGAÇÃO:**

10.1. Paga a indenização ou iniciado o cumprimento das obrigações inadimplidas pelo tomador, a seguradora sub-rogar-se-á nos direitos e privilégios do segurado contra o tomador, ou contra terceiros cujos atos ou fatos tenham dado causa ao sinistro.

10.2. É ineficaz qualquer ato do segurado que diminua ou extinga, em prejuízo do segurador, os direitos a que se refere este item.

11. PERDA DE DIREITOS:

O segurado perderá o direito à indenização na ocorrência de uma ou mais das seguintes hipóteses:

I - Casos fortuitos ou de força maior, nos termos do Código Civil Brasileiro;

II - Descumprimento das obrigações do tomador decorrente de atos ou fatos de responsabilidade do segurado;

III - Alteração das obrigações contratuais garantidas por esta apólice, que tenham sido acordadas entre segurado e tomador, sem prévia anuência da seguradora;

IV - Atos ilícitos dolosos ou por culpa grave equiparável ao dolo praticados pelo segurado, pelo beneficiário ou pelo representante, de um ou de outro;

V - O segurado não cumprir integralmente quaisquer obrigações previstas no contrato de seguro;

VI - Se o segurado ou seu representante legal fizer declarações inexatas ou omitir de má-fé circunstâncias de seu conhecimento que configurem agravação de risco de inadimplência do tomador ou que possam influenciar na aceitação da proposta;

VII - Se o Segurado agravar intencionalmente o risco.

12. CONCORRÊNCIA DE GARANTIAS:

No caso de existirem duas ou mais formas de garantia distintas, cobrindo cada uma delas o objeto deste seguro, em benefício do mesmo segurado ou beneficiário, a seguradora responderá, de forma proporcional ao risco assumido, com os demais participantes, relativamente ao prejuízo comum.

13. CONCORRÊNCIA DE APÓLICES:

É vedada a utilização de mais de um Seguro Garantia na mesma modalidade para cobrir o objeto deste contrato, salvo no caso de apólices complementares.

14. EXTINÇÃO DA GARANTIA:

14.1. A garantia expressa por este seguro extinguir-se-á na ocorrência de um dos seguintes eventos, o que ocorrer primeiro, sem prejuízo do prazo para reclamação do sinistro conforme item 7.3. destas Condições Gerais:

I - quando o objeto do contrato principal garantido pela apólice for definitivamente realizado mediante termo ou declaração assinada pelo segurado ou devolução da apólice;

II - quando o segurado e a seguradora assim o acordarem;

III - quando o pagamento da indenização ao segurado atingir o limite máximo de garantia da apólice;

IV - quando o contrato principal for extinto, para as modalidades nas quais haja vinculação da apólice a um contrato principal, ou quando a obrigação garantida for extinta, para os demais casos; ou

V - quando do término de vigência previsto na apólice, salvo se estabelecido em contrário nas Condições Especiais.

Apólice de Seguro Garantia

Número: 01-0775-02-0165671

Proposta:

14.2. Quando a garantia da apólice recair sobre um objeto previsto em contrato, esta garantia somente será liberada ou restituída após a execução do contrato, em consonância com o disposto no parágrafo 4º do art. 55 da Lei nº 8.666/1993, e sua extinção se comprovará, além das hipóteses previstas no item 14.1., pelo recebimento do objeto do contrato nos termos do art. 73 da Lei nº 8.666/93.

15. RESCISÃO CONTRATUAL:

15.1. No caso de rescisão total ou parcial do contrato, a qualquer tempo, por iniciativa do segurado ou da seguradora e com a concordância recíproca, deverão ser observadas as seguintes disposições:

15.1.1. Na hipótese de rescisão a pedido da sociedade seguradora, esta reterá do prêmio recebido, além dos emolumentos, a parte proporcional ao tempo decorrido;

15.1.2. Na hipótese de rescisão a pedido do segurado, a sociedade seguradora reterá, no máximo, além dos emolumentos, o prêmio calculado de acordo com a seguinte tabela de prazo curto:

Relação a ser aplicada sobre a vigência original para obtenção do prazo em dias	% do prêmio	Relação a ser aplicada sobre a vigência original para obtenção do prazo em dias	% do prêmio
15/365	13	195/365	73
30/365	20	210/365	75
45/365	27	225/365	78
60/365	30	240/365	80
75/365	37	255/365	83
90/365	40	270/365	85
105/365	46	285/365	88
120/365	50	300/365	90
135/365	56	315/365	93
150/365	60	330/365	95
165/365	66	345/365	98
180/365	70	365/365	100

15.1.2.1. Para prazos não previstos na tabela constante do subitem 15.1.2., deverá ser utilizado percentual correspondente ao prazo imediatamente inferior.

16. CONTROVÉRSIAS:

16.1. As controvérsias surgidas na aplicação destas Condições Contratuais poderão ser resolvidas:

- I - por arbitragem; ou
- II - por medida de caráter judicial.

16.2. No caso de arbitragem, deverá constar, na apólice, a cláusula compromissória de arbitragem, que deverá ser facultativamente aderida pelo segurado por meio de anuência expressa.

16.2.1. Ao concordar com a aplicação desta cláusula, o segurado estará se comprometendo a resolver todos os seus litígios com a sociedade seguradora por meio de Juízo Arbitral, cujas sentenças têm o mesmo efeito

que as sentenças proferidas pelo Poder Judiciário.

16.2.2. A cláusula de arbitragem é regida pela Lei nº9307, de 23 de setembro de 1996.

17. PRESCRIÇÃO:

Os prazos prescricionais são aqueles determinados pela lei.

18. FORO:

As questões judiciais entre seguradora e segurado serão processadas no foro do domicílio deste.

19. DISPOSIÇÕES FINAIS

19.1. A aceitação do seguro estará sujeita à análise do risco.

19.2. As apólices e endossos terão seu início e término de vigência às 24hs das datas para tal fim neles indicadas.

19.3. O registro deste plano na SUSEP não implica, por parte da Autarquia, incentivo ou recomendação à sua comercialização.

19.4. Após sete dias úteis da emissão deste documento, poderá ser verificado se a apólice ou endosso foi corretamente registrado no site da SUSEP - www.susep.gov.br <<http://www.susep.gov.br>>.

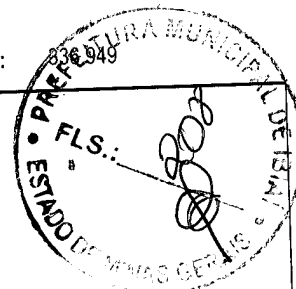
19.5. A situação cadastral do corretor de seguros pode ser consultada no site www.susep.gov.br <<http://www.susep.gov.br>>, por meio do número de seu registro na SUSEP, nome completo, CNPJ ou CPF.

19.6. Este seguro é contratado a primeiro risco absoluto.

19.7. Considera-se como âmbito geográfico das modalidades contratadas todo o território nacional, salvo disposição em contrário nas Condições Especiais e/ou Particulares da Apólice.

19.8. Os eventuais encargos de tradução referentes ao reembolso de despesas efetuadas no exterior ficarão totalmente a cargo da Sociedade Seguradora.





CONDIÇÕES ESPECIAIS

SEGURO GARANTIA PARA CONSTRUÇÃO, FORNECIMENTO OU PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

1. OBJETO:

1.1. Este contrato de seguro garante a indenização, até o valor da garantia fixado na apólice, pelos prejuízos decorrentes do inadimplemento das obrigações assumidas pelo tomador no contrato principal, para construção, fornecimento ou prestação de serviços.

1.2. Encontram-se também garantidos por este contrato de seguro os valores das multas e indenizações devidas à Administração Pública, tendo em vista o disposto na Lei nº 8.666/93.

1.3. Poderá ainda ser contratada, com verba específica independente, a Cobertura Adicional de Ações alhistas e Previdenciárias.

2. DEFINIÇÕES:

Define-se, para efeito desta modalidade, além das definições constantes do art. 6º da Lei nº 8.666/93 e do art. 2º da Lei nº 8.987/95:

I - Prejuízo: perda pecuniária comprovada, excedente aos valores originários previstos para a execução do objeto do contrato principal, causada pelo inadimplemento do tomador, excluindo-se qualquer prejuízo decorrente de outro ramo de seguro, tais como responsabilidade civil, lucros cessantes.

3. VIGÊNCIA:

3.1. A vigência da apólice será fixada de acordo com as seguintes regras:

I - coincidindo com o prazo de vigência do contrato administrativo pertinente à execução de obras, serviços e/ou compras;

II - por períodos renováveis, no caso de concessões e permissões do serviço público.

3.2. As renovações, a que se refere o inciso II do item 3.1., não se presumem, serão precedidas de notificação escrita da seguradora ao segurado e ao tomador, com antecedência de até noventa dias da data do término de vigência da apólice em vigor, declarando seu explícito interesse na manutenção da garantia.

4. EXPECTATIVA, RECLAMAÇÃO E CARACTERIZAÇÃO DO SINISTRO:

4.1. Expectativa: tão logo realizada a abertura do processo administrativo para apurar possível inadimplência do tomador, este deverá ser imediatamente notificado pelo segurado, indicando claramente os itens não cumpridos e concedendo-lhe prazo para regularização da inadimplência apontada, remetendo cópia da notificação para a seguradora, com o fito de comunicar e registrar a Expectativa de Sinistro.

4.2. Reclamação: a Expectativa de Sinistro será convertida em Reclamação, mediante comunicação pelo segurado à seguradora, da finalização dos procedimentos administrativos que comprovem o inadimplemento do tomador, data em que restará oficializada a Reclamação do Sinistro.

4.2.1. Para a Reclamação do Sinistro será necessária a apresentação dos seguintes documentos, sob pena de prejuízo do disposto no item 7.2.1. das Condições Gerais:

- a) Cópia do contrato principal ou do documento em que constam as obrigações assumidas pelo tomador, seus anexos e aditivos se houver, devidamente assinados pelo segurado e pelo tomador;
- b) Cópia do processo administrativo que documentou a inadimplência do tomador;
- c) Cópias de atas, notificações, contra notificações, documentos, correspondências, inclusive e-mails, trocados entre o segurado e o tomador, relacionados à inadimplência do tomador;

Apólice de Seguro Garantia

Número: 01-0775-02-0165671

Proposta: 336.949

- d) Planilha, relatório e/ou correspondências informando da existência de valores retidos;
- e) Planilha, relatório e/ou correspondências informando os valores dos prejuízos sofridos;

4.2.2. A não formalização da Reclamação do Sinistro tornará sem efeito a Expectativa do Sinistro;

4.3. Caracterização: quando a seguradora tiver recebido todos os documentos listados no item 4.2.1, após análise, ficar comprovada a inadimplência do tomador em relação às obrigações cobertas pela apólice, o sinistro ficará caracterizado, devendo a seguradora emitir o relatório final de regulação;

5. RATIFICAÇÃO:

Ratificam-se integralmente as disposições das Condições Gerais que não tenham sido alteradas pela presente Condição Especial.





Apólice de Seguro Garantia

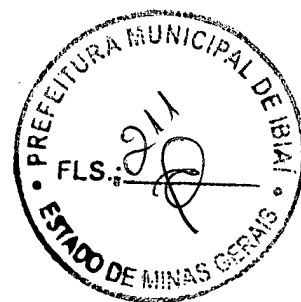
Número: 01-0775-02-0165671

CONDIÇÃO PARTICULAR - ANTICORRUPÇÃO

1. Não estão cobertos pela presente Apólice a ocorrência de quaisquer prejuízos, rescisões e/ou demais penalidades relacionados, direta ou indiretamente, a atos, omissões e/ou fatos violadores de normas de anticorrupção, perpetrados pelo segurado, tomador, coobrigados e suas controladas, controladoras, coligadas, filiadas, filiais e seus respectivos sócios/acionistas, representantes, titulares, funcionários e/ou prepostos.



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS
COORDENAÇÃO-GERAL DE REGISTROS E AUTORIZAÇÕES



CERTIDÃO DE ADMINISTRADORES

Certificamos que a POTTENCIAL SEGURADORA S.A., com sede na cidade BELO HORIZONTE, CNPJ 11699534000174, possui, homologados por esta Autarquia, os seguintes diretores:

Nome	Cargo
CARLOS FERREIRA QUICK	Diretor
JOAO DE LIMA GEO NETO	Presidente
JOHANN NAGL	Diretor
JOSE MARIO COSTA ALVIM	Diretor
RICARDO NASSIF GREGORIO	Diretor

Código da Certidão: **CA03069_30012017_101311_342**
Esta certidão é válida por 30 (trinta) dias, a contar da data de emissão.

Rio de Janeiro, 30 de Janeiro de 2017.

SUSEP - Superintendência de Seguros Privados



PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIAÍ-MG

PLANILHA DO ADITIVO

PREFEITURA: PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIAI-MG										VALOR DA OBRA:		R\$ 759.588,92	
OBRA: CALÇAMENTO EM BLOQUETE DE RUAS EM IBIAI-MG										VALOR DO ADITIVO:		R\$ 68.159,11	
LOCAL: RUAS JOSÉ CABELUDO, RUA JOSÉ TOMAZ DA FONCECA E RUA EMÍLIO DE CASTRO										VALOR TOTAL COM ADITIVO:		R\$ 827.748,03	
PRAZO DE EXECUÇÃO: 05 MESES										()		INDIRETA	
DATA: 28/02/17			PRAZO DA OBRA: 150 DIAS			ISS DO MUNICÍPIO:		5%		BDI:		30,49%	
REGIÃO MÊS REFERÊNCIA: DATA BASE SETOP DEZEMBRO 2015 COM DESONERAÇÃO FISCAL										DESCONTO DA EMPRESA:		1,49%	
ITEM	FONTE	CÓDIGO	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE	PREÇO UNITÁRIO S/ BDI	PREÇO UNITÁRIO C/ BDI E DESCONTO	PREÇO TOTAL					
1			INSTALAÇÕES INICIAIS DA OBRA										
1.1		CPU	MOBILIZAÇÃO E DESMOBILIZAÇÃO	UNID	1,00	1.327,32	1.706,21	1.706,21					
1.2		CPU	ADMINISTRAÇÃO LOCAL E MANUTENÇÃO DO CANTEIRO	UNID	1,00	1.944,00	2.498,93	2.498,93					
1.4	SETOP	LOC-TOP-015	LOCAÇÃO TOPOGRÁFICA ACIMA DE 50 PONTOS	PT	120,00	65,00	83,56	10.027,20					
2			OBRAS VIÁRIAS (CALÇAMENTO EM BLOQUETE)					14.232,34					
2.1	SETOP	OBR-VIA-015	ESCAVAÇÃO E CARGA COM TRATOR E CARREGADEIRA (MATERIAL DE 1ª CATEGORIA)	M3	2.726,83	3,28	4,22	11.507,22					
2.2	SETOP	OBR-VIA-410	TRANSPORTE DE MATERIAL DE QUALQUER NATUREZA DMT O A 10 KM	TXKM	4.207,12	0,62	0,80	3.365,70					
2.3	SETOP	OBR-VIA-340	TRANSPORTE DE MATERIAL DE JAZIDA PARA CONSERVAÇÃO DMT ACIMA DE 50 KM	M³XKM	38.565,39	0,60	0,75	28.924,04					
3.0			URBANIZAÇÃO E OBRAS COMPLEMENTARES					43.796,96					
3.1		DRE-SAR-025	MEIO-FIO COM SARIETA, EXECUTADO C/EXTRUSORA (SARIETA 30X8CM MEIO-FIO 15X10CM X H=23CM), INCLUI ESCAVAÇÃO E ACERTO FAIXA 0,45M	M	77,12	26,61	33,98	2.620,54					
3.3		CPU	REPARO DE REDE E RAMAIS HIDRAULICOS	UNID	12,00	123,60	158,89	1.906,68					
3.4		CPU	ALTEAMENTO E REBAIXAMENTO DO POÇO DE VISTA DA REDE DE ESGOTO COM ANEL DE CONCRETO DIAM= 600MM, INCLUSIVE ASSENTAMENTO DA TAMPA F" F" EXISTENTE EM ESTRUTURA DE CONCRETO ARMADO FCK= 20MPA.	UNID	9,00	484,27	622,51	5.602,59					
									10.129,81				
									TOTAL GERAL COM BDI				
									R\$ 827.748,03				

Michel Conrado
Secretário Municipal
CPF: 017.128.986-99



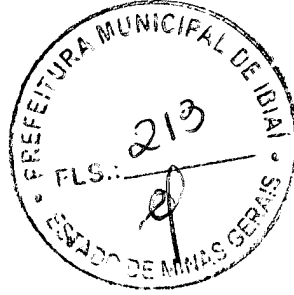


PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIAÍ-MG

PLANILHA ORÇAMENTÁRIA - PROPOSTA

PREFEITURA: PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIAÍ-MG															RS 759.588,92		PREFEITURA: PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIAÍ-MG		VALOR DA PROPOSTA: RS 759.588,92	
OBRA: CALÇAMENTO EM BLOQUETE DE RUAS EM IBIAÍ-MG															RS 0,00		OBRA: CALÇAMENTO EM BLOQUETE DE RUAS EM IBIAÍ-MG		VALOR DO ADITIVO: RS 68.159,13	
LOCAL: RUAS JOSÉ CABELUDO, RUA JOSÉ TOMAZ DA FONCECA E RUA EMÍDIO DE CASTRO															RS 0,00		LOCAL: RUAS JOSÉ CABELUDO, RUA JOSÉ TOMAZ DA FONCECA E RUA EMÍDIO DE CASTRO		VALOR TOTAL COM ADITIVO: RS 827.748,05	
PRazo DE EXECUÇÃO: 05 MESES															INDIRETA		PRazo DE EXECUÇÃO: 05 MESES		INDIRETA (x)	
DATA: 28/02/17															ISS DO MUNICÍPIO: 5%		BDI: 30,49%		DESCONTO DA EMPRESA: 1,49%	
REGIÃO MÊS REFERENCIAL: DATA BASE SETOP DEZEMBRO 2015 COM DESONERAÇÃO FISCAL															DESCONTO DA EMPRESA: 1,49%		PREÇO UNITÁRIO C/ BDI E DESCONTO		PLANILHA FINAL COM O ADITIVO	
ITEM	FONTE	CÓDIGO	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE	PREÇO UNITÁRIO S/ BDI	PREÇO TOTAL	ACRESCIMO E DECREMENTO	INCLUSÃO	VALOR TOTAL	UNIDADE	QUANTIDADE TOTAL	PREÇO UNIT. COM O ADITIVO	VALOR TOTAL COM O ADITIVO						
INSTALAÇÕES INICIAIS DA OBRA																				
1																				
1.1		CPU	MOBILIZAÇÃO E DESMOBILIZAÇÃO	UNID		1.327,32	1.706,21		1,00	1.706,21		1,00	1.706,21	1.706,21						
1.2		CPU	ADMINISTRAÇÃO LOCAL E MANUTENÇÃO DO CANTEIRO	UNID		1.944,00	2.498,93		1,00	2.498,93		1,00	2.498,93	2.498,93						
1.3	SETOP	III-PLA-005	FORNECIMENTO E COLOCAÇÃO DE PLACA DE OBRA EM CHAPA GALVANIZADA (3,00 X 1,50)	UNID	1,00	1.159,26	1.501,00	1.501,00	120,00	10.027,20		120,00	83,56	10.027,20						
1.4	SETOP	LOC-TOP-015	LOCAÇÃO TOPOGRÁFICA ACIMA DE 50 PONTOS	PT		65,00	83,56							15.733,34						
OBRAS VARIÁIS (CALÇAMENTO EM BLOQUETE)																				
2																				
2.1	SETOP	OBR-VIA-015	ESCAVAÇÃO E CARGA COM TRATOR E CARREGADEIRA (MATERIAL DE 1ª CATEGORIA)	M3		3,28	4,22		2,726,83	11.507,22		2,726,83	4,22	11.507,22						
2.2	SETOP	OBR-VIA-410	TRANSPORTE DE MATERIAL DE QUALQUER NATUREZA DMT O A 10 KM	TKKM		0,62	0,80		4,207,12	3.365,70		4,207,12	0,80	3.365,70						
2.3	SETOP	OBR-VIA-125	REGULARIZAÇÃO DO SUBLEITO COM PROCTOR NORMAL	M2		7.790,96	1,15	8.959,60					7.790,96	1,15	8.959,60					
2.4	SETOP	OBR-VIA-340	TRANSPORTE DE MATERIAL DE JAZIDA PARA CONSERVAÇÃO DMT ACIMA DE 50 KM	M*KKM		28.923,75	0,75	21.692,81					67.489,14	0,75	50.616,86					
2.5	DER-MG	41113	BASE DE SOLO-BICA CORRIDA A 33% DE BICA CORRIDA COM MISTURA NA PISTA COMPACTADA NA ENERGIA DO PROTOR INTERMEDIÁRIO (EXECUÇÃO INCLUINDO O FORNECIMENTO DA BICA CORRIDA, ESCAVAÇÃO E CARGA DO MATERIAL DE JAZIDA UMEDECIDO, HOMOGENIZAÇÃO DA MISTURA)	M3		26,55	33,07	38.548,04					1.188,65	33,07	38.548,04					
2.6	SETOP	OBR-VIA-215	EXECUÇÃO DE CALÇAMENTO EM BLOQUETE - E = 8 CM - FCK = 35 MPa, INCLUINDO FORNECIMENTO E TRANSPORTE DE TODOS OS MATERIAIS, COLCHÃO DE ASSENTAMENTO E = 6 CM	M2		66,48	85,90	635.492,49					7.398,05	85,90	635.492,50					
OBRAS VARIÁIS (CALÇAMENTO EM BLOQUETE)																				
3															748.489,91					
URBANIZAÇÃO E OBRAS COMPLEMENTARES																				
3.0																				
3.1		DRE-SAR-025	MEIO-FIO COM SARIETA, EXECUTADO C/EXTRUSORA (SARIETA 30X8CM MEIO-FIO 15X10CM X H=23CM), INCLUI ESCAVAÇÃO E ACERTO FAIXA 0,45M	M		26,61	33,98	51.566,68	77,12	2.620,54			1.594,68	33,98	54.187,23					
3.2		URB-COR-005	CORRIDA DE CONCRETO PRÉ-MOLDADO BOLEADO 10 X 10 CM	M		18,28	23,50	1.828,30					77,80	23,50	1.828,30					
3.3		CPU	REPARO DE REDE E RAMAIS HIDRÁULICOS	UNID		123,60	158,89		12,00	1.906,68			12,00	158,89	1.906,68					
3.4		CPU	ALTEAMENTO E REBAIXAMENTO DO POÇO DE VISTA DA REDE DE ESGOTO COM ANEL DE	UNID		484,27	622,51		9,00	5.602,59			9,00	622,51	5.602,59					
TOTAL GERAL COM BDI								759.588,92							VALOR TOTAL COM ADITIVO: 827.748,05					

Modelo Controlado
Pelo Conselho
de Fomento
do Município
de Ibiaí-MG
CNPJ nº 06.988.987/0001-01
Insc. Est. nº 003.056.921-15
CNPJ nº 06.988.987/0001-01





214
FLS. ~~214~~
PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIAÍ
ESTADO DE MINAS GERAIS

OBRA: CALÇAMENTO EM BLOQUETE DE RUAS EM IBIAI-MG							
CPU - COMPOSIÇÃO DE PREÇO UNITÁRIO							
COMPOSIÇÃO DE PREÇO UNITÁRIO						CPU001	
DESCRIÇÃO DO SERVIÇO						DATA BASE:	dez/15
MOBILIZAÇÃO E DESMOBILIZAÇÃO						UNIDADE:	VB
EQUIPAMENTO							
DISCRIMINAÇÃO	UNIDADE	QUANT.	PROD	IMPROD	P.UN. PROD	P.UN. IMPR	P.TOTAL
							0,00
SUB-TOTAL							0,00
MATERIAL							
DISCRIMINAÇÃO	UNIDADE	QUANT.	CÓDIGO			P.UNIT.	P.TOTAL
CAMINHÃO TOCO, PBT 14.300 KG, CARGA ÚTIL MÁX. 9.710 KG, DIST. ENTRE EIXOS 3,56 M, POTÊNCIA 185 CV, INCLUSIVE CARROCERIA FIXA ABERTA DE MADEIRA P/ TRANSPORTE GERAL DE CARGA SECA, DIMEN. APROX. 2,50 X 6,50 X 0,50 M - CHI DIURNO. AF_06/2014	H	9,000	91395			29,84	R\$ 268,56
CAMINHÃO BASCULANTE 6 M3 TOCO, PESO BRUTO TOTAL 18.000 KG, CARGA ÚTIL MÁXIMA 11.130 KG, DISTÂNCIA ENTRE EIXOS 5,36 M, POTÊNCIA 185 CV, INCLUSIVE CAÇAMBA METÁLICA - CHP DIURNO. AF_06/2014	H	6,000	67826			110,22	R\$ 661,32
SUB-TOTAL							929,88
SERVIÇOS - COMPOSIÇÕES AUXILIARES							
DISCRIMINAÇÃO	UNIDADE	QUANT.	CÓDIGO			P.UNIT.	P.TOTAL
							0,00
SUB-TOTAL							0,00
MAO DE OBRA							
DISCRIMINAÇÃO	UNIDADE	QUANT.	CÓDIGO			P.UNIT.	P.TOTAL
AJUDANTE DE PEDREIRO COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	32,000	88242			12,42	397,44
							0,00
SUB-TOTAL							397,44
PRODUÇÃO DA EQUIPE						1,0000	CUSTO
							1.327,32
TOTAL - R\$							1.327,32
BDI %							1,00
TOTAL DO SERVIÇO - R\$							1.327,32
COMPOSIÇÃO DE PREÇO UNITÁRIO							
DESCRIÇÃO DO SERVIÇO						DATA BASE:	dez/15
ADMINISTRAÇÃO LOCAL E MANUTENÇÃO DO CANTEIRO						UNIDADE:	mês
EQUIPAMENTO							
DISCRIMINAÇÃO	UNIDADE	QUANT.	CÓDIGO	IMPROD	P.UN. PROD	P.UN. IMPR	P.TOTAL
VEÍCULO COMERCIAL LEVE (PICK-UP) COM CAPACIDADE DE CARGA DE 700 KG	H	18,000	1160			10,31	185,58
SUB-TOTAL							185,58
MATERIAL							
DISCRIMINAÇÃO	UNIDADE	QUANT.	CÓDIGO			P.UNIT.	P.TOTAL
TELEFONE	min	70,000				0,38	R\$ 26,60
ENERGIA ELÉTRICA	kwh	150,000				0,39	R\$ 58,50
ÁGUA E ESGOTO	m³	2,000				32,00	R\$ 64,00
MATERIAL DE ESCRITÓRIO - OBRA	mês	1,000				350,00	R\$ 350,00
MATERIAL DE LIMPEZA	mês	1,000				115,00	R\$ 115,00
INTERNET	mês	1,000				120,00	R\$ 120,00
EPI (ENCARGO COMPLEMENTARES) - MENSALISTA	mês	1,000				169,54	R\$ 169,54
FERRAMENTAS (ENCARGO COMPLEMENTARES)	mês	1,000				86,66	R\$ 86,66
SUB-TOTAL							990,30
SERVIÇOS - COMPOSIÇÕES AUXILIARES							
DISCRIMINAÇÃO	UNIDADE	QUANT.	CÓDIGO			P.UNIT.	P.TOTAL
SUB-TOTAL							
MAO DE OBRA							
DISCRIMINAÇÃO	UNIDADE	QUANT.	CÓDIGO			P.UNIT.	P.TOTAL
ENGENHEIRO CIVIL (PLENO)	H	7,000				82,12	R\$ 574,84
AUXILIAR DE ENGENHEIRO	H	16,000				12,08	R\$ 193,28
SUB-TOTAL							768,12
PRODUÇÃO DA EQUIPE						1,0000	CUSTO
							1.944,00
TOTAL - R\$							1.944,00
BDI %							1,00
TOTAL DO SERVIÇO - R\$							1.944,00
COMPOSIÇÃO DE PREÇO UNITÁRIO							
DESCRIÇÃO DO SERVIÇO						DATA BASE:	dez/15
REPARO DE REDE E RAMAIS HIDRAULICOS						UNIDADE:	UNID
EQUIPAMENTO							
DISCRIMINAÇÃO	UNIDADE	QUANT.	PROD	IMPROD	P.UN. PROD	P.UN. IMPR	P.TOTAL
							0,00
SUB-TOTAL							0,00
MATERIAL							
DISCRIMINAÇÃO	UNIDADE	QUANT.	CÓDIGO			P.UNIT.	P.TOTAL
TUBOS, CONEXÕES, COLA, FITA, ETC.	VB	0,083				700,00	58,33
ESCAVAÇÃO MANUAL DE VALAS H <= 1,50 M	M3	0,517				38,18	19,73
REATERRO COMPACTADO DE VALA COM EQUIPAMENTO	M3	0,517				24,25	12,53
PLACA VIBRATÓRIA							
SUB-TOTAL							58,33

Michel Camargo Gomes de Moraes
 Engenheiro Civil
 CREASP SP 5162066058-D
 CPF 047.428.986-99

SERVIÇOS - COMPOSIÇÕES AUXILIARES							
DISCRIMINAÇÃO	UNIDADE	QUANT.	CÓDIGO		P.UNIT.	P.TOTAL	
SUB-TOTAL							
MÃO DE OBRA							
DISCRIMINAÇÃO	UNIDADE	QUANT.	CÓDIGO		P.UNIT.	P.TOTAL	
BOMBEIRO HIDRAULICO COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	h	1,500	88309		15,91	23,87	
AJUDANTE DE BOMBEIRO COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	h	3,333	88242		12,42	41,40	
SUB-TOTAL							65,27
PRODUÇÃO DA EQUIPE		1,0000			CUSTO	123,60	
TOTAL - R\$						123,60	
BDI %						1,00	
TOTAL DO SERVIÇO - R\$						123,60	

COMPOSIÇÃO DE PREÇO UNITÁRIO							CPU004
DESCRIÇÃO DO SERVIÇO							DATA BASE: dez/15
ALTEAMENTO E REBAIXAMENTO DO POÇO DE VISTA DA REDE DE ESGOTO COM ANEL DE CONCRETO DIAM= 600MM, INCLUSIVE ASSENTAMENTO DA TAMPA F° F° EXISTENTE EM ESTRUTURA DE CONCRETO ARMADO FCK= 20MPA.							UNIDADE: UNID
EQUIPAMENTO							
DISCRIMINAÇÃO	UNIDADE	QUANT.	PROD	IMPROD	P.UN. PROD	P.UN. IMPR	P.TOTAL
SUB-TOTAL							0,00
MATERIAL							
DISCRIMINAÇÃO	UNIDADE	QUANT.	CÓDIGO		P.UNIT.	P.TOTAL	
FORNECIMENTO, ASSENTAMENTO E REJUNTAMENTO DE TUBO DE CONCRETO SIMPLES PS1 D = 600 MM	M	0,500			135,95	67,98	
ESCAVAÇÃO MANUAL DE VALAS H <= 1,50 M	M3	2,560			38,18	97,74	
REATERRO COMPACTADO DE VALA COM EQUIPAMENTO PLACA VIBRATÓRIA	M3	2,560			24,25	62,08	
FORNECIMENTO E LANÇAMENTO DE CONCRETO ESTRUTURAL VIRADO EM OBRA FCK >= 20 MPA, BRITA 1 E 2	M3	0,110			426,35	46,90	
CORTE, DOBRA E ARMAÇÃO DE AÇO CA-50/60	KG	8,800			7,79	68,55	
FORMA E DESFORMA EM TÁBUAS DE PINHO, EXCLUSIVE ESCORAMENTO (3X)	M2	1,130			52,68	59,53	
SUB-TOTAL							402,77
SERVIÇOS - COMPOSIÇÕES AUXILIARES							
DISCRIMINAÇÃO	UNIDADE	QUANT.	CÓDIGO		P.UNIT.	P.TOTAL	
SUB-TOTAL							
MÃO DE OBRA							
DISCRIMINAÇÃO	UNIDADE	QUANT.	CÓDIGO		P.UNIT.	P.TOTAL	
PEDREIRO COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	h	2,000	88309		15,91	31,82	
AJUDANTE DE PEDREIRO COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	h	4,000	88242		12,42	49,68	
SUB-TOTAL							81,50
PRODUÇÃO DA EQUIPE		1,0000			CUSTO	484,27	
TOTAL - R\$						484,27	
BDI %						1,00	
TOTAL DO SERVIÇO - R\$						484,27	

André Carlos Gomes de Moraes
 Engenheiro Civil
 CREA SP 5062056058-D
 CPF: 041.428.986-99





PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIAÍ-MG

MEMORIA DE CÁLCULO

OBRA:	CALÇAMENTO EM BLOQUETE DE RUAS EM IBIAÍ-MG		DATA:	28/02/2017	OBS:
LOCAL:	RUAS JOSÉ CABELUDO, RUA JOSÉ TOMAZ DA FONCECA E RUA EMÍDIO DE CASTRO		IBIAÍ-MG		
ITEM:	1				
DESCRIÇÃO:	SERVIÇOS PRELIMINARES				
CÓDIGO:	MOBILIZAÇÃO E DESMOBILIZAÇÃO				
	Logradouro	Quant.	Repet.	Quant. (Unid)	R\$ Unitário
		1,00	1,00	1,00	
TOTAL				1,00	0,00
DESCRIÇÃO:	ADMINISTRAÇÃO LOCAL E MANUTENÇÃO DO CANTEIRO				
CÓDIGO:					
	Logradouro	Quant.	Repet.	Quant. (Unid)	R\$ Unitário
		1,00	1,00	1,00	
TOTAL				1,00	0,00
DESCRIÇÃO:	PLACA DA OBRA				
CÓDIGO:					
	Logradouro	Quant.	Repet.	Quant. (Unid)	R\$ Unitário
		1,00	1,00	1,00	
TOTAL				1,00	0,00
DESCRIÇÃO:	LOCAÇÃO DA OBRA				
CÓDIGO:					
	Logradouro	Compr.	Larg. cl sarj	Repet.	Nº de pontos
	RUA JOSÉ CABELUDO	251,38	9,60	1,00	2.413,25
	RUA JOSÉ TOMAZ DA FONCECA	272,98	10,10	1,00	2.757,10
	RUA EMÍDIO DE CASTRO	272,98	9,60	1,00	2.620,61
TOTAL		797,34		120,00	7.790,95



Proj. Eng.º Civil nº 018-850505-10
CPF: 04.454.748-989-99
RUA E. CORREIA
SANTOS

ITEM:	2	OBRAS VIÁRIAS (CALÇAMENTO EM BLOQUETE)
DESCRIÇÃO:		ESCAVAÇÃO MECANICA (CONSIDERAR A ESCAVAÇÃO PARA 0,35M SENDO 0,15M DA BICA CORRIDA E 0,20M DO REBAIXAMENTO PARA ATENDER AS NORMAS E 0,15M NA JAZIDA DE CASCALHO)
CÓDIGO:		
	Logradouro	
	RUA JOSÉ CABELUDO	Compr. 251,38 Larg. c/ sarj 9,60 Prof. 0,35 Repet. 1,00 Vol.(m3) 844,64 Vol total (m3) 844,64 R\$ Unitário 0,00
	RUA JOSÉ TOMAZ DA FONCECA	272,98 10,10 0,35 1,00 964,98 964,98
	RUA EMÍDIO DE CASTRO	272,98 9,60 0,35 1,00 917,21 917,21
	TOTAL	2.726,83 0,00
DESCRIÇÃO:		TRANSPORTES DE BOTA-FORA
CÓDIGO:		
	Logradouro	
	RUA JOSÉ CABELUDO	Peso esp. (T/m3) 1,80 Compr. 251,38 Larg. c/ sarj 9,60 Esp. 0,20 Repet. 1,00 DMT (Km) 1,50 Vol. Total (Txkm) 1.303,15 R\$ Unitário 0,00
	RUA JOSÉ TOMAZ DA FONCECA	1,80 272,98 10,10 0,20 1,00 1.488,83
	RUA EMÍDIO DE CASTRO	1,80 272,98 9,60 0,20 1,00 1.415,13
	TOTAL	4.207,12 0,00
DESCRIÇÃO:		REGULARIZAÇÃO DO SUBLEITO
CÓDIGO:		
	Logradouro	
	RUA JOSÉ CABELUDO	Compr. 251,38 Larg. c/ sarj 9,60 Repet. 1,00 Area (m2) 2.413,25 Area total (m2) 2.413,25 R\$ Unitário 0,00
	RUA JOSÉ TOMAZ DA FONCECA	272,98 10,10 1,00 2.757,10 2.757,10
	RUA EMÍDIO DE CASTRO	272,98 9,60 1,00 2.620,61 2.620,61
	TOTAL	7.790,95 0,00
DESCRIÇÃO:		TRANSPORTE DA BICA-CORRIDA (PIRAPORA ATÉ IBIAÍ)
CÓDIGO:		
	Logradouro	
	RUA JOSÉ CABELUDO	Compr. 251,38 Larg. c/ sarj 9,60 Esp. 0,15 Percent. (%) 33% DMT (Km) 175,00 Vol. Total (m3xkm) 20.904,76 R\$ Unitário 0,00
	RUA JOSÉ TOMAZ DA FONCECA	272,98 10,10 0,15 33% 175,00 23.883,36
	RUA EMÍDIO DE CASTRO	272,98 9,60 0,15 33% 175,00 22.701,02
	TOTAL	67.489,14 0,00
DESCRIÇÃO:		EXECUÇÃO DE BASE COM BICA-CORRIDA
CÓDIGO:		
	Logradouro	
	RUA JOSÉ CABELUDO	Compr. 251,38 Larg. c/ sarj 9,60 Prof. 0,15 Repet. 1,00 Vol.(m3) 361,99 Vol total (m3) 361,99 R\$ Unitário 0,00
	RUA JOSÉ TOMAZ DA FONCECA	272,98 10,10 0,15 1,00 413,56 413,56
	RUA EMÍDIO DE CASTRO	272,98 9,60 0,15 1,00 393,09 393,09
	TOTAL	1.168,64 0,00

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA MUNICIPAL
ALF.: 218
8

CPD-017474738398-99
KLEA-53
33066058-D
Criminal Court
% of new cases

EXECUÇÃO DE CALÇAMENTO										
DESCRIÇÃO:										
CÓDIGO:										
	Logradouro									
		Compr.	Larg. s/ Sarj.		Repet.	Área (m²)	Área Total (m²)	R\$ Unitário		
	RUA JOSÉ CABELUDO	251,38	9,00		1,00	2.262,42	2.262,42	0,00		
	RUA JOSÉ TOMAZ DA FONCECA	272,98	9,50		1,00	2.593,31	2.593,31			
	RUA EMÍDIO DE CASTRO	272,98	9,00		1,00	2.456,82	2.456,82			
	TOTAL						7.312,55	0,00		
URBANIZAÇÃO E OBRAS COMPLEMENTARES										
	6									
MEIO-FIO COM SARJETA										
DESCRIÇÃO:										
CÓDIGO:										
	Logradouro									
		Compr.		Repet.	Total (m)	Total geral (m)	R\$ Unitário			
	RUA JOSÉ CABELUDO	251,38		2,00	502,76	502,76	0,00			
	RUA JOSÉ TOMAZ DA FONCECA	272,98		2,00	545,96	545,96				
	RUA EMÍDIO DE CASTRO	272,98		2,00	545,96	545,96				
	TOTAL					1.594,68	0,00			
MEIO-FIO PARA TRAVAMENTO (CORDÃO)										
DESCRIÇÃO:										
CÓDIGO:										
	Logradouro									
		Compr.		Repet.	Total (m)	Total geral (m)	R\$ Unitário			
	RUA JOSÉ CABELUDO	9,60		4,00	38,40	38,40	0,00			
	RUA JOSÉ TOMAZ DA FONCECA	10,10		2,00	20,20	20,20				
	RUA EMÍDIO DE CASTRO	9,60		2,00	19,20	19,20				
	TOTAL					77,80	0,00			
REPARO DE REDE E RAMAIS HIDRAULICOS										
DESCRIÇÃO:										
CÓDIGO:										
	Logradouro									
		Quant.		Repet.		Quant. (Unit)	R\$ Unitário			
		1,00		1,00		1,00				
	TOTAL					1,00	0,00			
ALTEAMENTO E REBAIXAMENTO DO POÇO DE VISTA DA REDE DE ESGOTO COM ANEL DE CONCRETO										
DESCRIÇÃO:										
CÓDIGO:										
	Logradouro									
		Quant.		Repet.		Quant. (Unit)	R\$ Unitário			
		1,00		1,00		1,00				
	TOTAL					1,00	0,00			

Michel Carvalho Gomes de Moraes

Crea nº 60698/05-SP

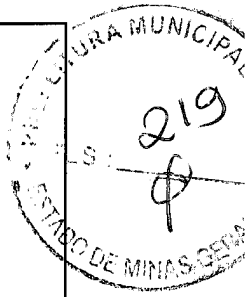
2017/07/05

2017/07/05

2017/07/05

2017/07/05

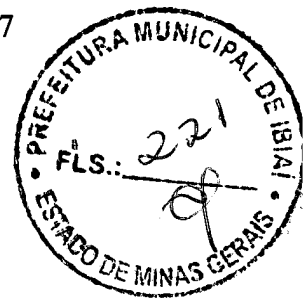
Michel Carvalho Moraes
Crea nº 50676/2005-SP



[illegible]

Montes Claros - MG, 28-02-2017

Exmo Sr. Larravardierie Batista Cordeiro
Prefeito do Municipal de Ibiaí
Praça 31 de Março, 500, 39350-000
Ibiaí – Minas Geras



PARECER TÉCNICO DE APROVAÇÃO DE ADITIVO

Senhor Prefeito,

CARVALHO AMARAL ENGENHARIA LTDA., CNPJ nº 16.783.066/0001-35, localizada na rua Mestra Fininha, nº 726, Centro, Montes Claros/MG, tel/fax: (38) 3222-1386, representado pela seu sócio e responsável técnico o Sr. Michel Carvalho Gomes de Moraes, Contratada pela Prefeitura Municipal de Ibiaí - MG para prestação de serviços de engenharia.

Vem através deste, expor a necessidade de Aditivo do Contrato nº 045/2016, no valor R\$ 759.588,92 (Setecentos e cinquenta e nove mil, quinhentos e oitenta e oito reais e noventa e dois centavos) referente a contratação de empresa especializada para executar obra de pavimentação em bloquetes, ruas diversas na cidade de Ibiaí-MG.

Após análise da Planilha Orçamentária e dos Projetos fez-se necessário à inclusão de itens não previstos na planilha de contrato, bem como o acréscimo e decréscimo no quantitativo dos itens já previstos na planilha contratada.

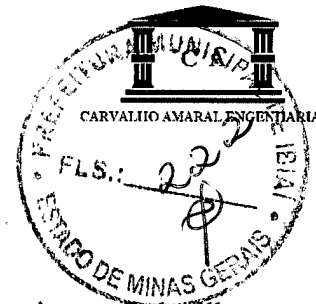
Portanto, vimos através deste apresentar o parecer técnico da solicitação e aprovação do aditivo pleiteado pela Contratada para execução dos serviços. O mesmo está discriminado em Inclusão e Acréscimo, conforme segue abaixo.

Michel Carvalho Gomes de Moraes
Engenheiro Civil
CREA-SP/01708653-0
CPF: 047.128.985-99

CNPJ Nº 16.783.066/0001-35 - Av. Mestra Fininha, nº 726, Centro, Montes Claros - MG, CEP 39403-222

Fone/Fax (38) 3222-1386

E-mail: carvalhoamaralengenharia@gmail.com



INCLUSÃO DE ITENS

O mesmo se justifica pelas necessidades dos itens que não estavam previsto na planilha orçamentária do contrato, vindo a prejudicar o funcionamento da obra no âmbito dos Serviços Instalações iniciais da obra, Obras viárias e Urbanização e obras complementares.


ACRÉSCIMO DE QUANTITATIVOS

Posterior a análise de projetos e quantitativos previsto na planilha de contrato, identificou ausência de quantitativo insuficiente de meio-fio e sarjeta, não atendendo a necessidade do projeto, no entanto ocorreu acréscimo parcial deste item. Ressaltamos que os novos itens previstos serão suficientes para a perfeita execução da obra.

Diante o exposto concluímos ser necessário o aditamento em valor para atendimento e conclusão do objeto contratado.

O contrato de valor inicial igual a R\$ 759.588,92 (Setecentos e cinquenta e nove mil, quinhentos e oitenta e oito reais e noventa e dois centavos) deverá ser aditivado em R\$ 68.159,11 (sessenta e oito mil, cento e cinquenta e nove reais e onze centavos), passando o novo valor igual a R\$ 827.748,03 (oitocentos e vinte sete mil, setecentos e quarenta e oito reais e três centavos).

Atenciosamente,


Michel Carvalho Gomes de Moraes
Engenharia Civil
CREA nº 5062066058-D
Carvalho Amaral Engenharia Ltda.
Michel Carvalho Gomes de Moraes
Eng. Civil CREA nº 5062066058/D-SP



PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIAÍ

PRAÇA 31 DE MARÇO, 555 – CEP 39350-000 – IBIAÍ – MINAS GERAIS TELEFAX (38) 3746-1136

PARECER JURÍDICO



PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 034/2016

TOMADA DE PREÇOS Nº04/2016

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUTAR PAVIMENTAÇÃO EM BLOQUETES DE RUAS NO MUNICÍPIO DE IBIAÍ/MG.

I - RELATÓRIO:

A licitação em referência encontra-se em plena vigência, sendo que a empresa Cepol – Construções e Edificações Polo Ltda – EPP, inscrita no CNPJ 10.275.598/0001-85 com sede na cidade de Montes Claros é a empresa responsável pela conclusão da referida obra. Entretanto, a empresa contratada por esta Prefeitura Municipal para realizar a prestação de serviços de engenharia, qual seja, Carvalho Amaral Engenharia LTDA, juntou parecer técnico para aprovação de aditivo na planilha de execução da obra. O engenheiro civil habilitado relatou que é necessário a inclusão de itens para evitar prejudicial funcionamento da obra futuramente.

O aditivo pleiteado é no valor de R\$68.159,11 (sessenta e oito mil cento e cinquenta e nove reais e onze centavos), passando a obra ter valor global de R\$827.748,03 (oitocentos e vinte e sete mil setecentos e quarenta e oito reais e três centavos).

II - FUNDAMENTO:

a) Dispõe a Lei 8.666/93, que:

Art. 65. Os contratos regidos por esta Lei poderão ser alterados, com as devidas justificativas, nos seguintes casos:

I - unilateralmente pela Administração:

a) quando houver modificação do projeto ou das especificações, para melhor adequação técnica aos seus objetivos;

b) quando necessária a modificação do valor contratual em decorrência de acréscimo ou diminuição quantitativa de seu objeto, nos limites permitidos por esta Lei;

II - por acordo das partes:

a) quando conveniente a substituição da garantia de execução;

b) quando necessária a modificação do regime de execução da obra ou serviço, bem como do modo de fornecimento, em face de verificação técnica da inaplicabilidade dos termos contratuais originários;

c) quando necessária a modificação da forma de pagamento, por imposição de circunstâncias supervenientes, mantido o valor inicial atualizado, vedada a antecipação do pagamento, com relação ao cronograma financeiro fixado, sem a correspondente contraprestação de fornecimento de bens ou execução de obra ou serviço;

d) para restabelecer a relação que as partes pactuaram inicialmente entre os encargos do contratado e a retribuição da administração para a justa remuneração da obra, serviço

Assinado



PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIAÍ

PRAÇA 31 DE MARÇO, 555 – CEP 39350-000 – IBIAÍ – MINAS GERAIS TELEFAX (38) 3746-1136

ou fornecimento, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, na hipótese de sobrevirem fatos imprevisíveis, ou previsíveis porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou, ainda, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual. (Redação dada pela Lei nº 8.883, de 1994)

§ 1º O contratado fica obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem nas obras, serviços ou compras, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, e, no caso particular de reforma de edifício ou de equipamento, até o limite de 50% (cinquenta por cento) para os seus acréscimos.

b) Há, no pedido do requerente, datado de 28 de fevereiro de 2017, embasamento legal plausível e suporte na planilha orçamentária de custos apresentada no valor de R\$68.159,11 (sessenta e oito mil cento e cinquenta e nove reais e onze centavos) e parecer técnico anexado no P.A.

c) Se justifica e tem guarida no dispositivo acima transcrito o reajuste de valor pleiteado e ainda foi observado que os acréscimos contratuais não são superiores aos 25% (vinte e cinco por cento) amparado pela Lei de Licitações.

III – CONCLUSÃO

Diante do relatório e fundamentação retro esta Assessoria, recomenda que o pleito da empresa em epigrafe seja, pois, recepcionado, analisado e, no mérito, DEFERIDO, com amparo legal, o aditivo financeiro no valor de R\$68.159,11 (sessenta e oito mil cento e cinquenta e nove reais e onze centavos).

Eis, pois, nosso parecer, s.m.j.

Ibiaí, 16 de março de 2017.

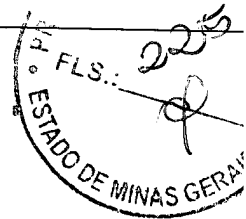
Fellipe Soares Leal
OAB/MG: 124.937
Procurador Jurídico Municipal

Thais Prado Capuchinho
Thais Prado Capuchinho
OAB/MG: 162.123
Assessora Jurídica Municipal



PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIAÍ
PRAÇA 31 DE MARÇO, 555 – CEP 39350-000 – IBIAÍ – MINAS GERAIS TELEFAX (38)
3746-1136

TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE ADITAMENTO



**REF.: TERMO DE CESSÃO DO CONTRATO DE
NO. 45/2016 – PROCESSO NO. 34/2016 (TOMADA
DE PREÇOS 04/2016) – PAVIMENTAÇÃO EM
BLOQUETES DE RUAS DO MUNICÍPIO DE IBIAÍ-
MG.**

AUTORIZO, sedimentado no pedido formulado e parecer jurídico exarado, a formalização de TERMO ADITIVO ao contrato em referência, com de efetuar o aditivo financeiro no valor de R\$ 68.159,11 (sessenta e oito mil cento e cinquenta e nove reais e onze centavos).

Expeça-se, pois, o competente termo e convoque o contratado para sua assinatura.

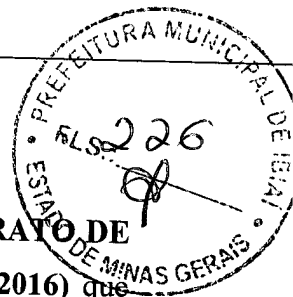
Ibiaí, 16 de março de 2017.


LARRAVARDIERE BATISTA CORDEIRO
PREFEITO DE IBIAÍ-MG.



PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIAÍ
PRAÇA 31 DE MARÇO, 555 – CEP 39350-000 – IBIAÍ – MINAS GERAIS TELEFAX (38)
3746-1136

TERMO DE ADITIVO FINANCEIRO



PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO TERMO DE CESSÃO DO CONTRATO DE NO. 45/2016 – PROCESSO NO. 34/2016 (TOMADA DE PREÇOS 04/2016) que entre si celebram o **MUNICÍPIO DE IBIAÍ**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 16.899.700/0001-08 com sede na Praça 31 de Março, nº 555, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. **LARRAVARDIERIE BATISTA CORDEIRO** e de outro lado a empresa **CEPOL-CONSTRUÇÕES E EDIFICAÇÕES POLO LTDA**, doravante denominada simplesmente “CONTRATADA”, com sede na Avenida Professor Vicente Guimarães, nº 771, Bairro Morada do Sol, Montes Claros-mg, inscrita no CNPJ/MF, sob o n.º 10.275.598/0001-85, neste ato representada por Daniel Mendes Nobre Martins, portador do CPF nº 012.292.666-82, empresário, residente e domiciliado na Rua Cassimiro Prudêncio Araújo, nº 381, Bairro Nossa Senhora de Fátima, Montes Claros-MG; RESOLVEM, em comum acordo entre as partes, firmar o presente termo instrumento, nos termos e condições abaixo estabelecidas.

CLÁUSULA PRIMEIRA-DO ATIVO FINANCEIRO

O presente Termo Aditivo tem por objeto o reajuste de valor do Contrato, nos limites permitidos por lei, em função do realinhamento de preço, em função de ocorrência de fatos imprevisíveis no decorrer da obra.

Fica estabelecido o reequilíbrio econômico financeiro no valor de R\$ 68.159,11 (sessenta e oito mil cento e cinquenta e nove reais e onze centavos).

CLÁUSULA SEGUNDA - DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL - A alteração contratual de que trata este instrumento é baseada no art. 65, inciso I, alínea "b", da Lei nº. 8.666/93.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO VALOR GLOBAL DO CONTRATO - Com os acréscimos decorrentes deste termo aditivo, o preço global das passará, para R\$

100



PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIAÍ
PRAÇA 31 DE MARÇO, 555 – CEP 39350-000 – IBIAÍ – MINAS GERAIS TELEFAX (38)
3746-1136

827.748,03 (oitocentos e vinte e sete mil setecentos e quarenta e oito reais e três centavos).



CLÁUSULA QUARTA-DA INALTERABILIDADE DAS DEMAIS CLÁUSULAS

Permanecem inalteradas todas as demais cláusulas e condições pactuadas originalmente no contrato primitivo.

Ibiaí/MG, 16 de março de 2017.

LARRAVARDIERIE

BATISTA

CORDEIRO

Prefeito Municipal de Ibiaí

CEPOL-CONSTRUÇÕES

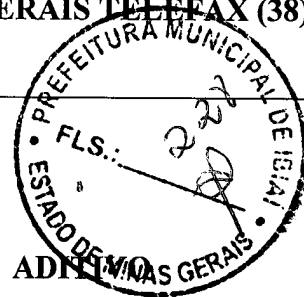
E

EDIFICAÇÕES POLO LTDA

Contratada

Testemunhas

1) _____ CPF _____ nº _____
2) _____ CPF _____ nº _____



PUBLICAÇÃO DE ADITIVO CONTRATO

A Prefeitura Municipal de Ibiaí/MG torna público o **TERMO DE ADITIVO FINANCEIRO, AO TERMO DE CESSÃO DO CONTRATO N.º 45/2016, LICITAÇÃO N.º 034/2016 TP 04/2016**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 16.899.700/0001-08 com sede na Praça 31 de Março, nº 555, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. **LARRAVARDIERIE BATISTA CORDEIRO** e de outro lado a empresa **CEPOL-CONSTRUÇÕES E EDIFICAÇÕES POLO LTDA**, doravante denominada simplesmente “CONTRATADA”, com sede na Avenida Professor Vicente Guimarães, nº 771, Bairro Morada do Sol, Montes Claros-mg, inscrita no CNPJ/MF, sob o nº 10.275.598/0001-85, neste ato representada por Daniel Mendes Nobre Martins, portador do CPF nº 012.292.666-82, empresário, residente e domiciliado na Rua Cassimiro Prudêncio Araújo, nº 381, Bairro Nossa Senhora de Fátima, Montes Claros-MG.

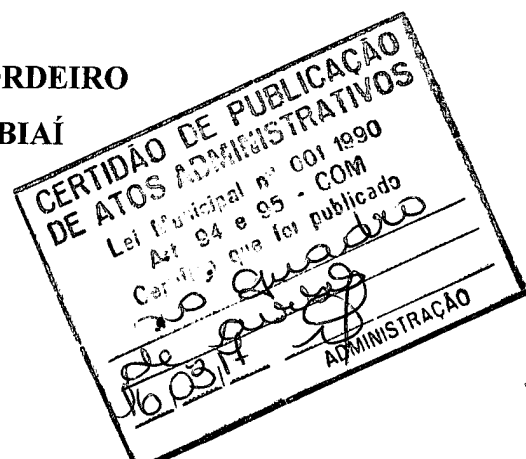
OBJETO: Contratação de empresa especializada em engenharia civil para a pavimentação em Bloquetes de Ruas no Distrito de Bom Jesus da Vereda.

Fica estabelecido o reequilíbrio econômico financeiro no valor de R\$ 68.159,11 (sessenta e oito mil cento e cinquenta e nove reais e onze centavos), **nos termos da Lei 8666/93.**

DO VALOR GLOBAL DO CONTRATO - Com os acréscimos decorrentes deste termo aditivo, o preço global das passará, para R\$ 827.748,03 (oitocentos e vinte e sete mil setecentos e quarenta e oito reais e três centavos).

Ibiaí/MG, 16 de março de 2017.


LARRAVARDIERIE BATISTA CORDEIRO
PREFEITO MUNICIPAL DE IBIAÍ





PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIAÍ
PRAÇA 31 DE MARÇO, 555 – CEP 39350-000 – IBIAÍ – MINAS GERAIS TEL. (38) 3746-1136



Ibiaí/MG, 28 de julho de 2017.

CONVÊNIO

CALÇAMENTO EM BLOQUETE DE RUAS EM IBIAÍ/MG – PROGRAMA BDMG URBANIZA 2015

LICITAÇÃO

PROCEDIMENTO Nº: 034/2016

TOMADA DE PREÇOS Nº: 04/2016

OBJETO: Contratação de empresa especializada par executar pavimentação em bloquetes de ruas no município de Ibiaí/MG.

ASSUNTO: Juntada de documento enviado pelo BDMG

Prezados,

Conforme informado em manifestação passada, segue modelo de documento fornecido pelo BDMG que deverá ser preenchido com os dados devidos, informando que o município assumirá o pagamento das medições realizadas pela CEPOL.

Oportunamente, peço que seja observado o pedido de uso de saldo de contrato, o qual será utilizado para novas obras.

Atenciosamente,


Fellipe Soares Leal

OAB/MG: 124.937

Procurador Jurídico Municipal

Assunto: Modelo de declaração
De: Felipe Leal (lealmoc@yahoo.com.br)
Para: conveniosibiai@gmail.com;
Data: Quarta-feira, 28 de Junho de 2017 8:15



Prezado Oséas,
bom dia.

Em anexo, modelo de declaração enviado pelo Emílio do BDMG que deverá ser impresso em papel timbrado, assinado por Lara e entregue no BDMG.

Com a entrega deste documento, podemos apresentar novo projeto.

O Emílio garantiu que o novo projeto será apreciado em no máximo 10 dias e que o recurso será liberado.

Informou, ainda, que novo edital será aberto em agosto/2017, com novo empréstimo de R\$ 880.000,00.

Att.,

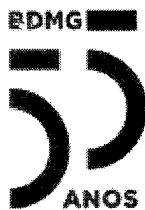
Felipe Soares Leal
OAB/MG: 124.937

Em Quinta-feira, 22 de Junho de 2017 15:46, Emilio Rodrigues Botelho <emilior@bdmg.mg.gov.br> escreveu:

Prezado Felipe,
Segue modelo de declaração de funcionalidade de obra.
Att,



EMILIO RODRIGUES BOTELHO
Gerente de Negócios Setor Público
DIRETORIA DE NEGÓCIOS
T +55 31 3219 8120
<http://www.bdmg.mg.gov.br>



"As informações existentes nesta mensagem e nos arquivos anexados são para uso restrito, sendo seu sigilo protegido por lei. Caso você a tenha recebido por engano, favor notificar o remetente e, em seguida, apagá-la. Seu uso, cópia ou divulgação não autorizados são expressamente proibidos e serão tratados conforme a legislação vigente. Este ambiente está sujeito a monitoramento."



Livre de vírus. www.avg.com.

DECLARAÇÃO DE FUNCIONALIDADE DAS OBRAS E SERVIÇOS EXECUTADOS



Pelo presente instrumento, o proponente Município de **Ibipiaí**, neste ato representado por seu Representante Legal, o Sr. Prefeito **Larravardierie Batista Cordeiro**, com o Projeto **Calçamento de vias públicas em blocos de concreto sextavado na sede do município** inscrito no PROGRAMA BDMGURBANIZA 2015 declara que as obras e serviços parcialmente executados apresentam funcionalidade plena, e que o município se compromete a executar o restante do projeto com recursos próprios de modo a proporcionar, ao final da implantação do empreendimento, benefícios imediatos à população.

Adicionalmente solicita autorização para utilização do saldo do contrato para novas obras.

■, ■ de ■ de 2017.

Município de **Ibipiaí**

Larravardierie Batista Cordeiro

Prefeito(a) Municipal



PARECER JURÍDICO

CONVÊNIO

CALÇAMENTO EM BLOQUETE DE RUAS EM IBIAÍ/MG – PROGRAMA BDMG URBANIZA 2015

LICITAÇÃO

PROCEDIMENTO Nº: 034/2016

TOMADA DE PREÇOS Nº: 04/2016

OBJETO: Contratação de empresa especializada par executar pavimentação em bloquetes de ruas no município de Ibiaí/MG.

ASSUNTO: Possibilidade de pagamento do calçamento com recursos próprios.

Ilustríssimo Senhor Prefeito,

Trata-se de indagação sobre a possibilidade de quitação das obras/medições já realizadas pela **CEPOL – CONSTRUÇÕES E EDIFICAÇÕES PÓLO LTDA**, que deu prosseguimento a execução do objeto deste procedimento, em razão da Cessão de Direito e Obrigações realizadas pela **CONSTRUTORA VIGAMA LTDA**, haja vista o entendimento jurídico do BDMG de que a Cessão do contrato não poderia ocorrer, possuindo entendimento diverso desta Procuradoria quanto ao previsto no inciso VI do art. 78 da Lei 8.666/93.

A divergência sobre a possibilidade ou não da Cessão do Contrato outrora celebrado entre **Município de Ibiaí** e **CONSTRUTORA VIGAMA LTDA** foi pauta de reunião ocorrida no dia 06 de junho do corrente ano, considerando o não pagamento das medições apresentadas, estando presente o Prefeito Municipal de Ibiaí/MG acompanhado deste Procurador, bem como o Sr. Emílio Rodrigues Botelho Gerente Setor Público acompanhado da Assessoria Jurídica do BDMG.

Após apresentação de argumentações por parte deste Procurador, a Assessoria Jurídica do BDMG, que até data da reunião não havia examinado situação semelhante, manteve o entendimento de que a Cessão do Contrato não poderia ocorrer, pois a interpretação do inciso VI do art. 78 da Lei de Licitações não indicaria, expressamente, a possibilidade de Cessão, no entanto, não houve interpretação por parte da Instituição Financeira de que o ato teria ocorrido de forma danosa e/ou irregular capaz de suspender a liberação dos recursos ao Município e, conseqüentemente, promoção da situação ao Ministério Público de Minas Gerais – MPMG para análise de possível irregularidade, razão pela qual viabilizou duas alternativas para solução do impasse, quais sejam:

01 – O município de Ibiaí/MG poderia ajuizar ação em face do BDMG, a fim de pleitear o pagamento das obras/medições realizadas pela **CEPOL – CONSTRUÇÕES E EDIFICAÇÕES PÓLO LTDA**, mas com consequente suspensão administrativa imediata do crédito existente, bem como suspensão de celebração de novos contratos com o BDMG ou;



PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIAÍ
PRAÇA 31 DE MARÇO, 555 – CEP 39350-000 – IBIAÍ – MINAS GERAIS TELEFAX
(38) 3746-1136



02 – Realizar o pagamento dos valores com recursos próprios, com garantia do BDMG de manutenção do saldo remanescente de aproximadamente R\$ 749.000,00 (setecentos e quarenta e nove mil reais), para serem liberados em outros projetos que poderiam ser apresentados a qualquer momento pelo Executivo Municipal, sendo dispensado todo procedimento de habilitação, considerando tratar-se de crédito já aprovado para o Município.

Após apresentação das possibilidades e indagações realizadas, o Gerente Setor Público foi enfático ao afirmar que não seria necessária nova autorização do Poder Legislativo, pois o crédito já se encontrava aprovado e liberado; a liberação do crédito seria garantida sem qualquer óbice e a liberação do recurso remanescente seria liberado com maior celeridade (respeitando os requisitos necessários), após apresentação dos novos documentos de projeto.

Conforme manifestação deste Procurador registrada em parecer Jurídico quanto a Cessão do Contrato entre **CEPOL – CONSTRUÇÕES E EDIFICAÇÕES PÓLO LTDA** e **CONSTRUTORA VIGAMA LTDA**, ratifico o entendimento da possibilidade do ato, seja pela previsão expressa da legislação vigente (inciso VI, art. 78 da Lei 8.666/93), seja pelos inúmeros entendimentos de doutrinadores e profissionais da área do Direito Público atuantes em setores da esfera Federal e Estadual, conforme documentação anexa, não havendo, por ora, argumentação capaz de modificar o entendimento deste profissional convicto na interpretação realizada após significativa análise em conjunto com servidores deste ente federativo, como Dra. Thais Prado Capuchinho (Assessora Jurídica Municipal).

Ademais, o próprio BDMG se mostra conflitante com os seus entendimentos, considerando que a autorização para início das obras pela **CONSTRUTORA VIGAMA LTDA** ocorreu apenas após análise pormenorizada das documentações que instruíram a Licitação, onde havia previsão da Cessão do Contrato expressa no Edital e Contrato, inexistindo qualquer determinação para que a possibilidade jurídica de Cessão do contrato fosse suprimida pelo BDMG, o que garante respaldo de significativa monta para o ato celebrado pela Administração Municipal, caso o gestor municipal optasse pelo ajuizamento de ação competente.

Lado outro, o ajuizamento de ação em face do BDMG nos termos das informações passadas pelo Gerente Setor Público e Assessoria Jurídica da instituição, acarretaria a suspensão imediata do saldo remanescente de quase R\$ 750.000,00 (setecentos e cinquenta mil reais), além da proibição do Município de contratar com o BDMG em novas linhas de crédito, inclusive prevista para 2017, que muito ajudaria o desenvolvimento de Ibiaí/MG, não sendo, talvez, o melhor caminho a ser percorrido pelo Gestor, a quem é dado o direito e dever de decidir, especialmente por conhecer a realidade financeira municipal e, principalmente, os anseios de melhores condições de vida dos munícipes.



PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIAÍ
PRAÇA 31 DE MARÇO, 555 – CEP 39350-000 – IBIAÍ – MINAS GERAIS TELEFAX
(38) 3746-1136



Destaco, ainda, que a empresa **CEPOL – CONSTRUÇÕES E EDIFICAÇÕES PÓLO LTDA** executou quase que integralmente a obra objeto do entrave, restando percentual mínimo para sua conclusão, o que segundo informações do setor de engenharia da prefeitura, deverá ocorrer em curto espaço de dias, não se mostrando razoável, salvo melhor juízo do Sr. Prefeito, submetê-la à espera de decisão judicial quanto à possibilidade ou não da cessão realizada, o que obstará o recebimento dos valores contratados e executados.

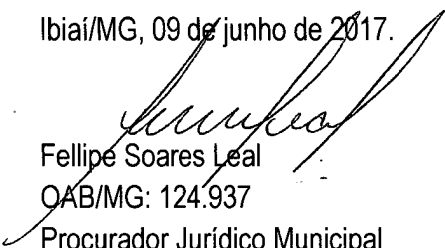
Quanto a possibilidade do município realizar o pagamento dos valores à **CEPOL – CONSTRUÇÕES E EDIFICAÇÕES PÓLO LTDA**, tenho que não há qualquer irregularidade, especialmente por se tratar de obra realizada e incorporada ao Município, motivo pelo qual o próprio BDMG prestou todo auxílio aos tramites que deveriam ser envidados, ficando de fornecer, inclusive, modelo de Declaração de Funcionalidade da Obra com solicitação de uso de saldo de contrato.

Destarte, considerando a inexistência de irregularidades no ato realizado (concordância com a Cessão do Contrato) e a garantia de disponibilidade do saldo remanescente de quase R\$ 750.000,00 (setecentos e cinquenta mil reais) pelo BDMG, entendo ser possível a adesão à segunda alternativa proposta pela Instituição Financeira, onde o município de Ibiaí/MG poderá assumir o pagamento das medições pendentes executadas pela **CEPOL – CONSTRUÇÕES E EDIFICAÇÕES PÓLO LTDA**, especialmente por haver previsão contábil confirmada com o setor de Contabilidade da Prefeitura, ficando com saldo disponível para novos investimentos no município.

Oportunamente, ratifico todos os fundamentos utilizados em parecer jurídico emitido em razão da consulta sobre possibilidade de Cessão de Contrato entre a **CONSTRUTORA VIGAMA LTDA** e **CEPOL – CONSTRUÇÕES E EDIFICAÇÕES PÓLO LTDA**, notadamente em razão da previsão expressa em Edital e Contrato, ambos apreciados pelo BDMG antes da autorização para início das obras; atendimento de requisitos em prol da administração (manutenção do preço e condições outrora contratadas) e preenchimento da capacidade técnica, documental e financeira da **CEPOL – CONSTRUÇÕES E EDIFICAÇÕES PÓLO LTDA**.

É o parecer, S.M.J.

Ibiaí/MG, 09 de junho de 2017.


Felipe Soares Leal

OAB/MG: 124.937

Procurador Jurídico Municipal



Cessão do Contrato Administrativo¹

Tércio Túlio Nunes Marcato²

RESUMO: O objetivo desse estudo é a análise dos fundamentos e requisitos necessários para a cessão do contrato administrativo em contraposição aos princípios pertinentes ao Direito Público. Assim, para a compreensão do tema serão analisados os aspectos obrigacionais, a Lei nº 8.666/93, a oportunidade e conveniência para a celebração da cessão, bem como a doutrina e jurisprudências atuais.

PALAVRAS-CHAVE: Cessão. Contrato administrativo. Regulamentação. Requisitos. Conceito.

ABSTRACT: The purpose of this study is the analysis of the foundations and requirements for the transfer of administrative contract, versus the relevant principles of public law. Thus, for the understanding of the issue will be examined aspects to the training contract, the Law No. 8.666/93, the opportunity and convenience for the conclusion of the transfer, and the doctrine and jurisprudence today.

KEYWORDS: Assignment. Contract administration. Regulations. Requirements. Concept.

A Administração Pública, no intuito e no exercício de suas funções, tem, como forma de executar seus atos, a prerrogativa de celebrar contratos administrativos. Mais do que simples contratos, mediante os quais a Administração Pública executa seus atos, eles têm, em sua essência, o “poder de império” da Administração Pública, que usando desta prerrogativa e intencionando um eficaz exercício de suas funções, celebra tal tipo de contrato.

O contrato administrativo se caracteriza por haver, como uma das partes da relação contratual, um ente administrativo, um sujeito da Administração Pública.

¹ Publicado na Revista IOB de Direito Administrativo nº 40 – Abril/2009, p. 7/25

² Mestrando em Direito Empresarial pela Faculdade de Direito Milton Campos.
tercio@vkadvocacia.com.br.



E esta é apenas uma das características deste tipo de contrato, que, não obstante ser dotado de características inerentes aos contratos em geral, tem em seu bojo certas peculiaridades.

Toshio Mukai, citando Hely Lopes Meireles, assim se manifestou ao definir contrato.

Contrato é todo acordo de vontades, firmado livremente pelas partes, para criar obrigações e direitos recíprocos [...] um negócio jurídico bilateral e comutativo, isto é, realizado entre pelo menos duas pessoas que se obrigam a prestações mútuas e equivalentes em encargos e vantagens. (2008, p.141).

Esta é uma definição ampla, geral de contrato. O contrato administrativo, por sua vez, foi assim definido por Marçal Justen Filho como

O acordo de vontades destinado a criar, modificar ou extinguir direitos e obrigações, tal como facultado legislativamente e em que pelo menos uma das partes atua no exercício da função administrativa. (2008, p.325).

O que basicamente caracteriza um contrato, do ponto de vista conceitual como administrativo, é a condição de haver, como um dos contratantes, um ente da administração pública. Todavia, a existência de um ente administrativo, figurando como parte em um contrato, confere a este certa peculiaridade, posto ser este contrato celebrado com o fito de atender a um interesse público.

Nesse diapasão, José dos Santos Carvalho Pinto, ao manifestar-se quanto à regulamentação deste contrato, assim lecionou:

De forma simples, porém, pode-se conceituar o contrato administrativo como o ajuste firmado entre a Administração Pública e um particular, regulado basicamente pelo direito público e, tendo por objeto uma atividade que, de alguma forma, traduza interesse público. (2008, p.162).

Denota-se então, mais uma característica que se faz presente nos contratos administrativos, que é a sua forma de regulamentação ocorrer mediante o direito

público, em que se infere a prevalência do já citado “poder de império” da Administração Pública, ou seja, o interesse público prevalece perante o particular, ainda que seja este particular integrante da relação obrigacional firmada com o ente administrativo por meio da celebração do contrato. Há se salientar, contudo, que do ponto de vista do surgimento do contrato e dos seus elementos, a gênese e os elementos essenciais do contrato administrativos são oriundos do direito privado, sendo a forma de execução do contrato regido por normas de direito público.

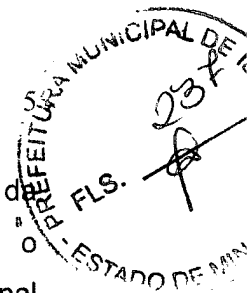
E é exatamente na forma de se executar o contrato firmado com o particular, que a Administração Pública faz valer a sua prerrogativa de impor suas condições e executar o contrato de forma a atender interesses públicos.

Nessa seara, é importante frisar que o contrato administrativo tem como característica ser celebrado de forma *intuito personae*, ou seja, visa à pessoa do contratado. Entretanto, como abaixo seguirá demonstrado, o contrato administrativo, não obstante ser dotado desta característica, não significa dizer que seja personalíssimo, ou seja, havendo patente o interesse público em detrimento do particular – no caso o contratado – este contrato pode operar seus efeitos por meio de sua execução por pessoa diversa da contratada.

Hely Lopes Meireles, sobre a possibilidade de se alterar as partes contratantes em um contrato administrativo, assim se manifestou:

[...] o contrato administrativo é realizado *intuito personae*, porquanto visa sempre a pessoa jurídica ou física do contratado, mas nada impede que o contratado confira partes da obra e certos serviços técnicos a artífices ou a empresas especializadas, porque, aduz, se o contrato é pessoal, nem sempre é personalíssimo. (1999, p. 204).

Eurico Andrade Azevedo e Célia Marisa Prendes, em lição sobre o tema tratado, corroboram entendimento acima exposto ao afirmarem que





Modernamente, a complexidade das grandes obras e a diversificação das instalações e equipamentos dos serviços públicos exigem a participação de diferentes técnicos e especialistas, o que fica subtendido nos contratos deste tipo. (1996, p.189).

Surge então a possibilidade de se transferir a parte diversa das constantes da relação obrigacional, o ônus pela execução do contrato, bem como os rendimentos oriundos de sua efetivação e todos os direitos e obrigações decorrentes da celebração do contrato. É a chamada Cessão de Contrato Administrativo.

Há se salientar que a cessão do contrato administrativo, não obstante a inexistência de uma regulamentação expressa, é uma forma dotada de extrema eficácia para consecução dos objetivos estatais. Trata-se, pois de uma possibilidade que confere eficaz agilidade do ponto de vista procedimental para o exercício da atividade pública, que se encontra, em muitas ocasiões, atreladas a princípios de ordem administrativa que impedem um célere cumprimento da atividade estatal.

A cessão do contrato administrativo, ressalvada a sua definição, peculiaridades e particularidades, guarda estreita relação com a cessão de crédito, instituto do direito civil em que ocorre tão-somente a transferência do crédito oriundo de um determinado negócio a um terceiro que não figura na relação contratual da qual se originou o crédito. Por se tratar de instituto em que figura como parte, a Administração Pública, e dada a prevalência do interesse público em detrimento do particular, há ponderar vários aspectos alusivos a este instituto, resguardando o interesse primordial do ente administrativo, respeitando os direitos do particular que com ele contratou e intencionando uma forma de conferir eficácia, celeridade e aproveitamento à consecução do objeto do contrato.



Surge, pois, uma forma de circulação da riqueza consubstanciada no objeto do contrato firmado entre particular e a Administração Pública, ressalvado o interesse público, preservados os direitos do contratado, cuja execução é dotada de eficácia e celeridade.

Conceito de Cessão de Contrato Administrativo

Maria Helena Diniz, em seu magistério de extrema proficuidade, assim definiu a cessão de contrato como sendo

A transferência negocial, a título gratuito ou oneroso, de um direito, um dever, de uma ação ou de um complexo de direitos, deveres e bens, com conteúdo predominantemente obrigatório, de modo que o adquirente (cessionário) exerça posição jurídica idêntica a o do antecessor (cedente). (1999, p. 352).

Silvio Rodrigues, por sua vez, acrescenta o fato de a cessão de contrato se operar tendo por termo inicial a efetiva celebração do contrato e por final a não conclusão do objeto nele mencionado.

A cessão de contrato é a transferência da inteira posição ativa e passiva, do conjunto de direitos e obrigações de que é titular uma pessoa, derivados de contrato bilateral já ultimado, mas de execução ainda não concluída. (2008, p.14).

Arnaldo Rizzardo, citando Carlos Alberto da Mota Pinto, assim apresenta a definição de cessão de contrato.

Constitui este tipo de contrato o meio dirigido à circulação contratual, isto é, à transferência *ex negotio* por uma das partes contratuais (cedente), com consentimento do outro contratante (cedido), para um terceiro (cessionário), do complexo de posições ativas e passivas criada por um contrato. (2007, p 159).

O instituto da cessão do contrato administrativo demanda uma análise conjunta de vários preceitos legais. À primeira vista, a lei não permite a cessão do contrato em sua totalidade, permitindo somente a transferência de algumas

partes do objeto do contrato. Entretanto, há se fazer uma análise conjunta dos preceitos legais que tratam do assunto, não especificamente da cessão do contrato em si, mas de formas pelas quais se permitem a transferência da execução do contrato.

Regulamentação

Não obstante haver previsão legal expressa no sentido de disciplinar o assunto, por analogia, aplicam-se os preceitos contidos na Lei 8.666/93, o diploma legal que regulamenta a licitação, forma pela qual a Administração Pública contrata.

Em um primeiro momento, a lei permite somente a transferência de partes do objeto do contrato. É o que resta disciplinado no artigo 72 do diploma licitatório.

Art. 72: O contratado, na execução do contrato, sem prejuízo das responsabilidades contratuais e legais, poderá subcontratar partes da obra, serviço ou fornecimento, até o limite admitido, em cada caso, pela Administração.

Todavia, para uma perfeita aplicação e por um entendimento da possibilidade de cessão do contrato administrativo, faz-se mister a aplicação do dispositivo legal acima mencionado em conjunto com o inciso VI do artigo 78 da Lei de Licitações.

Art. 78: Constituem motivos para rescisão do contrato: [...] VI- a subcontratação total ou parcial do seu objeto, a associação do contratado com outrem, cessão ou transferência, total ou parcial, bem como fusão, cisão ou incorporação, não admitidas no edital e no contrato [...].

A interpretação conjunta dos artigos acima mencionados leva ao raciocínio de que a cessão do contrato administrativo é perfeitamente possível, desde que expressamente consignado no edital convocatório. Ao contrário, no que concerne à subcontratação, essa deve obedecer ao limite previsto em lei, sob pena de rescisão contratual. Enfim, a cessão do contrato administrativo, pelo



que dispõe os textos legais mencionados alhures, não está dentro do campo limitativo que é imposto à subcontratação.

Sob este aspecto Diógenes Gasparini assim se manifestou:

O Estatuto Federal Licitatório vai mais além e admite a subcontratação total (toda a execução do contrato passa para um terceiro sem que o subcontratante se desvincule do contrato) do objeto e a cessão (transferência total ou parcial dos direitos decorrentes do contrato a terceiro, com o cedente desvinculando-se no todo ou em parte do contrato cujos direitos foram cedidos), se estas operações estiverem previstas e reguladas no edital. Observe-se que o Estatuto Federal Licitatório só considera motivo de rescisão contratual a subcontratação, total ou parcial, e a cessão e a transferência, total ou parcial, se não previstas no edital e no contrato. Consignadas no instrumento convocatório, essas operações são válidas, desvinculando-se ou não, em parte ou por completo, o contratado do contratante. Não cabe, assim, falar-se em fraude à licitação, ainda que alguém não selecionado neste procedimento, acabe por relacionar-se contratualmente com a Administração Pública. (1995. p. 396).

Há, portanto, se salientar duas questões que permeiam a cessão do contrato administrativo. A primeira diz respeito à possibilidade de, conforme especificado no edital, ceder o contrato a outrem para um eficaz cumprimento do objeto do contrato. A segunda diz respeito ao aferimento da real necessidade de se transferir o contrato a terceiro.

A necessidade de adequação técnica verificada durante a execução do contrato não obedece a qualquer limite de natureza quantitativa, pois isso seria negar a própria finalidade da lei, que é alcançar a plena eficiência da prestação contratada. Obras públicas de grande vulto demandam longo espaço de tempo, no transcorrer do qual podem ocorrer alterações. Realidades emergentes podem exigir, e normalmente exigem, alterações no objeto contratado, de maneira a possibilitar o efetivo ou melhor alcance das finalidades almejadas.

Surge então, a cessão do contrato como um meio de se atingir ao desiderato almejado pela Administração Pública, qual seja, efetivar o bem-estar comum.



Requisitos para efetivar a cessão do contrato administrativo

Inicialmente, impende esclarecer que, como todo o contrato, o contrato administrativo deve obedecer a certos requisitos que lhe conferem validade. Dentre estes requisitos pode-se citar a capacidade dos agentes que o formam, a licitude e possibilidade da execução do objeto e a forma legal, prescrita em lei. Além dos requisitos de validade dos contratos, há se falar também nos princípios que o regem.

Assim, são princípios básicos que regulam os contratos: o princípio da autonomia de vontade; princípio do consensualismo; princípio da obrigatoriedade dos preceitos convencionados; princípio da relatividade dos contratos; princípio da boa-fé; e princípio da função social do contrato.

Relativamente aos contratos administrativos, estes podem ser definidos consoante disposição legal contida na Lei 8.666/93, no parágrafo único do artigo segundo, que assim dispõe:

Para os fins desta lei, considera-se contrato todo e qualquer ajuste entre órgãos ou entidades da Administração Pública e particulares, em que haja um acordo de vontade para formação de vínculo e a estipulação de obrigações recíprocas, seja qual for a denominação utilizada.

Todavia, impende esclarecer que os contratos administrativos são dotados de certas nuances, podendo citar algumas de maior relevância, como a existência de cláusulas regulamentares ou de serviço, que dispõem sobre o objeto do contrato e sua execução e as cláusulas que têm um condão econômico, ou seja, que visam equalizar a relação firmada entre a Administração Pública e o contratado. Há, contudo, esclarecer cláusulas exorbitantes é também uma peculiaridade dos contratos administrativos, que, dada a característica de supremacia da Administração Pública perante os administrados, existe em todos os contratos, ainda que de forma tácita.



De forma mais nítida e intencional, pode-se caracterizar o contrato administrativo como sendo aquele em que figura em um dos lados da relação contratual um ente da Administração Pública, tem como objeto algo que reflita o interesse público e é regulado por normas de direito público em detrimento do privado.

José dos Santos Carvalho Filho explica de forma bem compreensiva como é caracterizado o contrato administrativo.

[...] só o fato de ser o Estado sujeito na relação contratual não serve, isoladamente, para caracterizar o contrato como administrativo. O mesmo se diga quanto ao objeto: é que não só os contratos administrativos como os contratos privados da Administração têm de ter, fatalmente, um objetivo que traduza interesse público. Assim, tais elementos têm que ser sempre conjugados com o regime jurídico, este sim o elemento marcante e diferencial dos contratos administrativos. (2008. p. 162).

Caracterizado o contrato administrativo, resta explicar de que forma operar-se-á a cessão deste, atribuindo a terceiro diverso da relação contratual a obrigação pela execução, bem como o direito pelo recebimento de uma contraprestação pelo serviço prestado e/ou bem vendido.

A importância de se definir o contrato administrativo tanto do ponto de vista subjetivo quanto do ponto de vista objetivo, decorre da necessidade e da existência de requisitos necessários para operar esta cessão, sendo que estes requisitos guardam estreita relação com a pessoa do contratado e com o objeto do contrato. Ao efetivar a cessão do contrato administrativo, deve-se levar em consideração aspectos relacionados com a pessoa do contratado e daquela ao qual o contrato será cedido. Questões relacionadas à possibilidade de executar o contrato, inexistência de óbices para se contratar com a Administração Pública como regularidade fiscal, qualificação econômico-financeira e qualificação técnica são todos ligados à pessoa do contratado e para quem o contrato será cedido.



Quanto ao objeto do contrato, devem ser considerados os aspectos relacionados à sua formação e inexecução, assim entendido o fato de ainda não ter sido o contrato efetivamente cumprido; possibilidade de ser adimplido por terceiro estranho à relação contratual e correspondência entre as obrigações dos contratados.

Surgem, então, requisitos que devem ser rigorosamente obedecidos para assim efetivar-se a cessão do contrato, salientando que o consentimento da Administração é a condição mais importante para operação da cessão.

Esta condição faz-se imprescindível a partir do momento em que a Administração Pública deve aferir a viabilidade da cessão do contrato, do ponto de vista da consecução do objeto do contrato, mensurando as condições que norteiam a cessão e sempre respeitando os princípios que regem os contratos administrativos. Neste diapasão, devem ser levados em consideração princípios como legalidade, efetividade, moralidade e economicidade.

Desta forma, ao vislumbrar a possibilidade de cessão do contrato, a Administração Pública deve verificar se esta cessão primeiramente é permitida pelo edital. Em sendo permitida, necessário se faz aferir de que forma esta cessão atenderá aos interesses públicos, devendo ser efetivada da forma mais célere e eficaz. Mister verificar também o atendimento a questões que revistam a cessão de toda moralidade possível, a fim de não criar uma situação espúria, favorecendo uns em detrimento de outros. Por fim, há se considerar também o ponto de vista econômico, ponderando os benefícios financeiros que a cessão trará à Administração, sem deixar de lado o aspecto da efetividade da cessão.

Em suma, para que ocorra a cessão do contrato administrativo, os requisitos acima citados devem ser rigorosamente observados, salientando que estes dizem respeito ao objeto do contrato, não olvidando-se também dos aspectos que se referem às condições das partes que a integram.



Assim, relativamente às condições subjetivas das partes que integrarão a cessão do contrato administrativo, faz-se mister uma verificação quanto à capacidade destas, relacionada à capacitação técnica em adimplir o contrato, para que não haja uma interrupção da execução deste ou não seja executado em discordância com o desiderato da Administração Pública. Não obstante esta verificação da capacidade técnica do cessionário em executar o contrato, deve haver também uma análise quanto aos aspectos que facultam a alguém contratar com a Administração Pública, a saber, idoneidade do cessionário, capacidade para contratar com entes públicos e capacidade para executar o objeto do contrato.

Expostas as questões que permeiam a possibilidade de efetivar-se a cessão do contrato administrativo, importa também tratar das justificativas que a ensejam, seus efeitos e conseqüências para as partes, bem como as obrigações decorrentes da substituição do contratado.

Justificativas que fundamentam a cessão

Ao celebrar contratos com a Administração Pública, esta se vale da prerrogativa de exercer seu poder de império sobre o contratado, de sorte que não se aplica aos contratos administrativos o princípio do *pacta sunt servanda*, ou seja, não se aplica aos contratos firmados com a Administração Pública o princípio da igualdade entre as partes, sendo as disposições contratuais tidas como lei entre as partes.

No entanto, Carlos Pinto Coelho Mota muito bem esclarece o assunto quando assim se manifestou:

Em relação ao contrato administrativo, porém, o princípio da igualdade cede lugar ao princípio da desigualdade entre as partes, em razão da prerrogativa atribuída ao Poder Público de fazer variar a obrigação da outra parte na medida necessária à

consecução do fim de interesse público, que é o alvo da atividade estatal. (2004. p.521).



Em razão desta característica que reveste os contratos administrativos, pode a Administração Pública, em razão do interesse público, alterar as obrigações pactuadas no contrato. Todavia, deve esta alteração obedecer a certos critérios, não ficando ao alvedrio do ente administrativo a alteração contratual de forma discricionária. É o que ensina Marçal Justen Filho.

A alteração do contrato retrata, sob alguns ângulos, uma competência discricionária da Administração. Não existe, porém liberdade para a Administração impor a alteração como e quando melhor lhe aprouver. Existe uma competência anômala, não uma prerrogativa propriamente dita.

Em síntese, o conteúdo do contrato administrativo reflete o exercício pela Administração de seus juízos de conveniência e oportunidade. A Administração, depois de realizar a contratação pode impor a alteração da avença mediante a simples invocação de sua competência discricionária.

A Administração tem de evidenciar a superveniência de motivo justificador da alteração contratual. (2008. p. 423).

Não basta, pois, o livre e infundado exercício do poder discricionário da Administração Pública. Mister se faz que a alteração contratual seja justificada e motivada, sendo inclusive estes preceitos dos atos administrativos.

Surge então, especialmente no que tange à cessão do contrato administrativo, a imperiosa necessidade de verificar os aspectos que o permeiam, levando-se em consideração suas condições, seu objeto e as partes que o compõem. Enfim, há se verificar estas condições, sobretudo considerando que a cessão do contrato administrativo se configura em extrema alteração do que anteriormente fora contratado, devendo, em havendo mudanças, serem mantidas todas as condições que inicialmente estavam previstas, sob pena de a Administração Pública não alcançar seu desiderato.

Não obstante ser uma prerrogativa de a Administração Pública alterar unilateralmente os contratos dos quais faz parte, em razão do exercício do seu poder de império, outros fatos permeiam a alteração do contrato.

Dirley da Cunha Júnior assim se manifestou sobre a possibilidade de os contratos administrativos serem alterados:

De acordo com estas características, os contratos administrativos podem sofrer mudanças ou alterações, seja em razão do poder que tem a Administração de alterar unilateralmente o contrato, seja em decorrência do fato do príncipe, do fato da administração ou da teoria da imprevisão. (2007 p 465).

Não obstante estas possibilidades que facultam à Administração Pública alterar os contratos, importante verificar que há duas peculiaridades a serem consideradas a fim de ensejar a alteração contratual. A primeira diz respeito às modificações no projeto ou suas características, sendo certo que a parte anteriormente contratada não detém condições de executá-las. A segunda se refere a alterações que se vinculam a questões econômicas. Sob estes dois aspectos José dos Santos Carvalho Filho, assim lecionou:

A alteração do contrato também pode ser bilateral, mas o que representa a peculiaridade deste tipo de contrato é a alteração unilateral. Esta se dá em dois casos:

- 1) quando há modificações do projeto ou das especificações com vistas à melhor adequação técnica dos fins do contrato (alteração qualitativa); e
- 2) quando é preciso modificar o valor em virtude do aumento ou diminuição quantitativa do objeto contratual.

Denota-se, pois, que alteração contratual nos contratos firmados com a Administração Pública não é motivada por qualquer situação. É necessário e imprescindível que os motivos que ensejam a alteração sejam relevantes e suficientemente capazes de facultar à Administração Pública a alteração de um contrato, mormente sua cessão a outrem.

Nessa seara, há se considerar que a complexidade de algumas obras e serviços contratados pela Administração, bem como o efeito destas em relação ao interesse público, demanda uma atitude mais dinâmica da Administração Pública, que, em razão da ocorrência de fatos tidos como imprevisíveis, e necessidade da Administração, esta exercita seu poder de império e altera o contrato, podendo até mesmo alterar as suas partes, cedendo-o a terceiro.

Assim, caso surja a necessidade de, no curso da obra ou prestação do serviço, alterar o contrato, questões operacionais e econômicas devem ser consideradas, a fim de justificar a cessão do contrato em detrimento de uma realização de nova licitação ou contratação a que título for. Desta forma, a cessão, comumente, se processa após algum tempo e por conseqüência do surgimento de fatos supervenientes e que deixam claro, de certa forma, a impossibilidade material do prosseguimento da obra com o contratante original. Apurados a superveniência de fatos, ou outro acontecimento que demande eventual rescisão do contrato, há se apurar a viabilidade de efetivar-se a cessão do contrato.

Certo é que em alguns casos a rescisão acarretaria efeitos muito mais danosos para a Administração, como indenização ao contratado; custo para realização de nova licitação; encarecimento em razão da mobilização do canteiro de obras, em contratações deste tipo; custos referentes à paralisação da obra e outros mais. Há se considerar, ainda, questões referentes ao princípio da proporcionalidade, pelo qual os atos da Administração Pública devem ser tomados de forma a serem dotados de eficácia, causando à coletividade menos prejuízos possíveis.

Em suma, a cessão do contrato administrativo, decorrente da impossibilidade de se manter a obra contratada, e dos fatos que tornam a interrupção ou rescisão do contrato é medida tida tanto pela doutrina quanto pela jurisprudência como aceitável e salutar para a Administração Pública.



Em decisão proferida pelo Tribunal de Contas da União, cujo excerto segue abaixo, restou demonstrada a possibilidade de cessão do contrato administrativo quando, por algum fato superveniente, ou em decorrência de interesses públicos, for necessário ceder a outrem o contrato administrativo.

A irregularidade que deu ensejo a proposta de multa refere-se à cessão integral do Contrato [...] em contrariedade ao percentual máximo de 20%, admitido no parágrafo único da Cláusula Vigésima Quarta, [...] com a anuência do agente responsabilizado.

7. [...] O fundamento para rejeição assentou-se no entendimento de que a cessão do contrato, em percentual superior àquele admitido no Contrato, caracteriza um desrespeito ao princípio básico do instrumento convocatório, e extrapolação da competência do responsável.

[...]

13. Neste aspecto, convém recordar que este Tribunal, com o advento da Decisão Plenária nº 420/2002, proferida na Sessão de 24.4.2002, no esteio do brilhante Voto condutor proferido pelo Ministro Augusto Sherman, delimitou a extensão do art. 78, VI, da Lei nº 8.666/93, no qual se admite a contrario *sensu* a hipótese de cessão contratual, no âmbito do contrato administrativo.

14. Em suas razões de decidir, o eminente Relator deixou assente que à exceção da subcontratação, os demais movimentos contratuais indicados no inciso VI do art. 78 (cessão, transferência, fusão, cisão e incorporação) não podem ser adotados, eis que isentam a contratada da sua posição de única e plena responsável perante a administração quanto às relações jurídicas emergentes do contrato.

15. Em considerando que o fato sob análise deu-se anteriormente à jurisprudência firmada por este Tribunal, não vejo óbices ao acolhimento das razões de justificativas apresentadas pelo [responsável].

16. Outrossim, é de se ponderar em prol do responsável que este agiu amparado em justificativa técnica, demonstrando a importância do prosseguimento e conclusão da obra. A cessão operada foi, também, objeto de parecer favorável da Procuradoria Geral do Estado.

17. Todas estas circunstâncias, aliadas ao fato de a obra haver sido concluída e inaugurada pelo Governo do Estado do Amazonas, militam em favor do responsável, de modo a atenuar a avaliação de sua conduta. [...] (AC-0217-07/07-P – Seção 28/02/07 Classe V – Relator Ministro Benjamim Zymler).

Plenamente admitida a possibilidade de haver a cessão do contrato administrativo em prol de uma plena e efetiva consecução da atividade pública,

há outras justificativas também, que traduzidas no interesse público, conferem à cessão do contrato administrativo caráter de licitude: a cessão não acarreta para a Administração encargos contratuais superiores aos oriundos de uma eventual rescisão contratual por razões de interesse público, acrescidos a custa da elaboração de um novo procedimento licitatório; torna-se uma medida tomada com o fito de não possibilitar a inexecução contratual, à vista da capacidade técnica e econômico-financeira do contratado; decorre de fatos supervenientes que implicaram dificuldades não previstas ou imprevisíveis por ocasião da contratação inicial e mostra-se necessária à completa execução do objeto original do contrato, à otimização do cronograma de execução e à antecipação dos benefícios sociais e econômicos decorrentes.

Em suma, sendo a Administração Pública surpreendida por fatos supervenientes que demandem alteração na forma de adimplir o contrato anteriormente firmado e sendo que esta alteração implica danos ao interesse coletivo, torna-se plenamente justificável e aceitável que ocorra a cessão do contrato, pelas razões acima expostas.

Justificadas as questões que facultam à Administração Pública ceder o contrato, passa-se adiante a uma análise dos efeitos decorrentes desta cessão.

Efeitos da cessão do contrato administrativo

O efeito principal da cessão do contrato administrativo é a substituição de uma das partes do contrato original sem que haja, no entanto, alteração deste. Não obstante a ocorrência de mudanças em relação às partes do contrato, este será executado da mesma forma como pactuado anteriormente, assumindo o cessionário, toda a responsabilidade quanto à execução do contrato, bem como auferindo a remuneração dele proveniente.



De forma ampla, um dos efeitos da cessão é a obrigatoriedade de se manter o equilíbrio da equação econômico-financeira do contrato.

Por equação econômico-financeira do contrato Marçal Justen Filho apresenta a seguinte definição:

A equação econômico-financeira é relação entre encargos e vantagens assumidas pelas partes do contrato administrativo, estabelecida por ocasião da contratação, e que deverá ser preservada ao longo da execução do contrato. Como regra, o contrato administrativo produz direitos e deveres para ambas as partes, em situação de correspondência (2008. p. 427).

Fundamentada na equação econômico-financeira, surgem as responsabilidades imputadas às partes, tanto para o cedente quanto para o cessionário, além do cedido.

Justifica-se a fundamentação da responsabilidade advinda da equação econômico-financeira, o fato de este instituto guardar estreita relação com os aspectos econômicos mais importantes para realização das prestações das partes envolvidas no contrato. Isso acarreta ao contrato e, habitualmente, às partes, responsabilidades recíprocas.

Hely Lopes Meireles, lecionando sobre o assunto, traz a seguinte lição sobre o assunto:

O contrato administrativo, como de resto, deve ser executado fielmente, exercendo cada parte seus direitos e cumprindo suas obrigações. Na execução do contrato administrativo, a Administração nivela-se ao particular, de modo que cada obrigação deste corresponde a um direito daquela, e vice-versa, segundo as cláusulas contratuais e as normas pertinentes (1999. p. 207).

Ocorrida a cessão do contrato administrativo, surge então novas partes a formar a relação contratual. O que até então era obrigação do cedente, passa agora a

ser ônus do cessionário; os deveres da Administração Pública para com o cedente são agora devidos aos cessionários. Enfim, há uma série de efeitos que incumbem às partes, tanto cedente, cessionário e Administração, que, ao anuir com a cessão, se incumbe de várias obrigações.

Dentre os mais comuns efeitos, estão a transferência do crédito e do débito a um terceiro que inicialmente não se vinculava ao contrato, a continuidade da obrigação anteriormente assumida e a obrigatoriedade de se executar o contrato.

Relativamente aos efeitos da cessão entre cessionário e cedente, estas se restringem à aquisição de todos os direitos e obrigações pelo cessionário, ou seja, o cessionário se torna responsável por todos os encargos e satisfações devidas ao cedente. Insta salientar que, se onerosa a cessão, o cessionário assume a obrigação de pagar ao cedente o valor combinado, sem que isto guarde relação alguma com a Administração, ressalvada a anuência desta, que é condição imprescindível para ocorrência da cessão.

Desta forma, o cedente assume e garante a existência, validade e a legitimidade da relação contratual anteriormente estabelecida. Arnaldo Rizzardo, de forma clara e elucidativa, assim se expôs sobre o assunto, relativo aos efeitos da cessão quanto ao cedente:

É ônus seu assegurar que a dita relação não esteja afetada por uma causa de extinção, como prescrição, compensação ou pagamento de crédito; e por vício de nulidade, ou anulabilidade, isto é, por incapacidade e defeito da vontade do cedido ou do cedente. (2001, p. 164).

Todavia, apesar da responsabilidade assumida pelo cessionário, o cedente não pode e não tem como garantir a solvabilidade do cedido, muito menos o cumprimento do contrato na parte que lhe cabe. Segundo ensinamento de Arnaldo Rizzardo, “neste sentido, tem direito de exigir o preço da cessão,



mesmo que o cedido não cumpra o contrato". Referida exigência do cessionário diz respeito ao valor pago por este ao cedente em casos de cessão onerosa. Surge assim, mais um efeito da cessão que se opera entre o cedente e o cessionário, qual seja, a estipulação de cláusula *ad hoc* como obrigação de garantia prestada pelo cedente ao cessionário, desde que não haja uma clara demonstração desta garantia.

Com relação aos efeitos decorrentes da cessão do contrato, que se operam entre cedente e cedido, há uma evidente extinção subjetiva dos direitos e obrigações contratuais relacionadas ao cedente, ou seja, o contrato se opera fundamentalmente entre o cessionário e a Administração Pública, ficando totalmente excluída a responsabilidade do cedente, bem como seus direitos inerentes ao contrato.

Relativamente aos efeitos que se operam entre cedido – Administração Pública e cessionário – há uma total vinculação deste àquele, assumindo ambas as partes as obrigações e direitos decorrentes do contrato. Inclusive o cessionário adquire todos os direitos de denúncia e resolução relativos ao contrato.

Nos dizeres de Orlando Gomes:

Ele pode agir como se fora o contratante originário, exercendo todas as sanções competentes e opondo exceções cabíveis, como v.g. a *exceptio non adimplenti contractus*. (1980, p. 108).

Destarte, a cessão do contrato administrativo transfere ao cessionário total responsabilidade quanto ao contrato, em seus deveres e direitos, assumindo os ônus e colhendo os frutos advindos da cessão.

Da mesma forma que o contratado é obrigado a reparar, corrigir ou substituir o objeto do contrato em sua execução, ao cessionário também se transfere todas

estas responsabilidades, respondendo este também por todos os infortúnios decorrentes da execução do objeto do contrato.



Enfim, dentre os efeitos relacionados à cessão do contrato, pode-se citar como sendo o mais importante a transferência de toda responsabilidade do cedente para o cessionário, retirando daquele todos os ônus decorrentes da execução do contrato, e facultando a este todos os rendimentos do contrato oriundo.

A cessão do contrato administrativo é um instituto comumente usado nos contratos celebrados pela Administração Pública. Apesar de ser confundido com subcontratação, difere desta a partir do momento que ocorre uma substituição da parte contratada, assumindo esta toda a responsabilidade quanto à execução do objeto do contrato, bem como auferindo toda remuneração dele advinda.

A subcontratação é instituto disciplinado pelo artigo 72 da Lei de Licitações, impondo a ocorrência desta à possibilidade de se transferir parte da execução a terceiro, sem que haja transferência da responsabilidade anteriormente assumida pelo contratado. Característica peculiar da subcontratação, que não se vislumbra na cessão do contrato, é que na primeira há uma limitação legal quanto ao objeto cuja execução será cedido, sendo que na cessão transfere-se toda execução do contrato ao particular.

Surge, então, a dúvida quanto à possibilidade de se transferir em sua totalidade o contrato firmado, dúvida esta sanada diante de uma análise conjunta do artigo 72 e do artigo 78 inciso VI do digesto licitatório.

Em manifestações do Tribunal de Contas da União, há entendimento insofismável acerca da possibilidade e licitude da cessão do contrato administrativo. Em consulta formulada pelo então presidente da Câmara dos

Deputados, o Ministro Relator do TCU, Ubiratan Aguiar assim se pronunciou ao emitir parecer no processo 013.546/2002-0:



Prosseguindo, passemos a considerar o argumento no sentido de que a redação dada ao inciso VI do art. 78 da Lei nº 8.666/93, permite interpretação de que a cessão da posição da contratada é permitida, desde que prevista no edital e no contrato. De fato, diante da confusa redação dada ao citado dispositivo, não é de se estranhar que se lhe dê tal interpretação, contudo, causaria estranheza se esse entendimento prosperasse, diante dos evidentes conflitos que ela gera, como vimos, quer com dispositivo constitucional, quer com dispositivos da Lei nº 8.666/93. Se o item editalício e contratual prevêem a hipótese, conflitantes estão com a lei que rege o processo licitatório e o contrato dele decorrente, e a solução é imediata, a saber, o cumprimento dos princípios que regem as contratações da Administração Pública, dispostos na Constituição Federal e na Lei nº 8.666/93.

Desta forma, tendo em vista a supremacia da Administração Pública e o manifesto interesse público, comprovada a necessidade de ceder a outrem a execução do contrato e desde que haja previsão permitindo a cessão, o contrato é cedido a terceiro dotado de capacidade, tanto do ponto de vista técnico quanto do ponto de vista legal, para que execute o objeto do contrato. Assim, o cessionário assume toda a responsabilidade quanto à execução do contrato, bem como auferir todos os lucros dele advindos, figurando na relação contratual administrativa como parte, desvinculando totalmente o contratado originário das obrigações assumidas para com a Administração.

Por fim, tem-se que a cessão do contrato administrativo é perfeitamente permitida pela Lei 8.666/93 e aceita pela doutrina e jurisprudência, configurando assim, um instituto que confere eficácia, efetividade e melhor aproveitamento das contratações públicas.

Referências

ANDRADE, Darcy Bessone de Oliveira. *Do contrato*. Rio de Janeiro: Forense, 1960.

AZEVEDO, Eurico Andrade e PRENDES, Célia Marisa. *Licitação e contrato*. 11ª ed. rev. e atual. São Paulo: Malheiros, 1996.

DINIZ, Maria Helena. *Tratado teórico e prático dos contratos*, 3. ed. ampl. e atual. São Paulo: Saraiva, 1999.

FILHO, José dos Santos Carvalho. *Manual de direito administrativo*, 19ª ed. rev. e atual. Rio de Janeiro: Editora Lúmen juris, 2008.

FILHO, Marçal Justen. *Curso de direito administrativo*. 3ª ed. rev. e atual, São Paulo: Saraiva, 2008.

GASPARINI, Diógenes. *Direito administrativo*. 4ª ed. São Paulo: Saraiva, 1995.

GOMES, Orlando. *Direito Civil: Contratos*. Rio de Janeiro: Forense, 1980.

JUNIOR, Dirley da Cunha. *Curso de direito administrativo*. 5ª ed rev. e atual. Salvador: JusPODIVM.

MEIRELES, Hely Lopes. *Direito administrativo brasileiro*. 24ª ed. rev e atual. São Paulo: Malheiros, 1999.

MONTEIRO, Washington de Barros. *Curso de direito civil: Direito das obrigações*, 2. vol., São Paulo : Saraiva, 1962.

MOTTA, Carlos Pinto Coelho. *Curso prático de direito administrativo*. 2ª ed. rev. e atual. Belo Horizonte: Del Rey, 2004.

MUKAI, Toshio. *Licitações e contratos públicos*. 8ª ed., rev., e atual. São Paulo: Saraiva, 2008.

RIZZARDO, Arnaldo. *Contratos*. 7ª. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2008.

RODRIGUES, Silvio. *Direito civil*. 3. ed., v., 3. São Paulo: Max Limonand, 2002.



CESSÃO OU TRANSFERÊNCIA DE CONTRATO ADMINISTRATIVO – DIFERENÇA DA SUBCONTRATAÇÃO ⁽¹⁾

Ivan Barbosa Rigolin

Contrato administrativo. Cessão. Hipótese de viabilidade. Subcontratação constitui instituto diverso. 1. Ainda que pareça juridicamente estranhável cogitar-se do instituto da cessão, ou a transferência, de um contrato administrativo, o fato certo é que a Lei nº 8.666/93 menciona expressamente esse típico instituto civil em seu art. 78, inc. VI, como admissível dentro da circunstância que indica, jamais cabendo ao intérprete ser mais realista que o rei com vista a negar essa realidade. 2. Não se confunde a cessão ou a transferência contratual com a subcontratação administrativa, instituto figurante do art. 72 daquele mesmo diploma e ensejador de diferentes cuidados para a formalização. 3. Quando e porque praticada na estrita forma da lei e do próprio contrato, reputa-se um *ato jurídico perfeito* a cessão do contrato.

¹ Artigo derivado de um parecer.



Recebemos recentemente uma consulta de uma Prefeitura Municipal, a informar que contratou uma empresa para serviços de limpeza urbana, em certame que, junto com a contratação, foi depois julgado regular pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo.

Ocorre que a contratada, face ao indeferimento de pedido de equilíbrio econômico-financeiro que formulou, apresentou petição informando o desinteresse na continuidade da prestação dos serviços. Também inseriu em sua petição um pedido de *cessão* do contrato a outra empresa, porventura de grande porte e bastante bem qualificada.

Requeru a anuência da Prefeitura para a formalização e a concretização da cessão pretendida, sem aplicação de qualquer penalidade, tendo ainda informado que a empresa cessionária assumirá os serviços sob as mesmas condições e os mesmos preços praticados pela contratada, desse modo se sub-rogando em todas obrigações e direitos da contratada.

Do edital da referida concorrência constou um item segundo o qual

“Será vedado à Contratada, sem autorização expressa da Prefeitura, subcontratar ou transferir o contrato, no todo ou em parte, gratuita ou onerosamente”

e ainda previra o instrumento convocatório que



“Qualquer cessão ou subempreitada, feita sem autorização da Prefeitura será nula e sem qualquer efeito, além de constituir infração passível das penalidades cabíveis.”

Assim brevemente historiado, as perguntas foram as seguintes:

“1) Face aos fatos acima narrados e as disposições do edital, há amparo legal para a cessão do contrato?

2) Sendo positiva a resposta do quesito anterior, o que a Prefeitura deverá exigir da cessionária ?

3) Qual instrumento deverá ser formalizado para concretizar a cessão do contrato?

4) A cessionária deverá prestar caução em seu nome, já que exigida da contratada?

5) A contratada, após a cessão, continuará tendo alguma responsabilidade perante a Prefeitura?

6) Deverá ser aplicada alguma penalidade à contratada?”



PARECER

Diante da objetividade dos quesitos formulados dispensam-se quaisquer introduções teóricas sobre os temas suscitados, e se passa desde logo a respondê-los com a correspondente objetividade, e qualquer ligeira digressão, entendida indispensável ao deslinde das questões, será procedida diretamente em cada resposta.

Primeiro quesito

Face aos fatos acima narrados e as disposições do edital, há amparo legal para a cessão do contrato ?

I - Quase sempre entendêramos, chegando a escrever desse modo, que em direito administrativo, e muito particularmente em matéria de contratos administrativos, em tese e por princípio era ou estava proibida outra forma de repasse da execução do contrato, ou mesmo do próprio contrato, que não fosse a *subcontratação*, prevista no art. 72 e no art. 78 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1.993.

A subcontratação em verdade é o repasse não do contrato em si mas apenas da sua execução, que se transmite do contratado da Administração para alguém que esse escolha, a pedido do contratado e sempre debaixo de expressa autorização da Administração contratante.

Sim, porque dispõe o art. 78, inc. VI, da lei de licitações, que constitui motivo para rescisão do contrato a subcontratação não admitida no edital e no contrato. Mas sobre isso reza também o art. 72 em redação menos



formalista, que se admite a subcontratação que seja apenas autorizada pela Administração a cada caso, sem sequer necessidade de que tenha sido prevista no edital ou no contrato – e essa é, aliás, a posição *absolutamente predominante* da doutrina.

Assim é, e a tal ponto que com efeito, a esta altura da evolução do direito público, ninguém imagina necessário que o edital tenha de modo explícito previsto a possibilidade de subcontratação para que essa possa se dar de modo regular e jurídico.

Basta a que o ente público contratante o admita por escrito, a pedido escrito do contratado, para se ter uma subcontratação juridicamente regular e legítima. Raríssimos editais, aliás, lembram que o assunto mesmo exista, e a imensa maioria deles sequer dedica uma linha ao tema, deixando que o ente contratante resolva eventuais pedidos de subcontratação, se acaso forem formulados, a cada novo contrato que celebre, e a cada contexto específico com que se defronte.

Disséramos em trabalho publicado:

“O fato é que desde a edição da Lei nº 8.666, em 1.993, a doutrina, a jurisprudência de contas e a jurisprudência judicial adotou a posição de que *prevalece a parte final do art. 72 e a parte inicial do inc. VI, do art. 78.*

Vale dizer:

a) pode a Administração, por escrito e a pedido escrito do contratado a cada contrato, autorizar subcontratações para execução do objeto, mesmo que esse assunto



nem tenha sido ventilado no edital nem no contrato – como em quase todos os editais e contratos *não é ventilado*. Nesse momento prevaleceu portanto a parte final do art. 72, que não exige que edital ou contrato tenham previsto a possibilidade de subcontratações. Mesmo sem a prever, a pedido do contratado a Administração poderá autorizar subcontratações, e

b) pode a Administração autorizar subcontratações *totais* do objeto, mesmo que isso pareça aberrante ou esdrúxulo ante a licitação realizada, que teve por fim eleger a proposta mais vantajosa dentre as muitas que lhe podem ter sido apresentadas. Mesmo assim é possível a autorização da subcontratação total, pelo simples fato de que, como reza o art. 72, a subcontratação não implica fuga ou evasão da responsabilidade pela correta e integral execução do contrato, que permanece até o término do contrato como obrigação do contratado e não de qualquer subcontratado que venha a existir.”⁽²⁾

II - Não se cuida como tema principal no caso presente, entretanto, de subcontratação, mas de *cessão* de contrato administrativo, ou de *transferência* de um contrato firmado entre um ente público - acaso uma Prefeitura Municipal,ma poderia ser qualquer outro - e uma empresa, para outra empresa, sendo

² Artigo Subcontratação, publ. in *Boletim de Administração Pública Municipal*, ed. Fiorilli, nov./07, assunto 98; *Fórum de contratação e gestão pública*, nov./07, p. 7, *Governet*, fev./08, p. 127; *Jurídica de Administração Pública e Administração Municipal*, dez./07, p. 7; *BLC*, jul./08, p. 685; *IOB de Direito Administrativo*, jul/09, p. 58; *Revista da Procuradoria Geral do Município de Santos*, 2.008, p. 103.

que neste caso o objeto do ajuste é um amplo serviço de limpeza urbana. Questiona-se então se é juridicamente admissível esse trespasse do acordo, de uma para outra pessoa jurídica, caso o poder público contratante o autorize.

Já respondendo, e por estranho que possa parecer, a própria lei nacional de licitações e contratos administrativos – a Lei nº 8.666/93 – *admite essa possibilidade*, como se passa a ver.

O que o fato tem de aparentemente estranhável é que a subcontratação (art. 72 e 78, VI), jamais transfere a responsabilidade contratual e legal pelos resultados da execução do contratado para alguém, enquanto que a cessão, ou a transferência do contrato, *transfere essa responsabilidade* inteiramente, do contratado originário para o cessionário do contrato, que vem a ser o novo contratado.

Por esse fato não deixa de parecer estranho que a própria lei, de feição tão sisuda e austera quanto a manter o contratado sempre responsável pela execução, admita, ela mesma, a cessão ou a transferência do contrato administrativo, desde que autorizada pela Administração.

Com efeito, reza a lei de licitações:

“Art. 78 Constituem motivo para a rescisão do contrato: (...)

VI – a subcontratação total ou parcial do seu objeto, a associação do contratado com outrem, a *cessão ou transferência, total* ou parcial, bem como a fusão, cisão ou



incorporação, *não admitidas no edital e no contrato*” (Destaques nossos).

A lei *admite expressamente*, portanto, a cessão ou a transferência do contrato, desde que apenas admitida no edital e no contrato, e com ela consinta a Administração contratante – sendo de supor que o contratado efetivamente quer ceder o contrato ⁽³⁾.

E o edital no caso presente, atento à possibilidade e à eventual necessidade da Administração, por expresse admitiu a possibilidade de cessão do contrato, conforme se leu no enunciado da consulta, nos seus itens 16.1 a 16.1.2, que outra vez se transcrevem:

“16.1 Será vedado à Contratada, *sem autorização expressa da Prefeitura*, subcontratar ou *transferir o contrato*, no todo ou em parte, gratuita ou onerosamente. (...)”

16.1.2 Qualquer *cessão* ou subempreitada, *feita sem autorização da Prefeitura será nula* e sem qualquer efeito, além de constituir infração passível das penalidades cabíveis.” (Destaques nossos).

Estará portanto completo o ciclo formativo da admissibilidade jurídica da transferência ou da cessão do contrato celebrado neste caso, bastando para tanto que a Prefeitura autorize por escrito essa transferência.

³ Essa duplicidade de exigência ‘edital e no contrato’ hoje em dia é despcienda por completo, porque a minuta do contrato obrigatoriamente *faz parte do edital* e o edital obrigatoriamente *faz parte do contrato*, conforme ma da Lei nº 8.666/93, art. 40, § 2º, inc. III, e ainda o art. 55, inc. XI. Assim, basta que o edital ou que o contrato contemple a possibilidade de cessão para que essa seja juridicamente admissível.



III – Não se podem enxergar ideológicas ou virtuais vedações na lei onde ela expressamente autoriza um ato, uma medida ou um procedimento.

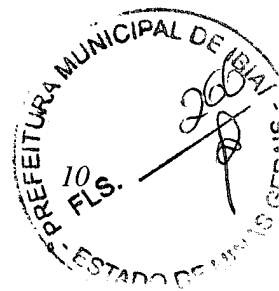
Jamais é dado ao intérprete da lei entrever no seu texto palavras que ele não contém, nem ler o que alguém gostaria que estivesse escrito, mas que não está.

A boa lei, aliás, deve ser explícita o suficiente para espantar qualquer obscuridade quando delimita direitos e obrigações de alguém, ou quando restringe direitos, ou quando impõe penas, ou quando aperta liberdades, ou quando suprime vantagens, ou cria embaraços ao plexo de direitos de terceiros, ou quando coarcta procedimentos e comportamentos de quem quer que seja.

Interpretação deveria ser matéria exclusiva de *scripts* teatrais, partituras musicais, enredos de filmes ou declamação de poemas – mas não de textos legislativos que ferem fundo o direito de alguém.

Pelo contrário, por todas as regras de direito a começar pelo princípio da *legalidade estrita* – fixado na Constituição, art. 37, e de resto por todas as diretrizes de aplicação do direito escrito, *precisa* o aplicador ater-se à regra expressa no comando legal, seja ela proibitiva, seja mandatória, seja apenas facultadora de um comportamento, como no caso presente é.

Com base nestes inafastáveis preceitos de direito, se a lei, em determinada condição que prescreve, autoriza um comportamento de modo expresso, então não será o intérprete que poderá negar essa faculdade legal sob a alegação que for, apenas porque desejaria que lei mandasse diferentemente.



A Prefeitura consulente, decerto antevendo que poderia precisar valer-se do direito que a lei lhe dá de ceder ou transferir o contrato, inscreveu no edital os itens 16.1 e 16.1.2, pelos quais, na forma da mesma lei de licitações, autorizou-se a proceder à transferência ou cessão do contrato, e pelo que tudo indica anteviu corretamente.

IV - Examinando-se a melhor doutrina, observa-se que Marçal Justen Filho admite a cessão de contratos:

“9.3) Cessão da posição contratual

A cessão ou transferência, parcial ou total, corresponde à substituição do contratante por outro. O cessionário assume a situação de contratante, investindo-se no *status* contratual ocupado pelo cedente. A lei ressalva a hipótese de prévia autorização pelo edital e pelo contrato. A concessão dessa autorização dependerá das circunstâncias do contrato.”⁴).

E com a cessão também concorda Jessé Torres Pereira Jr, ao ensinar que

“Transplantando-se a hipótese pra o regime jurídico dos contratos públicos, constata-se que à cessão do contrato administrativo opõem-se natureza *intuitu personae* dele, a lei e o contrato, este se, no caso concreto, não contiver cláusula que

⁴ In *Comentários à lei de licitações e contratos administrativos*, 5ª ed. Dialética, SP, 1.998, p. 548

autorize (e lá inserida pela anuência da Administração, no interesse da adequada execução do contrato)” (⁵)

Os mestres acima citados nada fazem senão emprestar sua cultura ao público leitor ao prestigiar o instituto da cessão do contrato público, ou o da transferência do contrato administrativo, admitido como está de modo explícito na lei nacional de licitações e contratos administrativos.

É mais do que evidente, entretanto, que não apenas neste caso mas sempre que pretenda mudar tão radicalmente alguma base de um seu contrato, a Administração deverá poder demonstrar, a qualquer tempo, a vantajosidade da cessão do contrato, que neste caso porventura é de serviço de limpeza urbana, mas que poderia ter virtualmente qualquer outro objeto sem prejuízo da mesma credibilidade ou transferibilidade.

A empresa cessionária é por acaso uma das maiores empreiteiras de obras e de serviços do Estado, com inúmeros contratos celebrados com a Administração pública desde décadas, e conhecidos de modo generalizado pela população e pelos usuários.

Assim, se se supõe que os preços atuais são vantajosos ao poder público, então a transferência de contratado que os mantenha somente poderá manter a vantajosidade atual - e no mais a Administração deve ter meios para integrar a demonstração daquela vantagem, como se imagina. Mantendo-se as

⁵ In *Comentários à lei das licitações e contratações da administração pública*, 5ª ed. Renovar, RJ, 2.002, p. 695



demais condições contratuais, então de fato somente se altera o contratado, *não se alterando o próprio contrato* ⁽⁶⁾.

A resposta ao quesito é, portanto, *afirmativa*.

Segundo quesito

Sendo positiva a resposta do quesito anterior, o que a Prefeitura deverá exigir da cessionária ?

V - Não existem regras legais que informem o que deverá ser exigido do cessionário do contrato administrativo na operação da cessão, uma vez que não mais se está em licitação, relegado ao passado como restou o procedimento licitatório.

A Constituição, art. 195, § 3º, proíbe que o poder público contrate pessoas jurídicas em situação de débito irregular e não resolvido junto à previdência social (INSS e FGTS), e evidentemente o cessionário precisará demonstrar situação previdenciária regular para poder firmar qualquer pacto contratual com o poder público, quer originário quer, como no caso, resultante da transferência de um contato alheio.

Mais que isso, admite-se como máximo a exigência de ao menos um *atestado de experiência anterior* relativo à serviço similar ao que ora se

⁶ Com efeito, se um contrato se altera é porque teve alterado ou *objeto*, ou *preço*, ou *prazo*. Sem se alterar um ou mais de um desses elementos o contrato não se altera. Se apenas muda o contratado, ou se só muda o

transfere, observadas quanto as parcelas significativas do objeto as quantidades percentuais máximas de 50 a 60% (cinquenta a sessenta por cento), conforme Súmula nº 24, do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, que reza:

SÚMULA Nº 24 - *Em procedimento licitatório, é possível a exigência de comprovação da qualificação operacional, nos termos do inciso II, do artigo 30 da Lei Federal nº 8.666/93, a ser realizada mediante apresentação de atestados fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, devidamente registrados nas entidades profissionais competentes, admitindo-se a imposição de quantitativos mínimos de prova de execução de serviços similares, desde que em quantidades razoáveis, assim consideradas 50% a 60% da execução pretendida, ou outro percentual que venha devida e tecnicamente justificado.*

Pensamos que qualquer outra exigência pertinente, razoável e lógica, cabível para este objeto, ainda poderá ser formulada – além da *caução*, como foi perguntado e como é respondido a seguir - se dentro do que admitem os arts. 27 a 31 da lei de licitações, porém francamente entendemo-lo desnecessário por completo no caso presente, em se conhecendo o porte e a capacidade operacional da empresa cedenda.

À exceção da regularidade coma previdência social, fica a critério da Prefeitura Municipal consulente exigir, dentro do que admite a lei de licitações, o que mais entenda – e repetimos que a absoluta moderação nesse caso será sinal de *inteligência e espírito público*.

contratante, o contrato resta tal e qual, absolutamente incólume.



Terceiro quesito

Qual instrumento deverá ser formalizado para concretizar a cessão do contrato?

VI - Admite-se para este caso em que envolvida uma Prefeitura – e insistimos em que não existe regra legal nem tampouco doutrina sobre este assunto – que a cessão se dê:

a) por despacho do Prefeito que a defira e autorize, nos autos do processo administrativo da licitação e da contratação;

b) por termo de cessão do contrato, que é um termo aditivo para o fim de se celebrar a cessão. Deve ser assinado tripartitemente pela contratante-cedente, pelo contratado originário e pelo contratado-cessionário, em conjunto. Apenas precisará constar que o contratado cede o contrato, com a anuência da contratante Prefeitura que também assina, em todos os seus termos e condições, e pelo mesmo valor remanescente, o Contrato nº tal, celebrado em data qual.

Publica-se o extrato desse termo na imprensa oficial, para que produza todos os efeitos de direito, na forma do art. 61, parágrafo único, da lei de licitações.

Quarto quesito

A cessionária deverá prestar caução em seu nome, já que exigida da contratada?

VII - Sim, manda a lógica que o cessionário preste caução em seu nome no contrato, tanto quanto o contratado a prestou, e em valor *proporcional* ao que resta para ser executado do objeto, com relação ao originário valor cheio, relativo ao objeto inteiro. Nesse ponto também a obrigação do cessionário deve coincidir, proporcionalmente, com a do cedente.

Deve por outro lado ser liberada a caução do cedente, porque não em mais sentido a Prefeitura retê-la se este se desliga do contrato.

Quinto quesito

A contratada, após a cessão, continuará tendo alguma responsabilidade perante a Prefeitura?

VIII - Ainda que a cessão do contrato sub-rogue o novo contratado em todos os direitos e as obrigações do antigo contratado cedente ou transferente - que desaparece da relação contratual com a Prefeitura -, este último permanece responsável, perante a Prefeitura, por eventuais prejuízos que a sua execução acaso tenha ensejado ou, conforme venha a ser apurado, ainda venha a ensejar ao poder público ou a particulares *em caso de culpa ou dolo*, pelo prazo de 5 (cinco) anos a contar do efetivo encerramento de suas atividades pela cessão do contrato.

Explica-se.

O art. 37, § 6º, da Constituição Federal, estabelece as bases da teoria da *responsabilidade objetiva do Estado*, segundo a qual o Estado deve indenizar o particular pelo prejuízo que seus agentes lhe ensejarem – e o contratado é um agente público enquanto trabalha para a Administração -, podendo em seguida o poder público, se conseguir demonstrar a culpa ou o dolo do seu contratado naquele ato danoso, intentar contra aquele o *regresso* do que pagou ao particular, quer administrativamente (se o contratado concordar em ressarcir), quer judicialmente, em ação de indenização.

Em não provando culpa ou dolo de seu contratado, arca o poder público com o prejuízo que aquele lhe ensejou, e com ele deve conformar-se sem ter a quem apelar.

O prazo de cinco anos se explica por ser esse o prazo prescricional da ação de indenização que a Prefeitura pode mover contra o contratado para ressarcir-se do prejuízo que teve indenizando o particular lesado pelo contratado do poder público, conforme se lê do Código Civil:

“Art. 206 Prescreve: (...)

§ 5º Em 5 (cinco) anos:

I – a pretensão de cobrança de dívidas
líquidas constantes de instrumento público ou particular”

No caso da consulta aplica-se este dispositivo do Código Civil, porque a Prefeitura, após ter hipoteticamente apurado a culpa ou o dolo do contratado em processo administrativo, se não obtiver amigavelmente do contratado o ressarcimento do prejuízo que teve indenizando o particular lesado por ato daquele



contratado, então, autorizada pela Constituição, art. 37, § 6º, inscreve na sua dívida ativa aquela importância devidamente corrigida, e a partir daí pode executar o seu contratado – ou ex-contratado, como neste caso - pela lei de execução fiscal., dentro do prazo do art. 206, § 5º, inc. I, do Código Civil brasileiro.

É nestes exclusivos termos que pode se dar a responsabilização do cedente ante a Prefeitura, mesmo após o aperfeiçoamento formal da cessão do seu contrato – ainda que pareça remota a hipótese de isso vir a ocorrer, sabendo-se que o objeto do contrato é um serviço de limpeza, e dificilmente um serviço como esse enseja prejuízo a particular que não seja verificado e denunciado imediatamente após ocorrer.

Desse modo, dificilmente se imagina como apenas posteriormente se poderia verificar ou apurar, neste caso presente, algum prejuízo, tanto a particular quanto mesmo ao poder público, que não tenha sido percebido a tempo – mas fica aberta a jurídica possibilidade, nestes estritos termos.

Sexto quesito

Deverá ser aplicada alguma penalidade à contratada?

IX - Não, em hipótese alguma, porque a contratada nada infringiu do contrato nem da lei aplicável à espécie.

A cessão do contrato, como se examinou, está admitida de modo expreso na lei de licitações, art. 78, inc. VI, desde que o edital e o contrato



a tivessem hipoteticamente admitido, e neste caso o edital a admitiu em seus itens 16.1 e 16.1.2 – e, como o edital integra obrigatoriamente o contrato, o resultado foi o de que o contrato terminou também por a prever.

Assim, tendo sido apenas exercitado um direito contratual e legal da Prefeitura e do contratado – o de ceder ou transferir o contrato -, então não se pode cogitar apenar a contratada apenas por ter exercido um seu direito, com a anuência da outra parte, a contratante Prefeitura.

A cessão constituirá, se for materializada, e na forma prescrita na Lei de Introdução ao Código Civil, art. 6º, § 1º, um *ato jurídico perfeito*, porque terá atendido a lei do tempo em que foi praticado, e porque ainda terá atendido o contrato, denominado “lei entre as partes”, nada a remanescendo a apurar para efeito penal apenas pela prática desse ato de consenso.



SUBCONTRATAÇÃO E CESSÃO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO

Leon Frejda Szklarowsky¹

A Lei de Licitações e Contratos - Lei 8666, de 21 de junho de 1993, e suas alterações posteriores, regula a matéria, objeto do questionamento, nos artigos 72 e 78, inciso VI.

O artigo 72 dispõe que:

"O contratado, na execução do contrato, sem prejuízo das responsabilidades contratuais e legais, poderá subcontratar partes de obra, serviço ou fornecimento, até o limite admitido, em cada caso, pela Administração."

O artigo 78 comanda:

"Constituem motivo para rescisão do contrato:

VI - a subcontratação total ou parcial do seu objeto, a associação do contratado com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial, bem como a fusão, cisão

ou incorporação, não admitidas no edital e no contrato;..."

Doutrina

O contrato é o assentimento de duas ou mais pessoas sobre o mesmo objeto, na expressão genial de Ulpiano, e tanto Aristóteles, quanto Kant e, modernamente, a escola de Kelsen, consideram o contrato uma norma criada por particulares, mas, na precisa conceituação de Clovis Bevilacqua, é o acordo de vontades para o fim de adquirir, resguardar, modificar ou extinguir direitos.

É a associação de duas ou mais vontades, o acordo de duas ou mais pessoas, tendo em vista determinado objeto, e sua validade pressupõe necessariamente a pessoa capaz, objeto lícito e forma prescrita e não proibida por lei. Neste sentido, Washington de Barros Monteiro.

No direito contratual público, o conceito de contrato não difere substancialmente, a não ser pela só presença da Administração Pública, que derroga normas de direito privado, conforme as lições de Hely Lopes Meirelles e da doutrina proeminente. A formalidade, contudo, é essencial e não pode ser negligenciada. Dada a supremacia de poder, a contratante adquire certas prerrogativas, em vista do interesse público, respeitados os direitos da contratada, que pode ser a pessoa física ou jurídica signatária de contrato com a Administração Pública, abrangendo esta a administração direta e a indireta, da União, dos Estados, do Distrito Federal

1. Professor e Subprocurador - Geral da Fazenda Nacional aposentado.



e dos Municípios, incluindo todas as entidades com personalidade jurídica de direito privado, sob controle do poder público e das fundações por ele instituídas ou mantidas (artigo 6º, incisos XIV e XV, da Lei 8666/93).

O contrato administrativo é, em regra, por sua natureza, pessoal, daí por que, cumprindo preceito constitucional, através da licitação, a Administração Pública examina a capacidade e a idoneidade da contratada, cabendo-lhe executar pessoalmente o objeto do contrato, sem transferir as responsabilidades ou subcontratar, a não ser que haja autorização da contratante. Suas cláusulas e as normas de direito público regem-no diretamente, aplicando-se-lhe, supletivamente, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado, numa perfeita miscigenação e sincronia.

Contrato pessoal, contudo, não significa necessariamente personalíssimo. A instabilidade, na execução do contrato, advém do interesse público, daí por que, no discurso do Ministro José Augusto Delgado,

"não se pode conceber contrato administrativo sem ser condicionado ao interesse público. Este não se apresenta imutável" (cf. Revista de Direito Público 62/123 e segs.).

Observa ainda o autor que, na execução do contrato administrativo, a responsabilidade é da própria pessoa com quem se contratou, todavia essa regra admite exceções e, fundado, no magistério de Marcelo Caetano, indica, com tranquilidade, que:

"a execução do contrato pode prosseguir por pessoa diferente daquela com quem inicialmente foi estipulado quando as prestações não tiverem por objeto serviços de caráter pessoal e a Administração consinta na substituição, tendo em conta as exigências legais relacionadas com a capacidade e a idoneidade do concessionário ou do sucessor" (cf. op. e p. cit.).

Também Carlos Roberto Pellegrino, escudado na melhor doutrina, inclina-se por esse entendimento (cf. Revista de Direito Público, 92/139).

Eis aqui nascendo a verdadeira simbiose entre o direito público e privado, que Guillermo Andrés Muñoz descreve, com muita sensibilidade, e rechaça a divisão esotérica entre o direito público e privado, porque tais dogmas sofrem, na atualidade, violenta crise e conclui que é muito difícil sustentar a romana contraposição entre o direito público e privado, calcada na idéia de um Estado regulado por princípios especiais e opostos aos do direito privado (cf. Revista de Direito Público, 91/19-27).

Deste pensar é também o procurador e escritor Marcos Juruena Villela Souto, quando escreve que o contrato administrativo vai abeberar-se na fonte do direito privado, mais precisamente na teoria geral dos contratos, para captar seus elementos essenciais aos quais vais justapor suas prerrogativas que lhe marcam

as características (cf. Licitações & Contratos Administrativos, ADCOAS, Esplanada, 2ª edição, I/170).

Hely Lopes Meirelles confirma que o contrato administrativo é realizado intuitu personae, porquanto visa sempre a pessoa jurídica ou física do contratado, mas nada impede que o contratado confira partes da obra e certos serviços técnicos a artífices ou a empresas especializadas, porque, aduz, se o contrato é pessoal, nem sempre é personalíssimo, visto que:

"Modernamente, a complexidade das grandes obras e a diversificação de instalações e equipamentos dos serviços públicos exigem a participação de diferentes técnicos e especialistas, o que fica subentendido nos contratos desse tipo" (cf. Licitação e Contrato, 11ª edição atualizada por Eurico Andrade Azevedo e Célia Marisa Prendes, Malheiros, 1996, p. 189).

O direito brasileiro é bastante incisivo, permitindo o artigo 72 do diploma legal, sob comento, a subcontratação de partes da obra, serviço e fornecimento, até o limite admitido em cada caso pela Administração.

A dúvida crucial, que se antepõe ao intérprete, é, exatamente, com relação à expressão partes, todavia, este dispositivo deve ser interpretado em comunhão com o inciso VI do artigo 78.

É princípio assente de hermenêutica que o dispositivo a ser interpretado deve ser comparado com outros do mesmo repositório ou de leis diferentes, porém tendo o mesmo objeto. Leciona Carlos Maximiliano, alicerçado na melhor doutrina (Coelho da Rocha, Borges Carneiro, Trigo de Loureiro e Carlos de Carvalho):

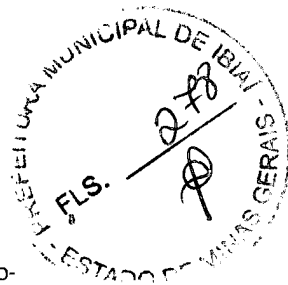
"Cada preceito, portanto, é membro de um grande todo; por isso do exame em conjunto resulta bastante luz para o caso em apreço."

O entrelaçamento de um princípio com outros é de fundamental importância, ou, como informa o Ministro Luiz Vicente Cernicchiaro, "o Direito, como sistema é uno. Não admite contradição lógica. As normas harmonizam-se" (cf. Direito & Justiça, **Correio Braziliense**, Brasília, 14.4.97).

Desde Celso, em Roma, emitir parecer ou julgar a lei, separadamente, ao invés de fazê-lo em conjunto, é extremamente condenável, porque contrário ao direito. Sabe-se, com Saredo, que não se presumem dispositivos contraditórios, devendo as palavras harmonizarem-se entre si (cf. Hermenêutica e Aplicação do Direito, de Carlos Maximiliano, Livraria Freitas Bastos, 6ª edição, 1957, pp. 164 e 172).

Subcontratação

À primeira vista, a lei somente permitiria a subcontratação de algumas partes do objeto do contrato (e não a totalidade), se interpretado isoladamente o artigo 72, friamente, sem o auxílio do inciso VI do citado artigo 78. Não obstante,



ambos os preceitos entrelaçam-se, intimamente, e não podem ser analisados, isoladamente.

Se a contratada, na execução do contrato, sem prejuízo das responsabilidades contratuais e legais, pode subcontratar partes, até o limite admitido em cada caso, pela Administração (artigo 72) e o inciso VI do citado artigo 78 cataloga como motivo para rescisão do contrato a subcontratação total ou parcial do seu objeto, não admitida no edital e no contrato, é curial que a subcontratação total é consentida. Do contrário, este inciso não estaria fazendo referência à subcontratação total, visto que a lei não contém palavras inúteis, tendo estas sempre algum significado. Há que se descobrir, portanto, o porquê de sua permanência no texto.

A conclusão insofismável é de que a lei realmente não obsta a subcontratação total da execução do contrato, nem tampouco a cessão (transferência) total ou parcial, com o que está de acordo Diógenes Gasparini, ao avisar que:

"o Estatuto Federal Licitatório vai mais além e admite a subcontratação total (toda a execução do contrato passa para um terceiro sem que o subcontratante se desvincule do contrato) do objeto e a cessão (transferência total ou parcial dos direitos decorrentes do contrato a terceiro, com o cedente desvinculando-se no todo ou em parte do contrato cujos direitos foram cedidos), se essas operações estiverem previstas e reguladas no edital. Observe-se que o Estatuto Federal Licitatório só considera motivo de rescisão contratual a subcontratação, total ou parcial, e a cessão e a transferência, total ou parcial, se não previstas no edital e no contrato. Consignadas no instrumento convocatório, essas operações são válidas, desvinculando-se ou não, em parte ou por completo, o contratado do contratante. Não cabe, assim, falar-se em fraude à licitação, ainda que alguém não selecionado por esse procedimento, acabe por relacionar-se contratualmente com a Administração Pública" (cf. Direito Administrativo, Saraiva, 4ª edição, 1995, pp. 396/7).

Adilson Abreu Dallari, ao tratar de contrato de obra pública, estuda, com profundidade, esta tormentosa questão, ainda que sob o regime jurídico do Decreto 73.140, de 9.11.73, que não difere basicamente do direito atual, e conclui:

"desde que haja prévia aquiescência da Administração, não há por que impedir-se a transferência de contrato realizado com esta, mesmo que com dispensa de licitação, pois, *in casu*, nem se propõe a questão da licitação" (cf. Cadernos Fundap, publicação da Fundação do Desenvolvimento Administrativo, nº 11, de julho de 1985, pp. 27 a 38).

O inciso VI do artigo 78 é bastante rico em conteúdo, porque, ao contrário do artigo 72, arrola outras hipóteses, além da subcontratação, que se não confunde com aquelas. E, mais, pressupõe que no edital e no contrato a Administração já preveja esta faculdade.

Portanto, duas são as condições substantivas: admissão do *quantum* e previsão no edital e no contrato. Já o artigo 72 é mais singelo e ficará vazio, se não se fizer a estreita comunhão com aquele preceito.

A doutrina, em uníssono, autoriza a subcontratação da execução do objeto do contrato, conquanto alguns autores o façam com restrição, não permitindo a subcontratação total, senão apenas parcial, desde que prevista obrigatoriamente no edital e no contrato, com o apoio da mais Alta Corte de Contas da União e do Estado de São Paulo.

Sem dúvida, o contrato administrativo é pessoal, sem ser personalíssimo, e a lei permite que, excepcionalmente, a contratada transfira ou ceda a terceiros, a execução do objeto, dada a concentração, racionalização e especialização de atividades.

A subcontratação ou o cometimento a terceiros de partes da execução do objeto e de suas obrigações contratuais é, pois, perfeitamente lícita, desde que haja previsão desta faculdade no edital e no contrato, até o quantitativo admitido pela contratante.

A contratada responde perante a contratante pela execução total do objeto contratado e não há qualquer relação entre a contratante e a subcontratada, de modo que, também, pelos atos ou omissões desta, ela é plenamente responsável. A responsabilidade da contratante é plena, legal e contratual.

Nada impede que haja subcontratações sucessivas ou simultâneas, como por exemplo, a subcontratação concomitante da parte hidráulica e da parte de alvenaria e da parte elétrica ou das fundações. E é o que ocorre com frequência.

O saudoso tratadista Hely Lopes Meirelles, interpretando a lei vigente, consente que a contratada defira, sob sua inteira responsabilidade, a execução de alguns serviços técnicos e especializados a terceiros ou a consórcios de pessoas jurídicas ou físicas, conquanto possam ser solidariamente responsáveis, pela parte executada, na forma avençada (cf. *Direito Administrativo Brasileiro*, Malheiros Editores, 20ª edição, 1995, p.p. 211/2122, e *Licitação e Contrato Administrativo*, cit.).

Marçal Justen apregoa que a Administração, caso a caso, faça uma avaliação da conveniência de propiciar a subcontratação, segundo os limites prefixados (cf. *Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos*, AIDÊ Editora, 4ª edição, 1996, p. 416). Carlos Pinto Coelho Motta adverte que o tema, efetivamente, é polêmico, quanto ao quantitativo (cf. *Eficácia nas Licitações e Contratos*, Del Rey, 1994, pp. 230/1). Caio Tácito assegura que, por ser contrato realizado, *intuitu personae*, a subcontratação deve estar prevista no contrato ou no termo aditivo e no caderno de encargos ou instrução de serviço, recebendo total aprovação de Toshio Mukai (cf. *O Novo Estatuto Jurídico das Licitações e Contratos Públicos*, Editora Revista dos Tribunais, 1993, p. 78).

Jessé Torres Pereira Júnior, em alentado comentário ao artigo 72, deduz que é proibida a subcontratação total do contrato, mas admite a subcontratação parcial, desde que previsto no edital e no contrato (cf. *Comentários à Lei das*

Licitações e Contratações da Administração Pública, Renovar, Rio, 1995, 3ª edição, pp. 450 a 453). Nem outro é o pensamento de Roberto Ribeiro Basilli, ao afirmar que a contratada poderá subcontratar partes da obra, serviço ou fornecimento, mediante prévia aquiescência da Administração, e segundo os limites fixados, remanescendo sua responsabilidade legal e contratual, perante esta, inclusive no que tange à subcontratação (cf. Contratos Administrativos, Malheiros Editores, 1996, p.p. 103/104), destacando-se, ainda, autores do porte de Sérgio Ferraz e Lúcia Valle Figueiredo, que comungam da mesma opinião.

Floriano Azevedo Marques Neto ilustra, com muita propriedade, a hipótese de a Administração contratar uma empresa, para executar uma ponte, e afiança que não se está pretendendo que ela execute, por si própria, todos os serviços que compõem tal obra, o que seria absolutamente inviável, não importando, pois, se as fundações se fizerem por subcontratada, empresa especializada, porque a contratada responderá por vícios que advierem e a relação da Administração será sempre com esta, diretamente (cf. parecer, *in* Boletim de Licitações e Contratos, Editora NDJ de São Paulo, número 2, de fevereiro de 1996).

Outra regra de ouro, diz respeito à precisão e clareza, com que devam ser descritas as condições para a execução dos contratos, consubstanciadas nas cláusulas que definam os direitos, obrigações e responsabilidades, tudo em consonância com os termos da licitação e da proposta a que ficam vinculados. Mesmo os contratos, que tiveram a dispensa ou a inexigibilidade declaradas, ficam sujeitos aos termos do ato que os autorizou e da proposta. Nada escapa ao seu controle.

Assim, o artigo 66 traça um mandamento essencial, mandando as partes cumprir as cláusulas convencionadas e as normas desta lei, porque o contrato é lei entre as partes, respondendo cada qual pelas consequências de seu descumprimento, total ou parcial.

O diploma legal, sob comento, no artigo 78, VI, traz à colação, além da subcontratação, outros institutos, como a associação do contratado com outrem, a cessão ou transferência, a fusão, cisão ou incorporação, que se não confundem entre si, porque totalmente distintos.

Faz-se necessário um exame, ainda que ligeiro, dessa cláusula legal.

A fusão, a incorporação e a cisão, em face da legislação vigente, podem operar-se entre sociedades de tipos iguais ou diferentes, não discrepando do projeto de alteração da lei das sociedades anônimas, enviado à sanção do Presidente da República (cf. redação final do Projeto de Lei da Câmara nº 106, de 1996 (nº 622, de 1995, na Casa de origem).

A incorporação ocorre, conforme a Lei 6404, de 1976, quando uma ou mais sociedades são absorvidas por outra, que lhe sucede em todos os seus direitos e obrigações. É uma espécie do gênero fusão, conquanto seja tratada pelo direito pátrio, de forma singular.

Leciona Ricardo Barreto Silva que na transformação há a presença de uma só pessoa jurídica e naquela há a participação de pelo menos duas ou mais pessoas jurídicas, não importando o tipo de sociedade (cf. Comentários a Lei das Sociedades



por Ações, co-edição Instituto dos Advogados de São Paulo - Editora Resenha Tributária, 1986, volume 5, p. 378).

A fusão caracteriza-se pela comunhão de duas ou mais sociedades, para a formação de uma nova, que lhes sucederá em todos os seus direitos e obrigações.

Na cisão, uma companhia transfere parcela de seu patrimônio para uma ou mais sociedades, constituídas para esse fim ou já existentes, de sorte que a sociedade cindida se extingue, se houver versão total de seu patrimônio, ou divide-se o seu capital, se a versão for parcial.

A sociedade que absorver parcela do patrimônio da companhia cindida sucede a esta nos direitos e obrigações que se referem ao ato da cisão, mas, se ocorrer a extinção, no caso da cisão, as sociedades que absorverem parcelas do patrimônio da companhia cindida, sucederão a esta, na proporção dos patrimônios líquidos transferidos, nos direitos e obrigações não relacionados.

Wilson de Souza Campos Batalha alerta que, nas simples transferências de parcelas do ativo, mediante pagamento do preço, à vista ou a prazo, as sociedades existentes ou constituídas *ad hoc*, não se caracteriza a cisão (cf. Direito Processual Societário, Forense, 1986, p. 250).

Já a sub-rogação resulta da lei ou da convenção (artigos 985 a 990 do Código Civil). Sub-rogar é colocar uma coisa em lugar de outra ou uma pessoa substituindo outra, numa relação jurídica e Washington De Barros Monteiro recorda que, na sub-rogação pessoal, à pessoa sub-rogada ficam garantidos os mesmos direitos e ações que cabiam àquela (cf. ainda Clovis Bevilacqua, Código Civil dos Estados Unidos Comentado, Livraria Francisco Alves, 1955, volume IV/115-119). Arnaldo Wald sustenta também que a sub-rogação pode ser legal e convencional, conforme o caso (cf. Parecer, publicado nos Cadernos de Direito Tributário e Finanças Públicas, da Editora dos Tribunais 17/57).

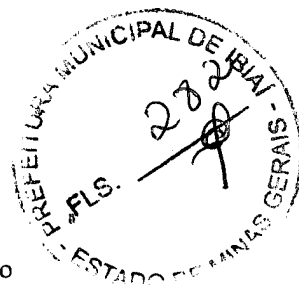
Cessão do contrato

A cessão opera-se pela transferência ou substituição da contratada por outra. O cessionário coloca-se na posição da contratada, assumindo sua postura.

A pessoa do contratado substitui-se para todos os efeitos, sub-rogando-se o cessionário em todos os seus direitos e obrigações, ou, como ensina o douto Carlos Pinto Coelho Motta, citando o escritor Eduardo Garcia de Enterría, o direito espanhol distingue entre cessão e subcontratação, de sorte que a legislação específica o admite, tanto em matéria de obras, quanto em matéria de serviços.

Cessão deriva do latim *cessio*, com o significado de ceder, traspassar, e Plácido e Silva conceitua-a, segundo a boa técnica jurídica, como:

"o contrato, a título oneroso ou gratuito, pelo qual a pessoa titular de créditos ou de direitos, transfere a outra esses mesmos créditos ou esses mesmos direitos, com abstração das coisas sobre que recaem. Quer isto significar que, em regra, a cessão não se mostra um contrato especial, isto é, não se indica uma obrigação, mas, particularmente, o cumprimento dela, em vista



do que se motiva e se autoriza a convenção, que vem garantir ao credor do cedente (salvo o caso de cessão gratuita) a existência jurídica e válida de seu crédito" (cf. Vocabulário Jurídico, Forense, Rio, 1982, I/419).

E José Naufel define-a como :

" o ato pelo qual uma pessoa transfere para outrem um ou mais direitos de quem é titular" (cf. Novo Dicionário Jurídico Brasileiro, José Konfino - Editor, Rio, 1959, 2a edição, I/ 316-317).

O advogado mineiro Alcy Taylor Da Costa, examinando a cessão do contrato com a Administração, para o Departamento de Obras Públicas do Estado de Minas Gerais DEOP - MG, ratifica o pensamento dominante de que esse tipo de contrato é pessoal mas nem sempre personalíssimo, dado que:

"Nos dias atuais, a complexidade e o gigantismo de algumas obras estatais, a velocidade a elas imprimida para atendimento do interesse público impõem uma relação dinâmica entre as partes permitindo essa participação" (cf. parecer inédito aprovado pelo seu diretor - geral, engenheiro Rodrigo Octavio Coutinho Filho, em 8 de março de 1996, e recebeu o *placet* do tratadista Carlos Pinto Coelho Motta).

A advogada Maria Elizabeth Martins Costa do Amaral, neste mesmo parecer, arrimada nas preleções de Sílvio Rodrigues e Silva Pacheco, conclui com inteira segurança, que :

"a cessão de contrato é instituto de direito com existência jurídica amplamente aceita; que existe previsão legal para a mesma, conforme demonstram os citados art. 78, inciso VI, da Lei 8666/93 e art. 27 da Lei 8987/95; posição doutrinária favorável, e consuetudinária prática por parte das Administrações na aplicação deste instituto do Direito Privado nos Contratos Públicos; concludo ser perfeitamente cabível a sua utilização, na certeza de que nenhum impedimento ou objeção quanto a sua legalidade poderá ser questionada por parte de terceiros se efetivada na forma prescrita legal e doutrinária" (cf. Parecer DEOP - MG cit.).

Com paciência de verdadeira ourivesaria, Jayme Rigueira, chefe da Procuradoria daquele órgão, infere que:

"a cessão, via de regra, se processa após algum tempo e por consequência do surgimento de fatos supervenientes e que deixam claro, de certa forma, a impossibilidade material do prosseguimento da obra com o contratante original. No longo caminho que temos perlustrado, na pesquisa diuturna do direito e suas nuances, não nos deparamos com um só dispositivo legal que impusesse normas impeditivas ao instituto da cessão do contato administrativo, nos limites consagrados na lei." (cf. parecer cit.).

Floriano P. Azevedo Neto, discorre, com extremada sensibilidade, acerca da possibilidade jurídica de sub-rogação, nos direitos advindos de parcela de contrato de execução de obra pública, sem que se caracterize burla ao artigo 37 da Constituição Federal. E o estudo da cessão do contrato também não fica sem uma ampla apreciação.

Como exceção trata da sub-rogação, da transferência e da cessão de contrato administrativo, traçando ampla distinção entre esses institutos. Com Planiol e Silvio Rodrigues, infere referir-se a primeira mais especificamente "à cessão de crédito a partir do pagamento de dívida por terceiro" (cf. Consulta, in Cadernos de Direito Tributário e Finanças Públicas, da Revista dos Tribunais, 13/191-213).

Este autor, citando vasta doutrina e alicerçado na monografia de Dimas de Oliveira César, aceita o conceito de substituição de um sujeito por outro, como titular da relação contratual e não descarta poder a contratada proceder a cessão do contrato, desde que, com expressa anuência da Administração contratante, isto por que, para que o impedimento ocorra, mister se faz que cláusula proibitiva esteja inserida no contrato.

Mas acrescenta Florianio Azevedo, mesmo que possível a cessão, por não estar configurada a obrigação personalíssima, a Administração só há de concordar se tiver certeza de que a cessionária está forrada das condições técnicas, financeiras, jurídicas e econômicas (cf. consulta cit.).

A autorização dependerá sempre das circunstâncias e de cada caso, em particular.

Marçal Justen apresenta um exemplo, realmente, digno de consideração, ao afirmar que, numa locação, a cessão do contrato, não produzirá qualquer prejuízo para a contratante (cf. op. cit., p. 433). Pode-se acrescentar, sem qualquer temor, que a cessão, se feita com anuência e prevista no edital e no contrato, efetivamente nenhum prejuízo trará.

Destarte, juridicamente, não há impedimento, conforme deflui da cristalina seta indicativa do inciso VI do artigo 78 do vigente diploma legal, que erige como transgressão administrativa a cessão ou transferência total ou parcial, não admitidas no edital e no contrato. A *contrário sensu*, nenhum óbice existe, guardado o quantitativo previsto no edital e no contrato.

Assim, a obrigação *intuitu personae*, que caracteriza quase todos contratos administrativos, não se confunde com a obrigação personalíssima, própria de apenas alguns contratos, como por exemplo, um contrato referente a uma obra de arte, uma narração evocativa de um feito, contratada com um escritor de talento indiscutível e especializado em determinado assunto e a realização de uma pintura, por um pintor renomado. Nestes casos, obviamente, proibida estará a cessão, vez que o talento e o próprio eu do artista deverão estar presentes. E não se transmitem.



Direito Comparado

No Direito Comparado, os autores, em uníssono, conferem ao contrato com a Administração características singulares, agasalhadas com prerrogativas, advindas das cláusulas extravagantes e fixam o caráter pessoal, na execução do contrato. Entretanto, nem por isso deixam de traçar algumas exceções, que cabem perfeitamente.

Marienhoff, com o apoio de Bielsa, Jèze, Véase e Laubadère, defende as limitações que lhe são impostas, não obstante, permite a cessão e a subcontratação, se a Administração consentir expressamente (cf., Tratado de Derecho Administrativo, 3ª edición acatualizada, Abeledo - Perot, Buenos Aires, III - A/316-317).

José Roberto Dromi registra que, em princípio, esses contratos devem ser executados pessoalmente pela contratada, mas consente na cessão e na subcontratação ou contração derivada, se a Administração autorizar, expressamente (cf., La Licitación Pública, Editorial Astrea, Buenos Aires, 1985, p.p. 54/55), em harmonia com o pensamento de Manuel Maria Diez (cf. Manual de Derecho Administrativo, com a colaboração de Tomás Hutchinson, Editorial Plus Ultra, 4ª edición, Buenos Aires, 1/353) e de Berçaitz. Este renomado autor mostra que esses contratos, em regra, não podem ser transferidos, contudo não se opõe à subcontratação parcial, se houver autorização da Administração, a qual até pode ser útil a esta e indispensável à contratante, o que se faz correntemente (cf. Teoría General de los Contratos Administrativos, Depalma, 1980, pp. 354/355).

Jurisprudência

As Cortes Superiores de Contas têm-se pronunciado, com muita ênfase, acerca destes temas, de significativa importância, não se omitindo na sua prerrogativa constitucional de zelar pela coisa pública.

O Tribunal de Contas da União tem pautado sua jurisprudência, no sentido de que a subcontratação parcial é lícita, se prevista no edital e no contrato.

O Relator, Ministro Paulo Affonso Martins de Oliveira, com a aquiescência do Pleno, determinou que o contrato fosse firmado nos exatos termos do artigo 72 da Lei 8666/93, vale dizer, concordou com a subcontratação, desde que observados a norma legal e os termos contratuais, ainda que realizada após a licitação (cf. Decisão 128/94, Ata 8/94, Processo TC 012262/93-5, in DOU de 28.3.94, p. 4515).

Na decisão 305/96, o Pleno convenceu-se da tese esposada pelo Ministro Paulo Affonso Martins de Oliveira, não admitindo a subcontratação, porque não prevista no edital e no respectivo contrato. Neste havia proibição peremptória de subcontratação (cf. Ata 14/96, Processo TC 018257/95, data da Sessão: 29.5.96, in DOU de 17.6.96). *Ex contrario*, permite-se.

O Ministro-Relator, Lincoln Magalhães da Rocha, citando as lições de Hely Lopes Meirelles, teve seu voto aprovado pelo Plenário, ao assentar que a subcontratação somente é possível, se for prevista no edital e no contrato, e desde



que trate de partes da obra e referentes a certos serviços técnicos realizados por empresas especializadas, sob a responsabilidade integral do contratado (cf. Decisão sigilosa 207/96, Ata 15/96, Processo TC 014318-95-4 e TC 750014-96-2 (Representação), in DOU de 29.4.96, p. 7321).

Ainda o Ministro Lincoln Magalhães da Rocha, em decisão adotada pelo Plenário, insurgiu-se contra a subcontratação, porque realizada sem a anuência da contratada (cf. Acórdão sigiloso 165/95, Ata 54/95, Processo 013245/93-7, in DOU de 15.12.95, p. 21196), o que corrobora a tese de que lícita é a subcontratação, se resguardada pela previsão no edital e no contrato, como quer a lei.

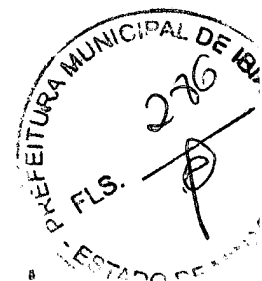
O Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, pela Primeira Câmara, considerou legal o contrato, visto que a subcontratação fora prevista, em cláusula contratual e autorizada pela Fepasa e pelo Banco Mundial, por meio de aditamento. Conquanto regido pelo Decreto - lei 2300/86, dada a similitude com a atual lei, este acórdão tem plena atualidade (cf. ata da 34ª sessão ordinária de 27.9.93, DOE de 5.10.93, pp. 38-41, Relator Substituto de Conselheiro Luiz Olavo de Macedo Costa e Conselheiro Cláudio Ferraz de Alvarenga), assim também o aditivo e a despesa foram julgados legais (cf. DOE de 8.11.94, p.55 e 4.11.95, p. 56).

Esse mesmo Tribunal, pelo Pleno da Segunda Câmara, em acórdão relatado, pelo Substituto de Conselheiro, Carlos Borges de Castro e com a presença dos Conselheiros, Renato Martins Costa e Edgard Camargo Rodrigues, julgou ilegal a subcontratação de serviços, porque esta ocorreu antes da adjudicação do objeto à vencedora do certame e porque não houve prévia autorização da Prefeitura - contratante, contrariando o item 16.2 do edital, bem como a cláusula 8, parágrafo único do contrato e ainda em face das publicações extemporâneas, pois "a recorrente não apresentou a data real da assinatura do ajuste da subempreitada ou outra prova conclusiva, prejudicando, assim, a credibilidade das afirmações feitas a respeito". Não se opôs, portanto, à subcontratação, desde que se conforme com a lei e, ipso facto, com o contrato e com o edital.

O Conselheiro Renato Martins Costa deixou claro em seu lúcido voto que a ilegalidade do certame ficou evidenciada porque essa subcontratação se dera 36 dias antes da adjudicação à empresa vendedora (cf. TC1464/006/92, DOE de 23.5.96, pp. 21/22, republicado em 24 seguinte, pp. 43/44). Também aqui ficou evidenciado que a oposição se deu tão somente porque não se conformou com as exigências da lei.

O Relator, Substituto de Conselheiro, Carlos Alberto de Campos, em seu precioso pronunciamento, relatando o processo TC 5239/026/91, na Primeira Câmara, teve o aval unânime de seus pares, julgando legais a concorrência, o termo de sub-rogação, transferindo o contrato firmado mediante o sub-rogação, e as despesas deles decorrentes. Trata-se de contrato de construção entre a Secretaria da Saúde e a Mendes Júnior, transferido à Construtora Estoril (decisão publicada no DOE de 23.6.93, p.p. 59-60, acórdão publicado no DOE de 14.7.93, p. 35).

O Pretório Paulista julgou legais o termo de cessão contratual com sub-rogação em direitos e obrigações "transferindo todos os direitos e obrigações de-



correntes do contrato e seus eventuais aditivos" e as despesas dele decorrentes. Trata-se, *"in casu*, de contrato de construção de prédio de delegacia (decisão publicada no DOE de 24.5.95, p. p. 21 a 23, e acórdão publicado no DOE de 15.6.95, p. 34, ata da sessão extraordinária da Primeira Câmara, realizada em 16.5.95 - TC 56480/033/88, Relator: Cláudio Ferraz de Alvarenga, acompanhado dos Conselheiros Edgard Camargo Rodrigues e Carlos Alberto de Campos).

Na sessão ordinária do Tribunal Pleno, realizada em 22.3.95, o Plenário, por votação unânime, presentes os Conselheiros Cláudio Ferraz de Alvarenga, Relator, Antonio Roque Citadini, Edgard Bittencourt Carvalho, Edgard Camargo Rodrigues, Fulvio Julião Biazzi e Renato Martins Costa, conheceu do recurso ordinário e, considerando as razões apresentadas pela origem, esclarecendo que o anexo V do edital (minuta do contrato) na sua cláusula VI, permitia expressamente a cessão do contrato, desde que com o consentimento da contratante, exigência que foi cumprida, deu-lhe provimento para o fim de, reformando o v. acórdão recorrido, julgar legais a tomada de preços, o contrato, o termo de cessão e transferência, os termos de aditamento de folhas 179 e 195 e as despesas decorrentes (cf. decisão publicada no DOE de 23.5.95, p.p. 17-20, republicada no DOE do dia seguinte, p.p. 13-15; acórdão publicado no DOE de 11.10.94, p. 33, TC 23495/026/92).

No Processo TC 67764/033/88 - DOP 6689387, a Corte de São Paulo, ensinou ser nulo o contrato verbal com a Administração, alicerçado no artigo 51, § 1º, do Decreto - lei 2300/86 (idêntico ao atual diploma legal - cf. artigo

86 do mencionado decreto - lei c/c o artigo 31 da lei paulista 6544/89). Entrementes, no contrato de construção de prédio da delegacia de Monte Alto, a Primeira Câmara, na sessão ordinária realizada em 12.9.95, pelos votos dos Conselheiros, Cláudio Alvarenga, relator, Fúlvio Julião Biazzi, presidente, e Edgard Camargo Rodrigues, decidiu julgar legais o termo de cessão contratual com sub-rogação em direitos e obrigações, os termos de aditamento, o termo de recebimento definitivo etc. (acórdão publicado no DOE de 27.9.95, p. 19)."

Este Tribunal Maior de Contas do Estado, sem dúvida, contemplou a subcontratação, a sub-rogação e a cessão do contrato, com sustentação na lei federal (nacional, no que diz respeito aos princípios gerais) e na lei paulista.

O Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais, por unanimidade, chancelou a validade da sub-rogação de contrato, desde que prevista no ordenamento convocatório, (cf. Consulta nº. 108746-1/93, Sessão de 26.8.93, Relator Luiz Baccarini, *in* Revista do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais, ano XI, nº. 3, p.223).



Conclusão

O contrato com a Administração Pública centra-se primacialmente na Lei nº 8666, de 1993 e suas alterações posteriores, aplicando-se-lhe, supletivamente, as disposições de direito privado (Código Civil, Código Comercial, Lei das Sociedades por Ações, Lei de Locação de Imóveis Urbanos etc.) e a teoria geral dos contratos, e rege-se, basicamente, pelas suas cláusulas e pelas normas de direito público. O contrato, essencialmente formal, vincula-se obrigatoriamente ao edital ou ao instrumento convocatório e deverá espelhar com precisão as condições, direitos e obrigações das partes contratantes. É escrito e submete-se às rígidas regras desta lei, permitindo-se excepcionalmente o contrato verbal, se de pequenas compras, de pronto pagamento, feitas em regime de adiantamento, e que não ultrapasse o limite previsto no artigo 23, II, a, desse diploma.

O contrato com a Administração Pública é, em regra, pessoal, não obstante, a lei comentada permite, que, na execução do contrato, a contratada subcontrate ou ceda (transfira) partes da obra, serviços ou fornecimento, até o limite admitido, em cada caso.

A lei paulista é mais generosa e faculta, sem prejuízo das responsabilidades legais e contratuais, a subcontratação de parte da obra, serviço ou fornecimento, na forma do pactuado na cláusula própria, ou independentemente dessa previsão, nos limites fixados, caso a caso, pela Administração (artigo 69 da Lei de 22 de novembro de 1989).

A contratada, apesar da subcontratação consentida, legal e contratualmente, até os limites previstos, continua com total responsabilidade legal e contratual.

A cessão e a sub-rogação não foram rejeitadas, porque encontram sustentação no direito positivo.

Interpretando a lei vigente, a doutrina não se tem furtado de marcar sua posição, com relação a este tema, que não é novo. A lei anterior, o Decreto - lei nº 2300, de 1986, continha normas idênticas.

Também a lei que rege as concessões e permissões, de obras e serviços públicos - Lei 8987, de 13 de fevereiro de 1995, consagra o mesmo princípio.

Alguns autores admitem, a subcontratação total, sem qualquer restrição, conquanto exijam esteja, expressamente, prevista esta faculdade no edital e no contrato. A aquiescência da contratada é, pois, condição *sine qua non*.

Entretanto, predomina o entendimento doutrinário, de que a subcontratação pode fazer-se, mas apenas de partes do objeto (não a totalidade, somente até o quantitativo descrito no edital e no contrato), desde que admitida, no edital e no contrato.

As outras modalidades também são autorizadas, mas sempre com vistas ao edital e ao contrato.

A regra vigente - artigo 72 - permite a subcontratação até o limite admitido, em cada caso, isto é, deverão o edital e o contrato descrever o limite autorizado

para a subcontratação, sem prejuízo da responsabilidade da contratada, que remanesce incólume.

O inciso VI do artigo 78 distingue as hipóteses de transgressão, e impõe a exigência da previsão no edital e no contrato, corroborando o artigo 72, e não rejeita, antes coonest a cessão e as outras modalidades ali previstas, desde que inseridas no edital e no contrato, segundo o quantitativo neles previsto.

O Tribunal Maior de Contas da União admite a subcontratação de parte, não de todo o objeto, desde que haja previsão no edital e no contrato, até o limite nele estipulado.

A seu turno, a cessão e a sub-rogação do contrato não é defesa, segundo as preleções de abalizados doutrinadores, se prevista no edital e no contrato, contando com a autorização da contratante.

Esta é também a orientação dos Tribunais Paulista e Mineiro, que admitem expressamente a cessão e a sub-rogação.

Concluindo:

Subcontratação, na linguagem da Lei de Licitações e Contratos - Lei 8666, de 21 de junho de 1993, e suas alterações posteriores, é o cometimento a terceiros de partes da execução do objeto do contrato.

A subcontratação não se confunde com a associação da contratada com outrem, nem com a cessão, transferência, fusão, cisão ou incorporação.

A subcontratação está submetida à regência da Lei 8666, de 21 de junho de 1993, e alterações posteriores, bem como às disposições do direito privado, subsidiariamente.

A subcontratação de um contrato de obra, serviço ou fornecimento perfeitamente lícito

A subcontratação é permitida, desde que esteja prevista expressamente no edital e no contrato, até o limite ali consignado e a responsabilidade originária da contratada permanece inalterada.

A cessão do contrato administrativo é lícita e conforma-se com a melhor doutrina e com o direito vigente. A interpretação do inciso VI do artigo 78 da Lei 8666/93 conduz, insofismavelmente, a essa conclusão.

A cessão poder ocorrer, desde que prevista no edital e no contrato, de conformidade com o quantitativo ali consignado, cessando a responsabilidade da contratada.

A sub-rogação pode ocorrer, nas mesmas condições da cessão.

A jurisprudência do Tribunal de Contas da União tem-se pautado, no sentido de proibir a subcontratação total e, *ipso facto*, aquiescer na subcontratação de partes (não a globalidade) do objeto do contrato, exigindo a sua previsão no edital e no contrato, até o limite consignado.

Alguns tribunais estaduais têm manifestado, iterativa e torrencialmente, sua plena aquiescência à subcontratação, à sub-rogação e à cessão do contrato.

O contrato entre a contratada e a subcontratada faz-se diretamente entre estas, conquanto fiquem mantidos os vínculos entre a contratante e a contratada e total responsabilidade desta.



PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIAÍ
ADITIVO CONTRATUAL Nº 1 AO CONTRATO Nº 45/2016

Aditivo de Prorrogação

OBJETO: CESSÃO PARCIAL DE CONTRATO DE EMPREITADA PARA EXECUÇÃO DE OBRA DE PAVIMENTAÇÃO EM BLOQUETES DE RUAS DE IBIAÍ-MG

FORNECEDOR: CEPOL CONSTRUÇÕES E EDIFICAÇÕES POLO LTDA

DATA FINAL VIGÊNCIA: 30/06/2020

JUSTIFICATIVA DO ADITIVO:

VALOR DO ADITIVO: R\$ 0,00

Descrição do Material/Serviço	Un.	Qtde Orig.	Qtde Aditivo	Vlr. Unitário	Vlr. Total
16969 - PAVIMENTAÇÃO EM BLOQUETE DE RUAS EM IBIAÍ	SERVIÇO	1,0000			

Ibiaí,

Quinta-feira 12 Dezembro 2019